

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	18
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	20
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	25
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	26
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	72
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	145
----------------------------------	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	146
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	147
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	150
---	-----

Índice

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	151
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	152
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	153

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	2.803.107	2.133.733	1.491.187
1.01	Ativo Circulante	210.679	208.401	111.201
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.872	50.421	28.451
1.01.06	Tributos a Recuperar	37.879	25.888	10.905
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	37.879	25.888	10.905
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	145.928	132.092	71.845
1.01.08.03	Outros	145.928	132.092	71.845
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	145.877	132.047	71.817
1.01.08.03.03	Outros Créditos	51	45	28
1.02	Ativo Não Circulante	2.592.428	1.925.332	1.379.986
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	189.462	171.651	160.819
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478	137.478
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217	217
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	137.261	137.261	137.261
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	12.827	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	12.827	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	15.251	0	0
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	15.251	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	36.733	21.346	23.341
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	36.733	21.346	23.341
1.02.02	Investimentos	2.398.187	1.748.723	1.213.703
1.02.02.01	Participações Societárias	2.398.187	1.748.723	1.213.703
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	106.049	91.104	93.835
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.174.944	1.558.988	1.028.428
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	117.194	98.631	91.440
1.02.03	Imobilizado	338	14	18
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10	14	18
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	328	0	0
1.02.04	Intangível	4.441	4.944	5.446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.04.01	Intangíveis	4.441	4.944	5.446
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.441	4.944	5.446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	2.803.107	2.133.733	1.491.187
2.01	Passivo Circulante	161.143	144.163	79.525
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.312	879	632
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.312	879	632
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.312	879	632
2.01.02	Fornecedores	947	72	1.028
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	947	72	1.028
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.304	18.795	9.855
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	23.130	18.665	9.851
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	971	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	10.228	6.365	4.279
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	12.902	11.329	5.572
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	174	130	4
2.01.05	Outras Obrigações	135.580	124.417	68.010
2.01.05.02	Outros	135.580	124.417	68.010
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	134.356	123.621	67.683
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	1.001	796	327
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	223	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	20.595	4.928	4.538
2.02.02	Outras Obrigações	118	0	0
2.02.02.02	Outros	118	0	0
2.02.02.02.05	Passivo de Arrendamento	118	0	0
2.02.04	Provisões	20.477	4.928	4.538
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.994	1.445	1.555
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	16.813	1.263	1.263
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	181	182	292
2.02.04.02	Outras Provisões	3.483	3.483	2.983
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	3.483	3.483	2.983
2.03	Patrimônio Líquido	2.621.369	1.984.642	1.407.124

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.191.329	1.911.470	1.521.681
2.03.04.01	Reserva Legal	224.467	196.308	170.374
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	966.862	1.715.162	1.351.307
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.050.276	-1.267.144	-1.454.873

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	582.158	515.334	288.206
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.634	-19.632	-23.348
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.380	-2.525	-33
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	616.172	537.491	311.587
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	582.158	515.334	288.206
3.06	Resultado Financeiro	-6.159	-5.832	-4.631
3.06.01	Receitas Financeiras	-6.016	-5.751	-4.557
3.06.02	Despesas Financeiras	-143	-81	-74
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	575.999	509.502	283.575
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.827	9.183	0
3.08.01	Corrente	0	-3.644	0
3.08.02	Diferido	-12.827	12.827	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	563.172	518.685	283.575
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	563.172	518.685	283.575
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	13,7776	12,6892	6,9374
3.99.01.02	PN	15,1553	13,9581	7,6312
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	13,7776	12,6892	6,9374
3.99.02.02	PN	15,1553	13,9581	7,6312

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	563.172	518.685	283.575
4.02	Outros Resultados Abrangentes	217.358	188.293	-612.094
4.02.01	Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquido de Tributos	217.358	188.293	-612.094
4.03	Resultado Abrangente do Período	780.530	706.978	-328.519

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-54.107	-39.845	-35.125
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-22.681	-26.595	-28.128
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSLL	575.999	509.502	283.575
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.194	1.975	1.990
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-616.172	-537.491	-311.587
6.01.01.05	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	15.549	390	-2.087
6.01.01.06	IR e CSLL pagos	0	-971	0
6.01.01.07	Juros e variações monetárias	-216	0	-19
6.01.01.09	Juros Pagos	-35	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.426	-13.250	-6.997
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-15.387	1.995	-3.663
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-11.991	-14.983	-8.980
6.01.02.05	Outros Variações nos Ativos	-6	-17	175
6.01.02.17	Fornecedores	875	-956	-64
6.01.02.18	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	433	194	-64
6.01.02.19	Tributos a Recolher	-5.555	-5	5.591
6.01.02.20	Outras Variações Passivos	205	522	8
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	153.768	129.065	83.325
6.02.04	Dividendos Recebidos	168.768	129.065	83.325
6.02.05	Empréstimos à Partes Relacionadas	-15.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-123.210	-67.250	-36.512
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-123.004	-67.250	-36.512
6.03.04	Pagamento Passivo de Arrendamento	-206	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23.549	21.970	11.688
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.421	28.451	16.763
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.872	50.421	28.451

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	13	-143.816	0	-143.803
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-20.074	0	-20.074
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-123.742	0	-123.742
5.04.08	Reversão Dividendos Prescritos	0	0	13	0	0	13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	563.662	216.868	780.530
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	563.172	0	563.172
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	490	216.868	217.358
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	490	-490	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	217.358	217.358
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.140.000	0	-720.154	-419.846	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	419.846	-419.846	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	1.140.000	0	-1.140.000	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-129.460	0	-129.460
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-52.042	0	-52.042
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-77.418	0	-77.418
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	519.249	187.729	706.978
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	518.685	0	518.685
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	564	187.729	188.293
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	564	-564	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	188.293	188.293
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	389.789	-389.789	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	389.789	-389.789	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	54	-71.526	0	-71.472
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-19.689	0	-19.689
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-51.837	0	-51.837
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	54	0	0	54
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	284.128	-612.647	-322.260
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	283.575	0	283.575
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	553	-612.647	-605.835
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	553	-553	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	-612.094	-605.835
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	212.602	-212.602	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	212.602	-212.602	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.031	-5.727	-3.023
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.031	-5.727	-3.023
7.03	Valor Adicionado Bruto	-14.031	-5.727	-3.023
7.04	Retenções	-2.194	-1.975	-1.990
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.194	-1.975	-1.990
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-16.225	-7.702	-5.013
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	610.156	531.740	307.030
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	616.172	537.491	311.587
7.06.02	Receitas Financeiras	-6.016	-5.751	-4.557
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	593.931	524.038	302.017
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	593.931	524.038	302.017
7.08.01	Pessoal	17.421	13.788	17.469
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.138	12.354	16.371
7.08.01.02	Benefícios	1.031	766	306
7.08.01.03	F.G.T.S.	252	668	792
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.164	-8.782	598
7.08.02.01	Federais	13.124	-8.977	302
7.08.02.02	Estaduais	12	13	6
7.08.02.03	Municipais	28	182	290
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	174	347	375
7.08.03.02	Aluguéis	31	266	301
7.08.03.03	Outras	143	81	74
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	563.172	518.685	283.575
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	123.742	77.418	51.837
7.08.04.02	Dividendos	20.074	52.042	19.689
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	419.356	389.225	212.049

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	11.958.245	10.667.254	9.498.257
1.01	Ativo Circulante	3.765.568	3.955.299	2.358.072
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	844.088	1.166.205	566.181
1.01.03	Contas a Receber	1.931.011	1.918.725	1.421.771
1.01.03.01	Clientes	1.697.665	1.623.760	1.258.367
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	2.244.793	2.141.621	1.819.342
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-547.128	-517.861	-560.975
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	233.346	294.965	163.404
1.01.04	Estoques	13.556	12.313	14.696
1.01.06	Tributos a Recuperar	572.007	591.837	68.579
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	572.007	591.837	68.579
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	404.906	266.219	286.845
1.01.08.03	Outros	404.906	266.219	286.845
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	34.115	0	0
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	102.861	0	0
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	14.865	14.352	7.114
1.01.08.03.04	Outros Créditos	167.063	171.161	193.898
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	36.771	33.674	32.597
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	49.231	47.032	53.236
1.02	Ativo Não Circulante	8.192.677	6.711.955	7.140.185
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.893.561	2.623.539	3.261.941
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478	137.478
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217	217
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Negociáveis	137.261	137.261	137.261
1.02.01.04	Contas a Receber	30.245	32.454	49.715
1.02.01.04.01	Clientes	141.826	143.850	159.297
1.02.01.04.02	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa-PCLD	-114.614	-114.614	-114.614
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	3.033	3.218	5.032
1.02.01.07	Tributos Diferidos	708.001	884.423	1.004.094

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	708.001	884.423	1.004.094
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.017.837	1.569.184	2.070.654
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.020.876	109.904	1.092.845
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	329.106	291.869	171.054
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	757.193	612.637	525.964
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	470.286	286.861	12.678
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	292.578	267.913	258.113
1.02.01.10.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.000	0	10.000
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	132.798	0	0
1.02.02	Investimentos	311.666	268.933	246.572
1.02.02.01	Participações Societárias	311.666	268.933	246.572
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	194.472	170.302	155.132
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	117.194	98.631	91.440
1.02.03	Imobilizado	128.813	201.427	174.796
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.991	138.404	140.796
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	14.341	0	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	78.481	63.023	34.000
1.02.04	Intangível	3.858.637	3.618.056	3.456.876
1.02.04.01	Intangíveis	3.858.637	3.618.056	3.456.876
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.806.354	3.610.710	3.448.815
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	47.842	0	0
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	4.441	7.346	8.061

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	11.958.245	10.667.254	9.498.257
2.01	Passivo Circulante	3.282.108	3.522.162	2.427.690
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	214.708	211.656	212.148
2.01.01.01	Obrigações Sociais	214.708	211.656	212.148
2.01.02	Fornecedores	1.088.186	1.224.547	996.725
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.088.186	1.224.547	996.725
2.01.03	Obrigações Fiscais	910.696	370.858	209.296
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	58.496	94.368	63.400
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.235	15.362	11.744
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	43.608	70.171	45.183
2.01.03.01.03	Outros	12.653	8.835	6.473
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	850.543	274.512	144.156
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.657	1.978	1.740
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	176.554	968.493	488.756
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	23.559	865.901	383.623
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.404	860.552	377.317
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	18.155	5.349	6.306
2.01.04.02	Debêntures	152.995	102.592	105.133
2.01.05	Outras Obrigações	672.437	548.707	344.237
2.01.05.02	Outros	672.437	548.707	344.237
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	134.356	123.621	67.683
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	295.631	177.921	166.014
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	39.826	142.491	25.142
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	6.216	0	0
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	102.861	0	0
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	93.547	104.674	85.398
2.01.06	Provisões	219.527	197.901	176.528
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	219.527	197.901	176.528
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	219.527	197.901	176.528

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02	Passivo Não Circulante	6.054.768	5.160.450	5.663.443
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.845.411	992.959	1.172.820
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.229.741	789.043	904.008
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	97.818	83.870	435.718
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.131.923	705.173	468.290
2.02.01.02	Debêntures	615.670	203.916	268.812
2.02.02	Outras Obrigações	1.883.119	1.330.797	1.302.849
2.02.02.02	Outros	1.883.119	1.330.797	1.302.849
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	50.032	60.264	48.186
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	70.745	183.078	189.425
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	5.250	0	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	1.748.472	1.087.455	1.065.238
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	8.620	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	82.592	24.469	19.596
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82.592	24.469	19.596
2.02.04	Provisões	2.243.646	2.812.225	3.168.178
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.040.717	2.546.272	2.862.293
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	26.461	19.677	9.641
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	43.601	45.002	60.123
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.798.736	2.319.432	2.661.948
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	171.919	162.161	130.581
2.02.04.02	Outras Provisões	202.929	265.953	305.885
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	184.280	247.250	303.762
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	18.649	18.703	2.123
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.621.369	1.984.642	1.407.124
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.191.329	1.911.470	1.521.681

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.04.01	Reserva Legal	224.467	196.308	170.374
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	966.862	1.715.162	1.351.307
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.050.276	-1.267.144	-1.454.873

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.341.550	8.858.700	8.015.909
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	9.489.097	7.390.246	7.651.060
3.01.02	Receita de Construção - CPC 17	710.904	592.475	541.905
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	1.121.176	869.317	-181.623
3.01.04	Receita de Atualização do Ativo Financeiro Indenizável	20.373	6.662	4.567
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.054.509	-7.654.978	-7.023.003
3.02.01	Custo das Mercadorias Vendidas	-8.571.837	-6.318.469	-5.735.756
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	1.140	-12.622	-14.245
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-772.908	-731.412	-731.097
3.02.04	Custo de Construção - CPC 17	-710.904	-592.475	-541.905
3.03	Resultado Bruto	1.287.041	1.203.722	992.906
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-489.671	-522.087	-495.783
3.04.01	Despesas com Vendas	-222.486	-147.010	-220.561
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-353.817	-413.143	-390.648
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	13.949	0	71.826
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-18.517	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	72.683	56.583	43.600
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	797.370	681.635	497.123
3.06	Resultado Financeiro	24.159	43.080	-76.143
3.06.01	Receitas Financeiras	258.065	231.087	232.190
3.06.02	Despesas Financeiras	-233.906	-188.007	-308.333
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	821.529	724.715	420.980
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-258.357	-206.030	-137.405
3.08.01	Corrente	-135.785	-178.486	-104.193
3.08.02	Diferido	-122.572	-27.544	-33.212
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	563.172	518.685	283.575
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	563.172	518.685	283.575
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	563.172	518.685	283.575
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	13,7776	12,6892	6,9374
3.99.01.02	PN	15,1533	13,9581	7,6312
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	13,7776	12,6892	6,9374
3.99.02.02	PN	15,1533	13,9581	7,6312

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	563.172	518.685	283.575
4.02	Outros Resultados Abrangentes	217.358	188.293	-612.094
4.02.01	Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquido de Tributos	217.358	188.293	-612.094
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	780.530	706.978	-328.519
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	780.530	706.978	-328.519

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	378.279	913.320	132.626
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	958.861	853.299	578.384
6.01.01.01	Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	821.529	724.715	420.980
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	245.705	240.924	227.696
6.01.01.03	Repactuação Risco Hidrológico - GSF	-45.879	0	0
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-72.683	-56.583	-43.600
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-143.592	-45.570	-30.504
6.01.01.06	IR e CSLL pagos	-168.290	-172.850	-95.897
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias	280.449	172.708	206.608
6.01.01.09	Juros pagos	-117.944	-84.199	-114.331
6.01.01.10	Baixa Direito de Uso Arrendamentos Ativos e Passivos	-4	0	0
6.01.01.11	Despesas Atuariais	-7.474	55.263	54.585
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-47.883	-13.437	-133.343
6.01.01.13	Provisão/Reversão para Perdas de Ativos	42	-1.403	-11.711
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	172.086	46.720	51.644
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-20.373	-6.662	-4.567
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de liquidação Duvidosa	62.231	-6.491	50.585
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	668	164	239
6.01.01.20	Crédito PIS/COFINS Depreciação direito de uso de ativos	273	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-580.582	60.021	-445.758
6.01.02.02	Ativos Financeiros – (CVA, Bonificação de Outorga)	-567.433	-576.660	361.699
6.01.02.03	Contas a Receber	-70.933	-453.886	114.474
6.01.02.04	Subsídio CDE (Decreto Nº 7.891/2013)	-2.199	6.204	1.457.767
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-891.142	459.683	-1.077.068
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-37.237	-120.815	-704
6.01.02.07	Estoques	-1.243	2.383	-6.060
6.01.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-15.000	10.000	-10.000
6.01.02.10	Outras Variações Ativos	2.724	2.933	-6.741
6.01.02.11	Tributos a Recolher	562.279	149.654	-27.075

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.13	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	579.802	0	1.056.928
6.01.02.14	Fornecedores	-136.361	227.822	-10.129
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-7.180	11.586	4.843
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-1.794	-1.553	-2.050.985
6.01.02.18	Passivos Financeiros	230.260	454.519	-75.164
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-219.248	-131.125	-184.792
6.01.02.20	Outras Variações no Passivo	-5.877	19.276	7.249
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-613.239	-526.755	-453.017
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intangível	-641.208	-552.758	-476.474
6.02.03	Integralização/Redução de Capital	-3.333	-9.875	-1.476
6.02.04	Dividendos Recebidos	31.302	35.878	24.933
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-87.157	213.459	188.512
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-123.004	-67.250	-36.512
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-931.219	-423.307	-167.383
6.03.04	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	531.107	770.318	518.897
6.03.06	Ingressos de Debêntures	545.450	35.659	0
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-101.962	-101.961	-126.490
6.03.09	Pagamento Passivo de Arrendamento	-7.529	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-322.117	600.024	-131.879
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.166.205	566.181	698.060
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	844.088	1.166.205	566.181

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642	0	1.984.642
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642	0	1.984.642
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	13	-143.816	0	-143.803	0	-143.803
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-20.074	0	-20.074	0	-20.074
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-123.742	0	-123.742	0	-123.742
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	13	0	0	13	0	13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	563.662	216.868	780.530	0	780.530
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	563.172	0	563.172	0	563.172
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	490	216.868	217.358	0	217.358
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	490	-490	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	217.358	217.358	0	217.358
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.140.000	0	-720.154	-419.846	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	419.846	-419.846	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital	1.140.000	0	-1.140.000	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124	0	1.407.124
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124	0	1.407.124
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-129.460	0	-129.460	0	-129.460
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-52.042	0	-52.042	0	-52.042
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-77.418	0	-77.418	0	-77.418
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	519.249	187.729	706.978	0	706.978
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	518.685	0	518.685	0	518.685
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	564	187.729	188.293	0	188.293
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	564	-564	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	188.293	188.293	0	188.293
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	389.789	-389.789	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	389.789	-389.789	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.911.470	0	-1.267.144	1.984.642	0	1.984.642

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	54	-71.526	0	-71.472	0	-71.472
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-19.689	0	-19.689	0	-19.689
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-51.837	0	-51.837	0	-51.837
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	54	0	0	54	0	54
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	284.128	-612.647	-322.260	0	-322.260
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	283.575	0	283.575	0	283.575
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	553	-612.647	-605.835	0	-605.835
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	553	-553	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	-612.094	-605.835	0	-605.835
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	212.602	-212.602	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	212.602	-212.602	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124	0	1.407.124

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	17.109.496	13.804.244	12.978.766
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	16.257.922	13.030.064	12.336.531
7.01.02	Outras Receitas	202.901	159.721	130.747
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	710.904	592.475	541.905
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-62.231	21.984	-30.417
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.770.108	-7.359.369	-6.622.348
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.739.062	-6.438.975	-5.862.442
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-320.100	-329.322	-229.712
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-42	1.403	11.711
7.02.04	Outros	-710.904	-592.475	-541.905
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-710.904	-592.475	-541.905
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.339.388	6.444.875	6.356.418
7.04	Retenções	-245.705	-240.924	-227.696
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-245.705	-240.924	-227.696
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.093.683	6.203.951	6.128.722
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	330.748	287.670	275.790
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	72.683	56.583	43.600
7.06.02	Receitas Financeiras	258.065	231.087	232.190
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.424.431	6.491.621	6.404.512
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.424.431	6.491.621	6.404.512
7.08.01	Pessoal	701.818	778.929	778.919
7.08.01.01	Remuneração Direta	565.500	656.918	657.686
7.08.01.02	Benefícios	109.561	95.274	94.648
7.08.01.03	F.G.T.S.	26.757	26.737	26.585
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.913.896	4.983.893	5.011.419
7.08.02.01	Federais	3.220.117	2.704.944	2.704.479
7.08.02.02	Estaduais	2.686.083	2.271.613	2.300.231
7.08.02.03	Municipais	7.696	7.336	6.709
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	245.545	210.114	330.599

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.01	Juros	9.649	6.812	13.387
7.08.03.02	Aluguéis	11.639	22.107	22.266
7.08.03.03	Outras	224.257	181.195	294.946
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	37.778	14.105	61.331
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	186.479	167.090	233.615
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	563.172	518.685	283.575
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	123.742	77.418	51.837
7.08.04.02	Dividendos	20.074	52.042	19.689
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	419.356	389.225	212.049



relatório de Administração / Comentário do Desempenho

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mesmo com os efeitos remanescentes da pandemia, as intempéries climáticas que atingiram o Estado e uma das piores crises hídricas da história do país, a Celesc encerrou 2021, fornecendo energia de qualidade para a sociedade catarinense e com excelentes resultados econômico-financeiros. A Companhia superou as expectativas e seguiu firme no compromisso de fornecer um serviço essencial à sociedade.

Atualmente, são cerca de 160 mil quilômetros de redes elétricas, 4,7 mil quilômetros de linhas de distribuição, 1,7 milhão de postes, 188 mil transformadores e 176 subestações da Celesc Distribuição – Celesc D, além das 254 lojas de atendimento. A Celesc D atende 3,2 milhões de unidades consumidoras em 285 municípios de Santa Catarina e no município de Rio Negro, no Paraná.

No ano de 2021, merece destaque o resultado da Revisão Tarifária Periódica, com efeito médio ao consumidor de 5,65%, considerando consumidores de toda a área de concessão da empresa. Foi a melhor revisão tarifária da Celesc D, com reajuste abaixo da inflação do período e de empresas com porte similar. Importante destacar a ação judicial promovida, visando repassar, de forma extraordinária, a cobrança de PIS/COFINS sobre a base de cálculo do ICMS, que totalizou um repasse de quase R\$800 milhões ao consumidor. A Celesc D obteve um excelente desempenho na Revisão Tarifária, reduzindo as glosas sobre os investimentos de 15%, no penúltimo ciclo em 2016, para 0,12% na revisão de 2021.

O Programa Celesc Rural, idealizado na Celesc D, realizou cerca de 1.000 obras para substituir redes monofásicas nuas por redes monofásicas ou trifásicas com cabos protegidos, atingindo 1.500 quilômetros do território catarinense. O investimento no programa já soma cerca de R\$280 milhões, incluindo as obras concluídas, em andamento e licitadas. Ao todo, serão beneficiadas 220 mil propriedades rurais catarinenses em cerca de 3 mil quilômetros no Estado. As melhorias proporcionadas pelo Celesc Rural possibilitam ao produtor a instalação de equipamentos mais potentes e modernos para a realização de suas atividades, contribuindo para o aumento da produção e trazendo uma nova realidade ao agronegócio, setor que faz de Santa Catarina referência mundial. A substituição de redes monofásicas por trifásicas ocorre nas localidades em que é constatado grande crescimento da carga instalada e nas regiões com áreas de reflorestamento. Esses cabos contam com capas protetoras e garantem maior robustez na rede, aumentando o isolamento do sistema e minimizando a atuação de fatores externos. Assim, a combinação da instalação de cabos protegidos e de religadores automáticos aumentam substancialmente a confiabilidade da distribuição de energia elétrica, garantindo um serviço com menor interrupção possível ao consumidor rural.

Os excelentes indicadores de continuidade de energia também merecem referência, fruto da gestão estratégica e do trabalho incansável dos seus mais de 7 mil empregados (próprios e terceiros). O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) ficou abaixo de 10 horas, e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção de Energia) ficou abaixo de 7,00, considerando uma janela móvel de doze meses.

Para combater ações ilícitas de desvio de energia elétrica, como ligações clandestinas e fraudes em medidores de energia elétrica, foram montadas, capacitadas e equipadas 48 equipes próprias da Celesc D, que fiscalizam, periodicamente, unidades comerciais e residenciais em operações que ocorrem em todo o Estado, sendo este trabalho realizado, em 2021, em parceria com as Polícias Civil e Militar, o Instituto Geral de Perícias e o Ministério Público. As ações estratégicas realizadas para enfrentar esse tipo de perda envolveram os Núcleos e as Unidades da Celesc em todo o Estado, com equipes exclusivas para a fiscalização.

O foco principal das ações é o combate ao desvio de energia elétrica, prática que, além de ser ilícita, pode causar sérios danos em uma instalação elétrica e acidentes de grandes dimensões. As ligações clandestinas e as fraudes podem ocasionar acidentes como choques elétricos, curtos-circuitos e até originar incêndios, expondo moradores e frequentadores de comércios e indústrias a riscos. A Companhia também realiza operações para retirar instalações irregulares de fiação telefônica da rede elétrica. Somente em 2021, foram 33,2 mil postes inspecionados e 582 notificações emitidas. Em 2021, também foram realizados 214.175 mil cortes de energia elétrica por conta da inadimplência.

Realizamos o primeiro programa de Regularização Fundiária Urbana – Reurb no município de Balneário Arroio do Silva, no sul do Estado. Este trabalho, onde a Celesc apoiou com orientações e informações à prefeitura desse município, é um passo importante para que outras localidades do Estado, que ainda possuem ligações irregulares, possam, por meio do município e com apoio da Celesc, regularizarem áreas socialmente vulneráveis, melhorando a qualidade de vida das pessoas e, especialmente, levando mais segurança à população.

Visando aprimorar a prestação de serviços aos clientes, em 2021, a Celesc investiu em 85 novos totens de auto e vídeo atendimento, que foram instalados em 49 lojas da Companhia espalhadas por todas as regiões de Santa Catarina. Os novos equipamentos são mais modernos e abrem possibilidade para novas funcionalidades, como pagamento com cartão e segunda via de fatura. Além disso, para estar cada vez mais conectada às necessidades dos seus clientes e alinhada às boas práticas de mercado, a Celesc ampliou os serviços oferecidos em seus canais virtuais de atendimento. Destaque para a Agência Web (www.celesc.com.br) e o aplicativo Celesc, uma ferramenta eficiente e rápida, que pode ser utilizada para registro de falta de energia, consulta de débitos, segunda via da fatura, pedido de religação por corte, entre outros serviços. Com o objetivo ampliar as opções de pagamento das faturas de energia elétrica em atraso e proporcionar mais comodidade aos clientes, a Companhia disponibilizou o parcelamento dos débitos vencidos por meio de cartão de crédito.

relatório de Administração Comentário do Desempenho

Sensível ao momento crítico devido à pandemia mundial, em março de 2020, foi constituído um Comitê de Parcelamento, que já efetuou o parcelamento de faturas de energia elétrica para cerca de 183 mil unidades consumidoras, que totalizaram, aproximadamente, R\$500 milhões, sendo R\$175 milhões ao Grupo A (indústria e comércios) e outros R\$325 milhões ao Grupo B (residenciais). Destes montantes, cerca de R\$163 milhões e aproximadamente 68 mil clientes do grupo B fizeram seus parcelamentos em 2021 e outros 359 do grupo A, demonstrando, nesse caso, que os níveis de parcelamento retomaram os níveis pré-pandemia. Também entre 16 de novembro de 17 de dezembro de 2021, a empresa realizou a semana da conciliação – “Limpa Nome”, onde 7.558 clientes puderam acertar suas contas com a Companhia, num total de aproximadamente R\$15,4 milhões.

Iniciamos a revitalização civil de todas nossas lojas no Estado, com propósito de criarmos uma identidade visual corporativa, onde todas as nossas lojas estão passando por reformas civis e substituição de toda mobília, com propósito também de propiciar melhor conforto aos nossos empregados e clientes.

O projeto para implantação de um novo sistema comercial foi iniciado, com a contratação de empresa especializada para implantação do novo sistema e a aquisição do sistema SAP HANA, pioneiro em todo país, que levará a empresa a vanguarda da digitalização mundial quanto ao tema.

Os investimentos da Celesc em obras, melhorias, materiais e equipamentos, além de serviços, somaram cerca de R\$608 milhões. Desse total, estão sendo destinados aproximadamente R\$225 milhões para a instalação de redes elétricas de média e baixa tensão e R\$185 milhões para melhorias no sistema elétrico de alta tensão (subestações e linhas de transmissão, com benefícios para o atendimento de todas as regiões do território catarinense).

Entre 2019 e 2021, o sistema de alta tensão já iniciou a operação de 7 novas subestações (Canoinhas, Brusque, Araquari, Palhoça, Capoeiras, São José e Chapecó), sendo que 5 outras delas já tiveram suas obras iniciadas e serão concluídas nos próximos meses: Itapema-Meia Praia; Barra Velha; Capivari de Baixo, Itajaí-Salseiros e Joinville-Boa Vita, além de várias linhas de distribuição em 69 e 138 kV e ampliações de outras 17 subestações pelo Estado, com duplicação da capacidade de distribuição.

Em 2021, os recursos para manutenção do sistema elétrico somaram R\$129 milhões e, deste total, R\$20 milhões foram destinados à limpeza de faixa, poda e roçada de vegetação. Esse último é um dos investimentos mais importantes para o Verão, tendo em vista que a vegetação que alcança a rede elétrica em temporais é causa de 35% das ocorrências no sistema. A rede elétrica também foi inspecionada com “termovisores”, equipamentos que permitem, por meio da análise da temperatura local, identificar preventivamente pontos de desgaste (em chaves, emendas e conexões), possibilitando a substituição de itens antes da falha. A inspeção foi realizada em 85% dos troncos de alimentadores que somam mais de 7,5 mil quilômetros de rede.

Na cidade de Araranguá, no sul do Estado, em julho de 2021, finalizou-se o desenvolvimento da primeira cidade com medição inteligente de energia, projeto pioneiro que dá o primeiro passo para inserir Santa Catarina no mapa das *smartcities* (cidades inteligentes). Com investimento aproximado de R\$23 milhões, o projeto-piloto irá substituir medidores de energia convencionais por equipamentos inteligentes, que disponibilizam dados sobre a qualidade da energia que chega ao cliente, permitindo a melhor gestão do seu consumo e perdas, bem como a realização de alguns serviços comerciais de maneira remota, proporcionando a identificação instantânea de ocorrências na rede elétrica, dando mais agilidade aos atendimentos.

Para estimular e promover o uso consciente e eficiente de energia elétrica em diferentes segmentos da sociedade, a Celesc D promove projetos na área de Eficiência Energética. Um dos exemplos dessas ações é o “Sou Legal, Tô Ligado”, que beneficiou famílias de baixa renda com redução na conta de energia elétrica em Santa Catarina, e ficou entre os três finalistas do prêmio *PMI (Project Management Institute)* de Santa Catarina - Melhores do Ano 2021. Com investimentos de R\$22,3 milhões, o projeto foi executado ao longo de 22 meses, entre setembro de 2019 e julho de 2021. No total, foram atendidos 15.571 mil clientes em 25 cidades catarinenses. A iniciativa consistiu em substituir equipamentos como chuveiros, lâmpadas e refrigeradores antigos - e que consomem mais energia -, por aparelhos mais novos e econômicos.

Também no âmbito da eficiência energética, a Celesc D segue trabalhando em ações de modernização do sistema elétrico urbano de 19 municípios catarinenses, com a troca de mais de 15 mil luminárias ineficientes. Com a adoção do projeto “Cidade + Eficiente”, iniciado em 2018, as comunidades locais foram beneficiadas com mais segurança e aumento do conforto visual nas ruas, por meio de um sistema de iluminação pública sustentável na medida em que, com as lâmpadas de LED, a necessidade de manutenção cai em até 60%. Além disso, o projeto tem proporcionado às cidades atendidas uma economia de R\$5,7 milhões por ano, ou o equivalente a 7.654 MWh, e o plantio de mais de 9 mil árvores. Cidades catarinenses como Itá, Santo Amaro da Imperatriz, Campos Novos, Modelo e Pomerode tiveram o projeto concluído entre 2019 e 2021.

O Projeto Eletroposto Celesc é um dos destaques de 2021. É uma parceria da Celesc D com a Fundação CERTI, com financiamento do programa de P&D da ANEEL, para a difusão do conceito da mobilidade elétrica no estado de Santa Catarina e no país ao estabelecer uma infraestrutura de recarga veicular que engloba mais de 680 km de extensão cobertos com 8 estações de carregamento rápido e mais 22 estações semirrápidas em cidades de todas as regiões do Estado. O objetivo é a integração dos três Estados da região Sul, abrindo caminho para a interligação a nível Mercosul através da Argentina.

Atuando na Geração de Energia e Novos Negócios, a Celesc Geração – Celesc G, tem seu parque gerador formado por 18 usinas, sendo 12 unidades próprias e seis com sócios privados, com 126,51 MW de capacidade instalada, produzindo energia de forma ininterrupta. A empresa também possui participação em um empreendimento de transmissão que contempla uma subestação



~~Relatório da Administração~~ Comentário do Desempenho

525/230kV e 433 quilômetros de linhas de transmissão de 525 e 230kV, que percorrem aproximadamente trinta municípios catarinenses.

Em 2021, a Celesc Geração – Celesc G, investiu cerca de R\$19 milhões na modernização e ampliação do seu parque gerador e aportou R\$5 milhões nas suas participadas.

Em julho de 2021, obteve junto à ANEEL, a autorização para operação comercial da ampliação da Usina Celso Ramos, localizada em Faxinal dos Guedes/SC, que teve sua capacidade instalada aumentada de 5,62 MW para 13,92 MW. Esse projeto, que iniciamos em 2019, foi integralmente implantado durante a pandemia e, mesmo com essa condição, foi executado dentro do cronograma previsto e mais importante, sem variação no orçamento estimado para a obra, que fechou em R\$40 milhões.

A inauguração dessa importante obra foi realizada em setembro, com a presença do governador do Estado, Sr. Carlos Moisés, sendo que também foi inaugurada naquele local a 1ª Usina Solar da Celesc G, que opera com 28 kWp de potência instalada, denominada Celso Ramos Solar, classificada como microgeração, que injetará energia na rede de distribuição, convertendo em créditos para a Celesc G. Com a ampliação da PCH Celso Ramos, a Empresa obteve a prorrogação da concessão dessa usina até 2035, modelo de renovação de concessão considerado inédito no setor.

A Empresa também obteve uma importante conquista regulatória, referente à discussão junto à ANEEL quanto à indenização de Projeto Básico da Usina Pery, que teve sua concessão prorrogada em 2017, por mais trinta anos. Com a resolução, em âmbito administrativo, no processo tarifário de 2021, o valor da indenização foi incluído na RAG - Receita Anual de Geração (ciclo 2021/2022) de forma retroativa, resultando uma RAG de indenização de R\$ 53,9 milhões além do incremento da Receita Anual na tarifa da Usina.

Outro aspecto regulatório relevante à Celesc G diz respeito à repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (*GSF*), estabelecendo compensações às hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, mediante a extensão do prazo de outorga, nos termos das Leis nº 14.052/2020 e nº 13.203/2015. Com a adesão aos termos, a Celesc Geração identificou que seis usinas terão ampliação de 7 anos de concessão e 1 usina terá ampliação de 4,2 anos, garantindo à empresa maior tempo para exploração desses ativos.

Já sob os aspectos de Novos Negócios, em dezembro a Celesc G concluiu os estudos e obteve as aprovações internas para iniciar em 2022 o desenvolvimento do negócio em Geração Distribuída, aproveitando a janela de oportunidade proposto no PL nº 5829/2019, convertido na Lei nº 14.300/2022. O foco inicial da empresa será em construção de fazendas solares pelo Estado e contratação destes ativos à empresas com foco em consumo de energia renovável a partir de fonte solar.

Em dezembro de 2021, a Diretoria Executiva aprovou junto ao Conselho de Administração, e em linha com o novo Plano Diretor da Celesc G, o fortalecimento da Empresa para Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente do Mercado Livre – ACL. Essa atividade, até agora insipiente com poucos negócios a partir da comercialização de energia elétrica de usinas próprias, passará a ser intensificada com contratos maiores e com outros agentes envolvidos, geradores e comercializadores, por exemplo. A Empresa já iniciou seu contato com alguns potenciais clientes para apresentar seu portfólio de possibilidades, oferecendo soluções em energia com excelência. Neste estágio, a Celesc priorizará as empresas em território do Estado de Santa Catarina para prestação de mais este serviço.

A Celesc também realiza ações que valorizam as políticas sociais e de editais de incentivos fiscais que refletem no desenvolvimento educacional, esportivo e cultural da população do Estado. Neste ano, a empresa selecionou 31 projetos para receber os incentivos fiscais referentes à Chamada Pública para Projetos Culturais e Esportivos, referente ao exercício de 2021. Nesta edição, o investimento foi de R\$3,2 milhões em iniciativas de todas as regiões do Estado, sendo R\$2,6 milhões para 22 projetos culturais e R\$659 mil para 9 projetos esportivos. Foram atendidas propostas aprovadas pela Lei Federal de Incentivo à Cultura nas modalidades artes cênicas, música e audiovisual, e pela Lei de Incentivo aos Esportes na modalidade de Desporto Educacional.

Buscando promover o desenvolvimento da sociedade na qual está inserida, em 2021, a Celesc destinou por meio de incentivos fiscais, aproximadamente R\$243 mil à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brusque. A entidade promove apoio às mulheres com câncer, com atendimento médico-assistencial e psicossocial para a prevenção e combate à doença. A destinação dos recursos integra o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – Pronon, do Ministério da Saúde, que está inserido na Política de Responsabilidade Social da Companhia.

A Celesc efetuou em 2021 o repasse de recursos ao Fundo da Infância e Adolescência – FIA e ao Fundo do Idoso – FEI que, somados, ultrapassaram R\$1,3 milhão. Os valores foram repassados diretamente aos Fundos, que são geridos pela Secretaria do Desenvolvimento Social do Estado de Santa Catarina, com participação dos Conselhos Estaduais que desenvolvem ações no Estado para atender cada um de seus públicos-alvo.

Também, por meio de sua área de Responsabilidade Social, em 2021, a Companhia fez o lançamento da Política de Diversidade e Inclusão. Participaram do evento representantes do BID, Ethos, Abradee, Childhood Brasil, Abring, ODS Santa Catarina, entre outras instituições. Nesse sentido, a Companhia reforça sua posição, como empresa, para disseminar internamente a cultura de diversidade, trazendo mais dinamismo e produtividade, e, ainda, atuando como indutora do desenvolvimento catarinense, ajudando a construir uma sociedade mais justa e humana


~~relatório de Administração~~ **Comentário do Desempenho**

A Celesc, consciente da importância da atuação das entidades filantrópicas no Estado de Santa Catarina, reduziu a taxa de administração referente à arrecadação de convênios sobre as doações recebidas por entidades sem fins lucrativos por meio da fatura de energia. Com a redução, estima-se que serão repassados, ao ano, cerca de R\$3,3 milhões adicionais a essas instituições, atualmente, a Companhia tem convênios firmados com 572 entidades filantrópicas.

Em 2021 a Diretoria Executiva aprovou uma nova estrutura funcional na Empresa, sendo que as áreas descentralizadas terão focos em, especialmente, em quatro macro processos: Combate a Perdas Não Técnicas (fraudes) e Inadimplência; Projeto e Construção (Base de remuneração regulatória - BRR); Operação e Manutenção do Sistema Elétrico (DEC / FEC) e Atendimento aos Clientes. Com este novo modelo, as oito macro regiões do Estado (Sul, Capital, Leste, Norte, Planalto Serrano, Meio Oeste, Oeste e Vale) trabalharão orientados a processos com propósito de avançar no atendimento ao cliente e resultado aos acionistas.

Em paralelo, na Administração Central, o Departamento de Clientes e Faturamento foi dividido em dois, ficando um Departamento para Atendimento ao Cliente e outro Departamento de Faturamento, dando ainda mais foco em cada uma dessas duas importantes áreas da empresa. Soma-se a isto a criação de um Departamento de Telecomunicação, que atenderá a todo Estado quanto a manutenção da telecom e compartilhamento dessa infraestrutura com operadoras de telefonia, internet, TV e etc.

Na área de segurança, foi criado um Departamento de Segurança, Saúde e Bem-estar, que gerenciará todo processo correlato a este tema em todo Estado, ficando todos os empregados das áreas de segurança, medicina do trabalho e assistência social atrelados às divisões subordinados a este departamento, além da divisão de procedimentos e normas de saúde e segurança.

No que tange a segurança, este tema foi incorporado como um dos valores da Empresa: "Segurança: é dever de todos o respeito à vida, a prevenção de acidentes e a promoção de boas práticas de segurança". Isto posto, a Celesc contratou a empresa DuPont para um diagnóstico completo, durante 24 meses, sobre o tema de Segurança, Saúde e Bem-estar da Celesc, a fim de aperfeiçoarmos nossos processos, boas práticas de segurança e, especialmente, engajarmos ainda mais todos nossos empregados próprios e parceiros na mudança de cultura em prol do acidente zero.

Em 2021, o EBITDA do consolidado atingiu o total de R\$1.042,8 milhões. Comparando-o com o mesmo período do ano anterior (R\$922,6 milhões), representa um aumento de 13%, refletindo a resiliência da companhia frente a um cenário adverso, através de um ótimo desempenho das Receitas e Despesas no período. O Lucro Líquido apurado foi de R\$563,2 milhões no ano, frente a R\$518,7 milhões referente ao ano anterior, um resultado líquido 8,6% maior entre os períodos, reflexo da elevação do resultado em sua subsidiária integral Celesc G e do maior retorno em equivalência patrimonial de suas investidas. Na controlada Celesc D, o aumento do seu faturamento (+24,1%), do crescimento do mercado (+7,0%), além de todo o comprometimento da empresa com a gestão de suas despesas gerenciáveis (-4,2%), no controle eficiente dos investimentos, também trouxeram bons resultados.

Em 2021, foram aplicados R\$777,1 milhões para expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão. Desse total, R\$753,1 milhões foram aplicados pela subsidiária Celesc D e R\$24,0 milhões pela subsidiária Celesc G, com incremento total de 17,6% em relação ao volume registrado em 2020 (R\$671,2 milhões).

Com os investimentos ao longo dos últimos anos, os indicadores de qualidade do serviço têm mantido melhoria contínua e a Celesc vem se firmando cada vez mais como Grupo, com constante e consistente desenvolvimento das atividades de geração de energia e novos negócios. Além da política de investimentos, as subsidiárias mantêm o foco na otimização dos custos operacionais, gerenciando continuamente o custo de Pessoal, Materiais, Serviços e Outros – PMSO.

Os resultados positivos registrados nos indicadores técnicos e econômicos traduzem uma maior solidez do Grupo e, principalmente, um atendimento cada vez melhor à Sociedade Catarinense.

Fica nosso muito obrigado a toda Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e a cada um de nossos Gestores, Gestoras, Empregados e Empregadas que caminham com muita energia nesta jornada em busca de prover melhor qualidade de vida aos Catarinenses e bons resultados aos acionistas.

Cleicio Poletto Martins
Diretor Presidente

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, da Manifestação do Conselho de Administração e do Relatório dos Auditores Independentes.

Este Relatório é prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, mas está à disposição para acesso público nos *websites* da Celesc, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da B3, sendo ainda publicado em mídia impressa em jornal de grande circulação no município onde está localizada a sede da Companhia, de acordo com a legislação brasileira.

Ainda com vistas à homogeneidade da comunicação com os seus diversos públicos, a Companhia divulga anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade, desenvolvido conforme as diretrizes da *Global Reporting Initiative – GRI*, disponível no portal de Relações com Investidores, no endereço: www.celesc.com.br/ri

1. GRUPO CELESC

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma empresa do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *Holding* em 2006, a Companhia possui duas subsidiárias integrais: Celesc Geração S.A. – Celesc G e a Celesc Distribuição S.A. – Celesc D. Além disso, detém o controle acionário em conjunto da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan e do Projeto da Usina Elétrica Cubatão.

Seu acionista controlador é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias. As demais ações ordinárias estão assim distribuídas: Energias do Brasil S.A. – EDP – 33,11%, Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS – 8,63%, Geração L Par Fundos de Investimentos – 2,97%, Eletrobras – 0,03%, outros investidores – 5,09%. Do total da Companhia o Governo do Estado detém 20,20%, Energias do Brasil S.A. – EDP – 29,90%, Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS – 4,07%, Geração L Par Fundos de Investimentos – 9,92%, Eletrobras – 10,75%, Alaska Poland FIA 9,18% e outros investidores – 15,98%.

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

dezembro/2021

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	ELETROBRAS	CELOS	GF LPPAR FIA	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	0,03% ON	8,63% ON	2,97% ON	0,00% ON	5,09% ON
0,00% PN	27,73% PN	17,98% PN	1,00% PN	14,60% PN	15,37% PN	23,32% PN
20,20% T	29,90% T	10,75% T	4,07% T	9,92% T	9,18% T	15,98% T

FREE FLOAT
75%O = Ordinárias
P = Preferenciais
T = Total

100,0% T	100,0% T	51,0% O 0,0% P 17,0% T	23,0% T	30,9% T	40,0% T	13,0% O 13,0% P 13,0% T
Celesc Distribuição	Celesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CUBATÃO*	CASAN

26,0%	Cia Energética Rio das Flores
32,5%	Rondinha Energética
40,0%	Xavantina Energética
49,0%	Garça Branca
10,0%	EDP Transmissão Aliança SC

* Não operacional/ Projeto em desenvolvimento

~~Relatório da Administração~~ Comentário do Desempenho

1.1. Prêmios

1.1.1. Prêmio ANEEL e Prêmio ABRADDEE

A empresa, que completou 66 anos em 2021, mantém o reconhecimento pelo setor e consumidores como uma das melhores distribuidoras de energia elétrica do país. A comemoração ocorre no momento em que projetos e programas para melhorar a qualidade de vida dos catarinenses ganham destaque. A empresa foi finalista do Prêmio ANEEL de Qualidade 2020, promovido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, nas categorias Região Sul e Brasil entre as 31 concessionárias que atendem mais de 400 mil unidades consumidoras (UCs). A premiação tem como objetivo destacar as distribuidoras mais bem avaliadas, resultantes de pesquisa de opinião realizada com os clientes de energia elétrica em todo o Brasil. A Celesc também foi reconhecida no Prêmio ABRADDEE como a terceira melhor distribuidora de energia elétrica avaliada pelos clientes, entre as 31 concessionárias de todo o país que atendem mais de 500 mil unidades consumidoras (UCs). A conquista foi anunciada durante o Prêmio ABRADDEE 2021, que celebra, anualmente, os resultados alcançados pelas distribuidoras no atendimento aos consumidores e sua contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços de energia.

1.1.2. Certificação de Responsabilidade Social

Pelo sétimo ano consecutivo, a Assembleia Legislativa do Estado – ALESC certificou a Celesc por suas práticas em Responsabilidade Social. A certificação de Responsabilidade Social, promovida pela ALESC em parceria com outras instituições, tem o objetivo de reconhecer e destacar empresas privadas, públicas e organizações sem fins lucrativos que tenham responsabilidade social como política de gestão.

1.1.3. Prêmio ABRACONEE para Demonstrações Financeiras

A Celesc D recebeu o prêmio de 2º lugar nacional na categoria Empresas de Grande Porte, pela qualidade da apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e a Celesc Holding o 3º lugar na categoria Holding, ambos durante o XXVII Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – ENCONSEL, realizado em formato de *webinar*, entre os dias 22 e 24 de novembro de 2021.

Esse Prêmio é conferido anualmente pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – ABRACONEE às empresas que se destacam nos quesitos conteúdo, correção gramatical, apresentação gráfica, elaboração das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração, Balanço Social e Notas Explicativas.

1.1.4. Prêmio PMI 2021 – Project Management Institute

O projeto de Eficiência Energética “Sou Legal, Tô Ligado”, que beneficiou famílias de baixa renda com redução na conta de energia elétrica, ficou em 3º lugar no prêmio PMI (*Project Management Institute*) de Santa Catarina - Melhores do Ano.

Com investimentos de R\$ 22,3 milhões, o projeto foi executado ao longo de 22 meses, entre setembro de 2019 e julho de 2021. No total, foram beneficiados 15.571 mil clientes em 25 cidades catarinenses. A economia de energia obtida foi de 5.195 MWh/ano, representando um benefício anual que somou mais de R\$ 3,6 milhões para as famílias participantes. A economia anual na fatura de energia de cada cliente foi de R\$ 235,80.

A iniciativa, realizada no âmbito do Programa de Eficiência Energética da Empresa, consistiu em substituir equipamentos como chuveiros, lâmpadas e refrigeradores antigos - e que consomem mais energia -, por aparelhos mais novos e econômicos.

1.2. Destaques do Ano

1.2.1. Renovação Automática de Licença Ambiental de Operação – LAO

A Celesc D foi a primeira empresa catarinense beneficiada com essa nova modalidade para a atividade de Linhas de Distribuição, em setembro, iniciativa desenvolvida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, órgão ambiental estadual. A LAO é a última de três autorizações ambientais: Licença Prévia – LAP, Licença de Instalação – LAI e LAO, necessárias para o funcionamento do empreendimento e que devem ser renovadas, em média, a cada quatro anos.

No caso da atividade de Linhas de Distribuição, o impacto, como a supressão de vegetação e implantação das estruturas e cabos, já ocorreu na fase de instalação do empreendimento. Anteriormente, o processo de renovação de LAO era moroso e, a partir do lançamento da modalidade autodeclaratória, se não houver alterações no projeto original do empreendimento, a renovação é concedida de forma *online* e imediata.

1.2.2. Concurso Nacional de Desenho, Redação e Vídeo sobre Eletricidade com Segurança

Estudantes catarinenses, por meio da Celesc D, voltaram a se destacar no *Concurso Nacional de Desenho, Redação e Vídeo* promovido pela Associação Brasileira de Conscientização para os Perigos da Eletricidade – Abracopel.

Relatório de Administração / Comentário do Desempenho

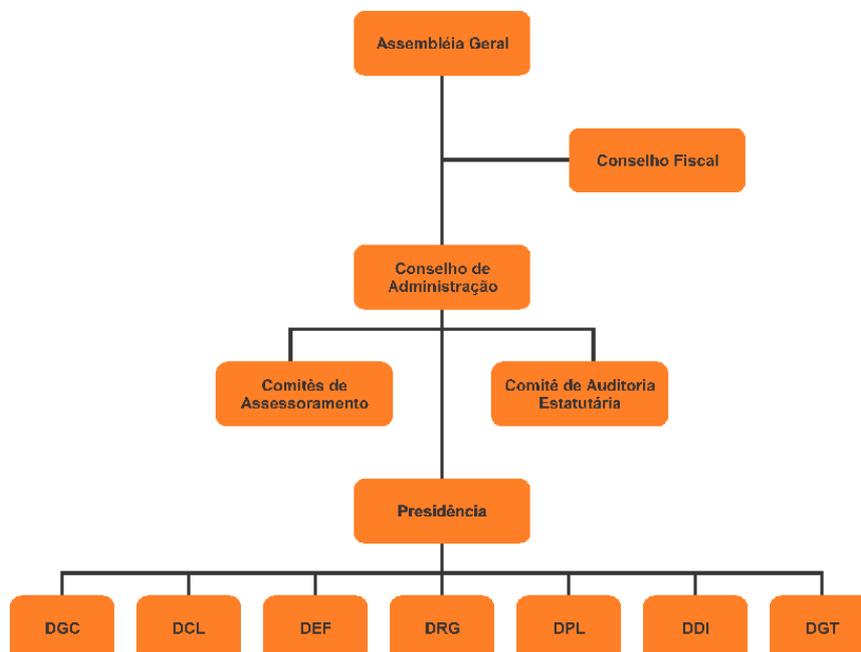
O concurso, realizado todos os anos, recebe inscrições de todo o País, porém, em Santa Catarina, a parceria existente entre a Abracopel e a Celesc proporciona a oportunidade de as escolas, dentro da área de concessão da Companhia, participarem nas duas etapas: Nacional e Regional. Essa parceria com a Abracopel consolida, na prática, o princípio de Responsabilidade com a Sociedade, os Empregados e o Meio Ambiente.

Em 2021 foram 31 escolas participantes em 26 municípios catarinenses. A regional da Celesc apresentou no concurso 475 trabalhos inscritos em 5 categorias. Foram premiados os 10 primeiros de cada categoria com medalha e certificado e o primeiro lugar com um tablet. Ao todo a edição impactou mais de 18 mil alunos em todo estado.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Celesc foi a primeira empresa a aderir ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3. A adesão foi aprovada no dia 17 de junho de 2002 e formalizada no dia 26 do mesmo mês. O segmento de listagem Nível 2 é similar ao Novo Mercado, porém com algumas exceções. As empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN). No caso de venda de controle da empresa, é assegurado aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador, prevendo, portanto, o direito de *tag along* de 100% do preço pago pelas ações ordinárias do acionista controlador. As ações preferenciais ainda dão o direito de voto aos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a empresa, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas.

2.1. Organograma da Administração da Companhia



2.1.1. Assembleia Geral dos Acionistas

Órgão soberano, convocado e instalado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Empresa, em vigor. Possui poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto social da Celesc e tomar as resoluções necessárias e convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, inclusive com a verificação das ações adotadas pela administração.

2.1.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. O Conselho tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

É formado por 11 membros, dos quais oito são independentes (classificados de acordo com o Regulamento do Nível 2) com mandato de dois anos, sendo 6 representantes do acionista majoritário, 3 representantes dos acionistas minoritários, 1 representante dos acionistas preferencialistas e um representante (eleito) pelos empregados.

A seguir, a formação do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2021:

relatório de Administração / Comentário do Desempenho**Conselho de Administração**

Representante Acionista Majoritário	João Eduardo Noal Berbigier*.
Representante Acionista Majoritário	Cleício Poletto Martins
Representante Acionista Majoritário	Amir Antônio Martins de Oliveira Jr.*
Representante Acionista Majoritário	Luiz Alberton*
Representante Acionista Majoritário	Michelle Silva Wangham*
Representante Acionista Majoritário	Vanessa Evangelista Rothermel
Representante Acionistas Minoritários	Fábio William Loreti*
Representante Acionistas Minoritários	Luiz Otávio Assis Henriques*
Representante Acionistas Minoritários	João Manuel Brito Martins*
Representante Acionistas Preferencialistas	Fabício Santos Debortoli*
Representante dos Empregados	Leandro Nunes da Silva

* Conselheiros Independentes.

2.1.3. Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente. Tem como principais atribuições supervisionar as atividades dos Auditores Independentes e das áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1 representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinários.

Comitê de Auditoria Estatutário

Representante Acionista Majoritário	Amir Antônio M. de Oliveira Júnior*
Representante Acionista Majoritário	Thiago Sá Fortes Regis*
Representante Acionista Majoritário	Ernesto Fernando Rodrigues Vicente*
Representante Acionistas Minoritários	Antônio Carlos Siegner Laporta*
Representante Acionistas Preferencialistas	Octavio René Lebarbenchon Neto*

* Conselheiros Independentes.

2.1.4. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como principais funções analisar as Demonstrações Financeiras e discutir esses resultados com os Auditores Independentes. É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1 representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinários. No quadro a seguir, a formação do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2021:

Conselho Fiscal

Representante do Acionista Majoritário	Luiz Felipe Ferreira Suplente: Ricardo de Souza
Representante do Acionista Majoritário	Márcio Ferreira Suplente: Renan Moresco Pirath
Representante do Acionista Majoritário	Juliano Batalha Chiodeli Suplente: Marcelo José Garcia Costa Filho
Representante dos Acionistas Minoritários	Leandro Carron Rigamonte Suplente: Oswaldo Noce Dalla Torre
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Paulo Caio Ferraz de Sampaio Suplente: João Gustavo Specialski

2.1.5. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Companhia é formada por 8 diretorias, sendo os diretores indicados e aprovados pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2021, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria de Distribuição, Diretoria Comercial, Diretoria de Regulação e Gestão de Energia, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios e Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente	Cleício Poletto Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	Claudine Furtado Anchite
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios	Pablo Cupani Carena
Diretor de Distribuição	Sandro Ricardo Levandoski
Diretor Comercial	Vitor Lopes Guimarães
Diretor de Regulação e Gestão de Energia	Fabio Valentim da Silva
Diretor de Gestão Corporativa	Marcos Penna
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance	Pilar Sabino da Silva

2.1.6. Contabilidade

A supervisão e responsabilidade técnica é da Gerente do Departamento de Contabilidade – DPCO, Sra. Rogéria Rodrigues Machado, CRC/SC – 024.797/O-0.

Relatório de Administração / Comentário do Desempenho

2.2. Diretrizes Estratégicas e Criação de Valor

As premissas estratégicas do Grupo Celesc fazem parte de seu Plano Diretor, um plano amplo e de longo prazo, denominado atualmente de Celesc 2025-2035. Foi reestruturado em 2019 (do então denominado Celesc 2030) a partir de exaustivos estudos de cenários, ambições dos *stakeholders* e as diretrizes legais vinculadas à gestão estratégica, para indicar o caminho a ser seguido pela companhia para a sustentabilidade e a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade. De lá para cá, o plano passou por duas revisões anuais. Em 2020, o plano foi revisitado para avaliação dos impactos e ajustes necessários frente, especialmente, à crise sanitária da COVID-19 e, em 2021, foi novamente revisitado, considerando a visão dos envolvidos, assim como aspectos do ambiente interno e externo.

O Plano Diretor define as Bases da Estratégia Corporativa, Posicionamento, Objetivos Estratégicos e as macro metas até 2025 e horizonte até 2035. As metas de curto e médio prazo são refletidas no Planejamento Estratégico para 5 anos, que também contempla o detalhamento de Iniciativas Estratégicas em Projetos.

Na Identidade Corporativa, no último processo de revisão, foi apontada a necessidade de reforçar o tema segurança dos empregados nos valores e princípios da Empresa, dada sua relevância para todos.

PROPÓSITO
Cumprir sua função pública de prover energia para o desenvolvimento e qualidade de vida.

VALORES

- **Segurança:** dever de todos o respeito à vida, prevenção de acidentes e promoção de boas práticas de segurança;
- **Ética** na conduta com pessoas e processos;
- **Responsabilidade** com a sociedade, empregados, meio ambiente e acionistas;
- **Eficiência** refletida na geração de valor aos acionistas e na qualidade do serviço prestado aos clientes.

MISSÃO
Oferecer soluções em energia com excelência, garantindo o desenvolvimento sustentável do negócio.

VISÃO
Ser uma empresa de energia eficiente, reconhecida por seu nível de qualidade e geração de valor.

Celelesc

O mapa estratégico, que define os objetivos estratégicos direcionadores de resultados que a empresa pretende atingir e norteia os principais indicadores e metas físicas financeiras e de sustentabilidade, foi também revisitado, conforme demonstrado a seguir:



Relatório de Administração / Comentário do Desempenho

Para concretizar os objetivos e as metas estabelecidas na revisão anual do Plano Diretor e do Planejamento Estratégico, são direcionadas as Iniciativas Estratégicas, para os próximos 5 anos, conforme relacionadas: (i) Recuperação de Receitas e Gestão de Provisões; (ii) Gestão de Investimentos; (iii) Automação e Transformação Digital; (iv) Investimento Seletivo em Novos Negócios; (v) Gestão por Processos e Metas; (vi) Equilíbrio atuarial.

2.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Celesc e suas subsidiárias integrais contam com uma estrutura de governança alinhada às boas práticas corporativas e relacionada à Segunda Linha de Defesa conforme o modelo das Três Linhas do *Global Institute Of Internal Auditors* (IIA), tais como Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

A Celesc possui uma Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, disponível para consulta no Portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri), que orienta a alta administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Companhia, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da gestão estratégica de Riscos Corporativos, Riscos de Reporte Financeiro e Riscos de Integridade, definindo as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da Diretoria Executiva e dos demais envolvidos. Esta política foi revisada na íntegra, considerando os aspectos legais vigentes, estrutura da empresa, *benchmarking*, melhorias nos processos afetos e foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de outubro de 2020 conforme registro em ata.

A estrutura de governança de controles e riscos do Grupo Celesc é organizada da seguinte forma:

O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como uma de suas responsabilidades específicas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa (Lei Federal nº 13.303/2016 – Lei das Estatais).

Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, para integrar a estrutura organizacional de gestão de riscos, a empresa possui desde 2018, também em atendimento a Lei nº 13.303/2016, o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, constando entre suas atribuições, supervisionar, avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e monitorar a exposição aos riscos do Grupo Celesc.

Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites, desenvolvimento de planos de ação para mitigação dos riscos e acompanhamento da execução destes.

A Companhia conta com uma Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL, que tem entre suas atribuições o desenvolvimento da gestão estratégica de riscos e controle interno, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc. Dentro da estrutura hierárquica desta Diretoria, há o Departamento de Gestão de Riscos e Controle Interno, que coordena os trabalhos de gestão de riscos e controle interno, aplicando metodologias específicas usadas mundialmente. Entre as principais ações realizadas em 2021, destaca-se: a avaliação e revisão dos riscos corporativos mais críticos, a revisão dos processos mapeados, selecionados conforme materialidade das Demonstrações Financeiras, bem como dos riscos de reporte financeiro e controles neles existentes além dos testes de efetividade dos controles internos. Todos estes trabalhos, sempre reportados para Diretoria Executiva e para o Comitê de Auditoria Estatutário.

2.4. Compliance

A exemplo do ano anterior, a Diretoria Executiva reforçou, em 2021, o apoio da alta administração ao Programa de Compliance por meio da assinatura da Carta Compromisso, assumindo a missão de patrocinar as ações e práticas de Compliance e contribuindo para uma gestão mais transparente e legítima.

Novos treinamentos sobre o Código de Conduta Ética e o Programa de Compliance (“Fazer o certo é bom para todos”) também foram desenvolvidos e disponibilizados ao público interno em plataforma EAD, contemplando o quadro de empregados, diretores e conselheiros através de trilhas de aprendizagem.

As trilhas de capacitação foram planejadas para promover a ideia de que a integridade vai muito além do cumprimento de deveres e obrigações, sendo um verdadeiro princípio que deve ser perseguido por todos na Companhia.

Da mesma forma que os treinamentos apontados, a comunicação exerceu um papel fundamental na efetivação de uma cultura de integridade. Nesse contexto, diversas peças publicitárias foram divulgadas mensalmente nos meios de comunicação interna para abordar temáticas relacionadas ao Programa de Compliance da Companhia.

Para fortalecer o conjunto de diretrizes internas, normativas de integridade foram criadas e outras revisadas.

relatório de Administração / Comentário do Desempenho

Com o objetivo de identificar e avaliar o nível de exposição aos riscos de integridade nos relacionamentos comerciais firmados pela Celesc, o processo de análise de integridade de agentes econômicos e parceiros foi amadurecido no ano de 2021, com ênfase nas ações de monitoramento da gestão contratual.

A gestão de riscos de integridade foi outra importante iniciativa que teve continuidade na condução do Programa de Compliance da Celesc. Com o apoio de consultoria especializada, foram mapeadas situações de risco e desenvolvidos planos de ação, ensejando o comprometimento de diversas áreas e gestores da Companhia na missão de consolidar uma cultura de integridade. O processo de gestão de riscos de integridade consta da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Celesc (<http://ri.celesc.com.br/governanca-corporativa/politicas/>).

Para conhecer mais sobre o Programa de Compliance da Companhia, basta acessar a aba Governança Corporativa do portal de Relações com Investidores (Disponível em: <http://ri.celesc.com.br/>).

2.5. Proteção de Dados Pessoais

Alinhado ao valor e princípio de Ética na conduta com pessoas e processos, a Celesc reforça o compromisso com o respeito à privacidade e à proteção dos dados pessoais de seus clientes em conformidade com a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Ainda em 2020, para garantir a conformidade com a LGPD, foi designado um Encarregado de Dados e houve a contratação da empresa de consultoria Ernst & Young para realização do diagnóstico da adequação dos processos atuais à nova lei.

Já em 2021, como parte deste processo de conformidade, foram realizados diversos workshops para diretores, gerentes, empregados e terceiros, com o objetivo de contextualizar a LGPD e de apresentar a estrutura do Programa de Privacidade da Celesc.

Para saber mais, consulte nossa Política de Privacidade (Disponível em: <https://www.celesc.com.br/politica-de-privacidade-celesc>).

2.6. Políticas

Política de Responsabilidade Socioambiental

Preza pela melhoria contínua de nossas atividades empresariais, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.



Política

Anticorrupção Tem o objetivo de registrar e comunicar a todos envolvidos direta ou indiretamente com a Celesc que a Empresa atua de maneira legal, ética, transparente e profissional, além de se constituir em ferramenta de prevenção e orientação.



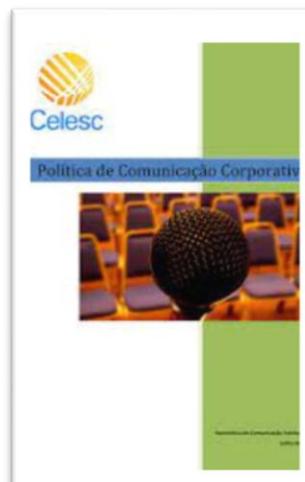
PROGRAMA DE Compliance

POLÍTICA DE COMPLIANCE

Fazer o certo é bom para todos.

Programa de Compliance

Busca ser instrumento de apoio na gestão e auxílio na tomada de decisões com maior segurança, visando afastar conflitos de interesses e ameaças à integridade da Empresa.



Política de Comunicação Celesc

Descreve as premissas a serem praticadas por todas as diretorias, assistências, gerências e profissionais das áreas de comunicação.

Descreve os objetivos, valores, diretrizes, públicos e processos da comunicação.

relatório de Administração / Comentário do Desempenho**Política de Segurança e Saúde do Trabalho**

Sua elaboração está fundamentada no compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho e a minimização dos riscos ocupacionais, visando estabelecer ambiente seguro e saudável para o trabalhador e fortalecer a integração da cultura de Segurança às estratégias empresariais.

**Código de Ética**

Fundamentado nos princípios de governança corporativa, transparência da informação e blindagem anticorrupção, também garante uma atuação coerente com os princípios da sustentabilidade.



Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações - Tem como finalidade estabelecer as práticas de divulgação e uso de informações, assim como a política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos - Aponta quais diretrizes devem ser observadas para a execução da gestão de riscos e controles internos e define as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê Jurídico e de Auditoria e da Diretoria Executiva.

Política de Relacionamento com Fornecedores - Tem por objetivos repassar aos parceiros comerciais as regras de conduta adotadas pela Celesc, recomendando que seus fornecedores estendam estes critérios para as empresas por eles contratadas, buscando assim a sustentabilidade da cadeia produtiva.

Política de Relacionamento Comercial - Na relação com seus clientes e consumidores, a Celesc se compromete a obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, proibição administrativa e atender as diretrizes estabelecidas em seu Código de Conduta Ética.

Outras políticas - Porta-vozes; Distribuição de Dividendos e Transações com Partes Relacionadas.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL**3.1. Celesc D****3.1.1. Expansão do Sistema**

O sistema elétrico de alta tensão sob responsabilidade da Celesc possui aproximadamente 5 mil quilômetros (km) de linhas de transmissão de 138 mil e 69 mil Volts, com aproximadamente 320 transformadores de potência e capacidade de 7,8 mil MVA para uma demanda máxima registrada de 5.116 MVA. Em 2021, foram realizadas ampliações, melhorias e finalização de obras em 16 subestações (SEs) e instalados medidores em 630 saídas de alimentadores em SEs, sendo 1 subestação nova concluída, 12 subestações com ampliação de capacidade e melhoria em 3 subestações, foram adquiridos 3 terrenos para a construção de subestações. Tem ainda 4 novas em execução, 4 novas em contratação, 5 ampliações em execução, 2 ampliações em contratação.

Entre os destaques no ano, está a construção de nova subestação (SE) em Chapecó, no Oeste do Estado (SE Chapecó Santo Antônio). Além disso, também foram ampliadas as SEs de Capinzal (SE Capinzal), Florianópolis (SEs Ilha Sul e Florianópolis Ingleses), Porto União (SE Porto União), Tijucas (SE Tijucas), Balneário Camboriú (SE Camboriú), Piçarras (SE Piçarras), Mafra (SE Mafra), Siderópolis (SE Siderópolis), Chapecó (SE Chapecó II), Jaraguá do Sul (SE Jaraguá Rio da Luz), Biguaçu (SE Biguaçu Quintino Bocaiúva), Içara (SE Içara) e Blumenau (SEs Blumenau Bairro da Velha e Blumenau Garcia), todas com impacto significativo no aumento da energia disponível para as suas respectivas áreas de atuação e, especialmente, na maior confiabilidade do sistema elétrico para o melhor atendimento aos consumidores. Está em andamento a construção das SEs Capivari de Baixo, no Sul catarinense, Itapema Meia Praia e Barra Velha Sertãozinho, no Litoral e Joinville Boa Vista no Norte, entre outras melhorias.

Além de investir nas grandes obras de ampliação do sistema e garantir o crescimento do mercado, a Celesc investe na melhoria do processo de operação desse sistema, com o objetivo de tornar mais ágil a recomposição em caso de acidentes ou falhas. Para isso, os recursos têm sido destinados especialmente em novas tecnologias, como o sistema de autorreconfiguração do sistema ou *self healing*, por meio da instalação de religadores, que são equipamentos que permitem dividir circuitos e remanejar cargas em caso de

relatório de Administração Comentário do Desempenho

ocorrências não programadas sem a necessidade de intervenção humana, reduzindo o tempo de reenergização da rede, que passa a ser em tempo real, e a quantidade de unidades consumidoras afetadas, aumentando, significativamente, a confiabilidade do atendimento. Em 2021, foram substituídos mais de 736,20 km de redes rurais (monofásica para trifásica e cabo protegido), foram realizadas 33 obras estruturantes em alimentadores e realizadas mais de 10 mil obras para ampliação e melhorias nas redes de distribuição. Foram instalados 946 novos religadores monofásicos e 113 religadores trifásicos para automação da rede. Também com foco preventivo, foram contabilizados recursos da ordem de R\$20,3 milhões nas ações de poda e roçada da vegetação próxima à rede elétrica.

Ainda em 2021, ocorreu a incorporação aos ativos da Celesc da Linha de Transmissão 138kV entre as Subestações Jorge Lacerda A e Palhoça ESUL, juntamente com 1 Bay da SE Imbituba (IBA) e 2 Bay da SE Palhoça-Pinheira (PPA), em conformidade com o Despacho ANEEL nº 2.410/2021. Até Agosto de 2023, serão incorporados aos ativos da Celesc D 17 instalações sendo 06 DIT (Demais Instalações de Transmissão) e 11 linhas de transmissão, perfazendo investimentos totais da ordem de R\$60 milhões.

3.1.2. Indicadores de Eficiência do Sistema

3.1.2.1. DEC e FEC

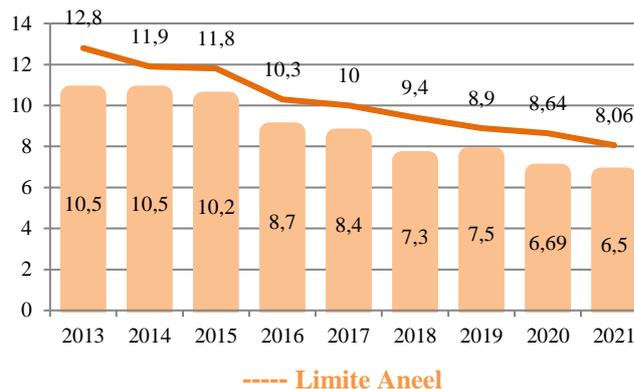
O índice de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D foi de 9,60 horas no ano de 2021, o que equivale a 93% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório. No ano, o índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 6,50 interrupções, o que representou 80% do limite regulatório estabelecido.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos indicadores de eficiência da Celesc D dos últimos nove anos:

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (horas ponderadas)



FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (número de vezes)

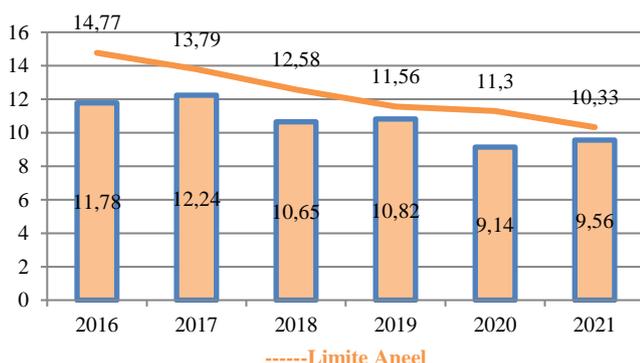


3.1.2.2. DECI e FECi

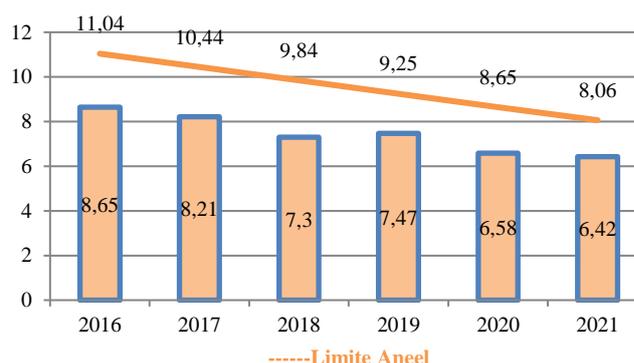
Em relação ao indicador DECI (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora causada por ocorrência no sistema interno, ou seja, da própria distribuidora), o desempenho, no ano, foi de 9,56 horas, o que equivale a 7,45% abaixo do limite estabelecido pela ANEEL no Contrato de Concessão para 2021. O FECi (número médio de interrupções por unidade consumidora causada por ocorrência no sistema interno) foi de 6,42 interrupções, 20,34% abaixo do limite do Contrato de Concessão para o ano.

O gráfico a seguir apresenta o acompanhamento dos indicadores de qualidade até o término de 2021.

Histórico de Apuração e Limites DECI



Histórico de Apuração e Limites FECi



relatório de Administração / Comentário do Desempenho**3.1.3. Distribuição de Energia Elétrica**

O consumo faturado total de energia elétrica na área de concessão somou 26.903 GWh em 2021, um crescimento de 6,96% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre). A alta foi puxada principalmente pelo desempenho das classes comercial e industrial, com crescimento de, respectivamente, 7,44% e 11,04% no comparativo anual.

O número de unidades consumidoras atendidas pela Celesc D atingiu o total de 3.229.298 em dezembro de 2021, representando aumento de 3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar da contínua migração de consumidores para o mercado livre, o consumo registrado pelo mercado cativo em 2021 alcançou 16.488 GWh, montante 2,73% superior ao registrado em 2020. O quadro a seguir apresenta maior detalhamento:

Classe de Consumo	Nº Unidades Consumidoras			Consumo Faturado (GWh)					
	dez/21	dez/20	Variação (%)	4T21	4T20	Variação (%)	12M21	12M20	Variação (%)
Mercado Cativo	3.227.276	3.133.421	3,00	4.015	4.093	-1,91	16.488	16.050	2,73
Residencial	2.543.070	2.468.904	3,00	1.538	1.551	-0,88	6.483	6.293	3,03
Industrial	125.993	116.524	8,13	614	640	-4,06	2.335	2.264	3,16
Comercial	298.426	286.950	4,00	781	770	1,46	3.122	3.031	3,02
Rural	230.663	232.636	-0,85	272	295	-7,69	1.121	1.160	-3,33
Demais Classes	29.124	28.407	2,52	810	838	-3,25	3.427	3.303	3,73
Poder Público	24.221	23.735	2,05	98	81	20,60	379	350	8,19
Iluminação Pública	961	910	5,60	144	159	-9,33	615	637	-3,50
Serviço Público	3933	3749	4,91	100	95	5,61	383	382	0,22
Suprimento de Energia	9	13	-30,77	468	503	-6,85	2.050	1.934	6,01
Consumidores Livres	1586	1346	17,83	2641	2523	4,66%	10401	9089	14,44
Industrial	825	740	11,49	2.225	2.174	2,34	8.830	7.790	13,34
Comercial	701	555	26,31	308	266	15,50	1.209	1.001	20,81
Rural	9	9	0,00	16	16	1,85	69	63	8,76
Serviço Público	9	4	125,00	9	0	-	14	0	-
Suprimento	42	38	10,53	83	67	23,72	279	234	19,11
Mercado Total	3.229.298	3.135.189	3,00	6.659	6.620	0,59%	26.903	25.151	6,96
Residencial	2.543.070	2.468.904	3,00	1.538	1.551	-0,88	6.483	6.293	3,03
Industrial	126.818	117.264	8,15	2.839	2.814	0,88	11.164	10.054	11,04
Comercial	299.127	287.505	4,04	1.089	1.036	5,07	4.332	4.032	7,44
Rural	230.672	232.645	-0,85	288	310	-7,21	1.190	1.223	-2,70
Demais Classes	29.175	28.449	2,55	902	905	-0,28	3.721	3.538	5,17
Consumo Próprio	436	422	3,32	3	3	2,53	14	13	8,95

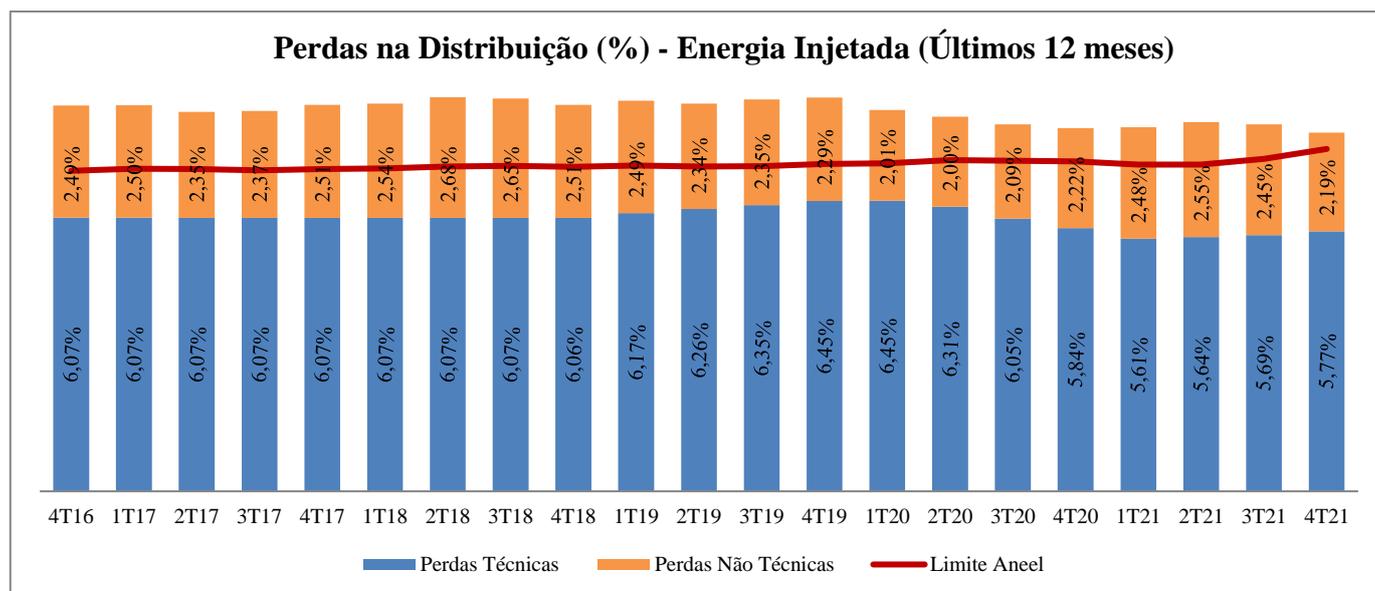
3.1.4. Perdas na Distribuição

As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, que são o montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia compreendido entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, que correspondem à diferença entre as perdas globais e as perdas técnicas. Nesta parcela de perdas não técnicas são considerados, portanto: os furtos de energia, defeitos em equipamentos de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, dentre outros. Para o 5º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica da Celesc D (5º CRTP), foi estabelecido o nível de perdas técnicas regulatórias de 5,81%, calculado sobre o mercado TUSD regulatório (faturado) e o nível de perdas não técnicas regulatórias de 6,26%, calculado sobre o mercado de baixa tensão faturado. Essa definição se dá pelo PRODIST - Módulo 7, revisado no início de cada ano, ajustando-se assim à média de 12 meses. Destaca-se que os novos limites estabelecidos pelo 5º CRTP passaram a vigorar em 22 de agosto de 2021, sendo que, no 4º ciclo de revisão tarifária, as perdas técnicas eram de 6,03% sobre o mercado TUSD regulatório (faturado) e, as perdas não técnicas, de 3,73% sobre o mercado de baixa tensão faturado.

O acompanhamento das perdas de energia é realizado através do índice percentual que calcula a razão entre as perdas faturadas e a energia injetada (medida) no acumulado de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresenta-se a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária nos últimos anos.

Ao final do ano de 2021, o Índice de Consolidado de Perdas Regulatória sobre a Energia Injetada foi de 7,60%, sendo 5,85% para as Perdas Técnicas e 1,75% para Perdas Não Técnicas. Já as Perdas Totais efetivas da Companhia registraram percentual de 7,96% (sendo 5,77% de perdas técnicas e 2,19% de perdas não técnicas), ligeiramente acima do limite regulatório (0,36 ponto percentual).

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Celesc D.



3.1.5. Balanço Energético em GWh

A tabela a seguir demonstra a evolução da energia requerida, perdas na distribuição (perdas técnicas e não técnicas), perdas na rede básica e as perdas totais em GWh nos últimos cinco anos:

Energia Requerida - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Venda de Energia	15.603	15.778	16.349	16.051	16.488
Fornecimento	14.133	14.251	14.456	14.117	14.438
Suprimento p/ agentes de distribuição	1.470	1.527	1.893	1.934	2.050
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8.182	8.659	9.127	9.089	10.401
Mercado Atendido	23.786	24.437	25.476	25.140	26.889
Perdas na Rede Básica	349	367	389	433	406
Perdas na Distribuição	2.258	2.321	2.446	2.237	2.336
Perdas Técnicas	1.598	1.638	1.804	1.620	1.694
Perdas não Técnicas - PNT	660	683	642	617	642
PNT/ Energia Requerida %	2,77%	2,79%	2,52%	2,45%	2,39%
Perdas Totais - PT	2.608	2.688	2.835	2.670	2.742
PT / Energia Requerida %	10,96%	11,00%	11,13%	10,61%	10,20%
Total	26.393	27.125	28.311	27.810	29.631

3.1.6. Mercado de Energia Elétrica

Em 2021, a carga requerida na área de concessão da Celesc D foi 5,79% maior que a registrada em 2020. No mesmo período, o consumo de energia elétrica cresceu 6,96%. A carga total atendida pela concessionária inclui as parcelas referentes à carga dos mercados cativo e livre, dos autoprodutores e produtores independentes conectados à rede da concessionária, além das perdas do sistema elétrico. O quadro a seguir mostra o desempenho da carga na área de concessão da Celesc D, comparado ao da região Sul e ao do País.

Descrição	2021	2020	Variação (%)
Carga Brasil (GWh)*	608.812	586.595	3,79
Carga Sul (GWh)	106.155	102.442	3,62
Carga Celesc D (GWh)**	29.354	27.747	5,79

* Referente ao Sistema Interligado Nacional – SIN

** Energia Injetada no Sistema de Distribuição da Concessionária

3.1.7. Atendimento ao Cliente

Considerando a crise mundial gerada pelo COVID-19, a Celesc D trabalhou de forma incansável para minimizar os impactos junto ao mercado consumidor, por meio de ações capazes de assegurar, com absoluta prioridade, o acesso aos serviços da distribuidora nos canais de atendimento de primeiro nível. Paralelamente a essa questão, as principais ações no âmbito do atendimento foram direcionadas para a otimização dos canais digitais, dando continuidade as ações de melhoria implementadas.

O número de serviços disponibilizados na Agência *Web*, totaliza uma média de 514.382 de interações/mês. Atualmente a Agência *Web* é o canal preferencial de atendimento ao cliente.

relatório de Administração / Comentário do Desempenho

A partir de 2020, a Celesc D implementou um projeto-piloto, vinculado à plataforma de telefonia, de forma a incentivar o uso do atendimento eletrônico por parte dos consumidores que ligam para o *call center* da Celesc. Por meio dessa ferramenta, o consumidor pode optar pelo direcionamento automático para a Agência *WEB*, ou APP permitindo assim o registro eletrônico dos serviços.

Da mesma forma houve ampliação do número de atendentes do *call center*, proporcionando maior suporte por telefone à população. Também houve o incremento da carga horária alocada nessa modalidade por parte da equipe própria de atendentes. Essas duas ações simultâneas permitiram o atendimento de 2.281.962 chamadas nesse canal.

Sempre com foco em assegurar a qualidade dos serviços prestados, no ano de 2021, a Celesc D iniciou o atendimento aos consumidores via *Whatsapp* e *formulário digital no site da Celesc*.

Por último, em 2021, aumentou-se o quantitativo de totens de autoatendimento instalados nas unidades presenciais de atendimento, 60 totens de autoatendimento e 25 totens contemplando, além do autoatendimento, o videoatendimento e 130 scanners de mesa, dando mais agilidade e praticidade ao atendimento.

3.1.8. Gestão da Inadimplência

A Inadimplência corresponde ao montante da receita faturada e não recebida. A ANEEL, por meio do submódulo 2.2 do PRORET – Custos Operacionais e Inadimplência Regulatória estabelece os conceitos relacionados à Inadimplência Regulatória, valor com cobertura tarifária, que considera a soma dos faturamentos não recebidos entre 49 e 60 meses.

O percentual regulatório de receitas irrecuperáveis de cada empresa é calculado a partir da mediana móvel de um conjunto de empresas, formado pelas dez concessionárias situadas acima e abaixo de um *ranking* de complexidade das perdas não técnicas.

O combate à inadimplência no ano de 2020 e 2021 foi um grande desafio a todas as distribuidoras de energia, em virtude das restrições de circulação impostas pelo governo como medida de combate à pandemia, a perda de renda por grande parte da população, bem como a impossibilidade da suspensão do fornecimento dos consumidores inadimplentes, determinada pela Resolução nº 878/2020, da ANEEL.

A inadimplência teve seu pico nos meses de junho e julho de 2020, contudo, ao término do ano já apresentou tendência de redução, retornando a patamares menores.

Para o cálculo de Inadimplência é necessário dividi-la pela Receita Operacional Bruta do Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica, Disponibilização de Rede Elétrica, Serviço Taxado, e verificar as alterações percentuais. Em dezembro de 2021, a inadimplência de curto prazo, até 90 dias (período em que se concentram a maior parte das ações de cobrança), teve uma diminuição 5,42% com relação ao mesmo período do ano anterior. O valor da inadimplência acima de 90 dias apresentou uma queda de 9,59%.

A tabela a seguir demonstra a evolução da inadimplência da Celesc D:

Classes	Inadimplência até 90 dias										Variação 4T20
	4T20		1T21		2T21		3T21		4T21		
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	140.587	1,30%	181.610	1,63%	163.751	1,40%	159.231	1,28%	174.965	1,35%	0,05 p.p
Industrial	33.870	0,31%	75.373	0,68%	42.857	0,37%	31.499	0,25%	35.124	0,27%	-0,04 p.p
Comercial	46.454	0,43%	56.463	0,51%	48.198	0,41%	43.890	0,35%	55.599	0,43%	0,00 p.p
Rural	12.649	0,12%	17.285	0,15%	12.083	0,10%	11.459	0,09%	16.308	0,13%	0,01 p.p
Poder Público	648	0,01%	1.857	0,02%	274	0,00%	392	0,00%	342	0,00%	-0,01 p.p
Iluminação Pública	1.667	0,02%	3.095	0,03%	1	0,00%	2.329	0,02%	3	0,00%	-0,02 p.p
Serviço Público	228	0,00%	360	0,00%	160	0,00%	111	0,00%	1.316	0,01%	0,01 p.p
Suprimentos	7.446	0,07%	298	0,00%	0	0,00%	844	0,01%	757	0,01%	-0,06 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	549	0,01%	673	0,01%	710	0,01%	847	0,01%	873	0,01%	0,00 p.p
Diversos Créditos	211	0,00%	295	0,00%	207	0,00%	324	0,00%	758	0,01%	0,01 p.p
Serviço Taxado	14.032	0,13%	14.768	0,13%	23.428	0,20%	16.836	0,14%	12.162	0,09%	-0,04 p.p
Participação Financeira	4.525	0,04%	3.731	0,03%	2.757	0,02%	1.415	0,01%	402	0,00%	-0,04 p.p
Total	262.865	2,43%	355.808	3,19%	294.425	2,52%	269.175	2,17%	298.608	2,30%	-0,13 p.p

relatório de Administração / Comentário do Desempenho

Classes	Inadimplência acima de 90 dias										
	4T20		1T21		2T21		3T21		4T21		Variação 4T20
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	137.850	1,28%	144.177	1,29%	157.411	1,35%	168.786	1,36%	176.234	1,36%	
Industrial	236.757	2,19%	238.417	2,14%	241.822	2,07%	254.227	2,05%	231.778	1,79%	-0,40 p.p
Comercial	132.118	1,22%	138.342	1,24%	146.147	1,25%	154.444	1,24%	134.788	1,04%	-0,18 p.p
Rural	10.466	0,10%	10.908	0,10%	11.676	0,10%	11.420	0,09%	10.862	0,08%	-0,02 p.p
Poder Público	9.682	0,09%	9.840	0,09%	9.897	0,08%	9.372	0,08%	8.847	0,07%	-0,02 p.p
Iluminação Pública	16.476	0,15%	17.974	0,16%	18.827	0,16%	16.485	0,13%	18.809	0,15%	0,00 p.p
Serviço Público	1.414	0,01%	1.426	0,01%	1.463	0,01%	1.475	0,01%	211	0,00%	-0,01 p.p
Suprimentos	2.883	0,03%	2.883	0,03%	2.883	0,02%	2.883	0,02%	2.883	0,02%	-0,01 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	3.085	0,03%	3.145	0,03%	3.256	0,03%	3.376	0,03%	3.523	0,03%	0,00 p.p
Diversos Créditos	1.079	0,01%	1.106	0,01%	1.062	0,01%	1.082	0,01%	1.080	0,01%	0,00 p.p
Serviço Taxado	19.375	0,18%	20.147	0,18%	21.502	0,18%	29.147	0,23%	31.736	0,24%	0,06 p.p
Participação Financeira	10.122	0,09%	10.122	0,09%	10.329	0,09%	10.528	0,08%	10.534	0,08%	-0,01 p.p
Total	581.307	5,38%	598.488	5,36%	626.275	5,35%	663.224	5,34%	631.284	4,87%	-0,47 p.p

Classes	Inadimplência Total										
	4T20		1T21		2T21		3T21		4T21		Variação 4T20
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	278.437	2,58%	325.787	2,92%	321.161	2,75%	328.017	2,64%	351.199	2,71%	
Industrial	270.627	2,51%	313.790	2,81%	284.679	2,43%	285.726	2,30%	266.902	2,06%	-0,45 p.p
Comercial	178.572	1,65%	194.806	1,75%	194.345	1,66%	198.334	1,60%	190.387	1,47%	-0,18 p.p
Rural	23.115	0,21%	28.193	0,25%	23.758	0,20%	22.879	0,18%	27.170	0,21%	0,00 p.p
Poder Público	10.330	0,10%	11.698	0,10%	10.172	0,09%	9.764	0,08%	9.188	0,07%	-0,03 p.p
Iluminação Pública	18.143	0,17%	21.069	0,19%	18.828	0,16%	18.814	0,15%	18.812	0,15%	-0,02 p.p
Serviço Público	1.642	0,02%	1.786	0,02%	1.622	0,01%	1.586	0,01%	1.527	0,01%	-0,01 p.p
Suprimentos	10.329	0,10%	3.181	0,03%	2.883	0,02%	3.727	0,03%	3.640	0,03%	-0,07 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	3.634	0,03%	3.817	0,03%	3.966	0,03%	4.223	0,03%	4.396	0,03%	0,00 p.p
Diversos Créditos	1.290	0,01%	1.401	0,01%	1.269	0,01%	1.406	0,01%	1.839	0,01%	0,00 p.p
Serviço Taxado	33.407	0,31%	34.916	0,31%	44.930	0,38%	45.983	0,37%	43.898	0,34%	0,03 p.p
Participação Financeira	14.647	0,14%	13.853	0,12%	13.087	0,11%	11.942	0,10%	10.936	0,08%	-0,06 p.p
Total	844.172	7,82%	954.296	8,55%	920.700	7,87%	932.399	7,51%	929.892	7,17%	-0,65 p.p
ROB em R\$ Mil	10.799.064		11.156.067		11.696.472		12.408.532		12.971.057		

3.1.9. Ligação de Consumidores

O saldo líquido (abertura e fechamento) de ligações de UCs foi 94.095 no ano, totalizando 3.228.811 consumidores atendidos pela Celesc D, excluindo consumo próprio e suprimento, número 3,00% superior ao de 2020.

A tabela a seguir demonstra a evolução do número de unidades consumidoras nos últimos cinco anos:

Consumidores*	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	2.271.604	2.335.964	2.399.381	2.468.904	2.543.070
Comercial	263.044	271.240	280.028	287.505	299.127
Industrial	103.592	106.825	110.887	117.264	126.818
Rural	234.545	234.759	232.393	232.645	230.672
Poderes Públicos	22.791	23.104	23.272	23.735	24.221
Iluminação Pública	750	788	855	910	961
Serviço Público	3.227	3.411	3.500	3.753	3.942
Total	2.899.553	2.976.091	3.050.316	3.134.716	3.228.811
Variação	2,40%	2,64%	2,49%	2,77%	3,00%

*Não considera Consumo Próprio e Suprimento

3.1.10. Receita

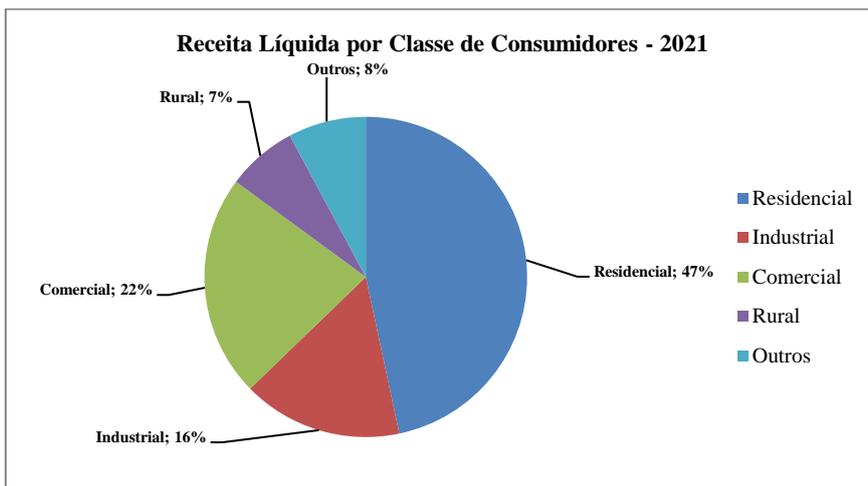
A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica na Celesc D, referente a consumidores cativos no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$8,4 bilhões, conforme tabela a seguir:

Classe de Consumo	2021	2020	Δ%
Residencial	3.913.693	3.236.402	21%
Industrial	1.345.956	1.110.461	21%
Comercial	1.880.451	1.550.185	21%
Rural	592.822	481.266	23%
Outros	653.679	530.038	23%
Total Cativos	8.386.601	6.908.351	21%

Valores em R\$ Mil

Relatório de Administração / Comentário do Desempenho

O gráfico a seguir demonstra a participação das classes de consumo de consumidores cativo em relação à receita líquida do ICMS:



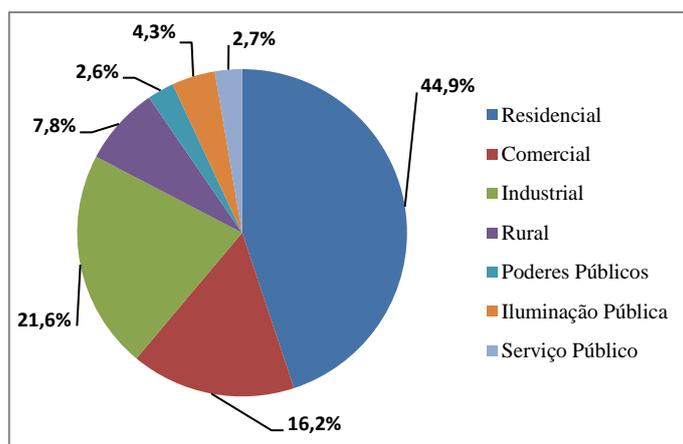
3.1.11. Desempenho do Mercado em GWh da Área de Concessão

A tabela a seguir demonstra o crescimento da energia faturada em GWh nos últimos cinco anos:

Mercado Atendido - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Energia Faturada	15.603	15.778	16.349	16.051	16.488
Fornecimento*	14.133	14.251	14.456	14.117	14.438
Residencial	5.528	5.664	6.020	6.293	6.483
Industrial	2.588	2.539	2.464	2.264	2.334
Comercial	3.209	3.191	3.323	3.031	3.122
Rural	1.387	1.407	1.174	1.160	1.121
Poderes Públicos	436	442	453	350	379
Iluminação Pública	635	649	656	637	615
Serviço Público	350	359	366	382	384
Suprimento p/ agentes de distribuição	1.470	1.527	1.893	1.934	2.050
Uso da Rede de Distribuição	8.182	8.659	9.127	9.089	10.401
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8.182	8.659	9.127	9.089	10.401
Total	23.785	24.437	25.476	25.140	26.889
Varição	3,95%	2,74%	4,25%	-1,32%	6,96%

*Não considera Consumo Próprio

O gráfico a seguir apresenta a energia faturada por classe de consumo em GWh em 2021.



relatório de Administração / Comentário do Desempenho**3.1.12. Celesc D em Números**

Atendimento	2021	2020	Varição (%)
Número de consumidores	3.228.862	3.134.767	3,00%
Número de empregados	3.747	3.344	12,05%
Número de consumidores por empregado	862	937	-8,08%
Número de localidades atendidas	285	285	0,00%
Atendimento			
Número de agências	16	16	0,00%
Número de postos de atendimento	259	258	0,39%
Mercado			
Área de concessão (Km²)	82.747,68	82.747,68	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5.116,10	5.320,39	-3,84%
Distribuição direta (GWh)	26.990,68	25.304,07	6,67%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.549,34	2.548,75	0,02%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)			
Residencial	731,46	616,82	18,59%
Industrial	758,53	634,72	19,51%
Comercial	778,35	666,36	16,81%
Rural	697,14	597,24	16,73%
Poder Público	763,17	650,79	17,27%
Outros	586,94	466,44	25,83%
Indicadores DEC e FEC			
DEC (horas)	9,60	9,20	4,35%
FEC (número de interrupções)	6,5	6,69	-2,84%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	3.923,46	5.551,26	-29,32%
Informações Operacionais			
Número de subestações	172	175	-1,71%
Linhas de Distribuição (Km)	5.026,89	4.785,29	5,05%

3.2. Celesc G**3.2.1. Cenário Hidrológico**

Em 2021, a Celesc G fechou o indicador de Disponibilidade da Potência do seu Parque Gerador de forma positiva, com destaque para a redução das paradas de manutenção em 35,4% (ou 2,55p.p.) do Parque Gerador e acréscimo das paradas para realizar investimento em 57,1% (ou 2,86p.p.) do Parque Gerador, em relação a 2020.

No somatório dos indicadores de indisponibilidade por manutenção, investimento e da distribuidora (saída da energia para o sistema interligado), a Celesc G fechou o ano de 2021, com um acréscimo de disponibilidade em 2,74% possibilitando maior produção de energia. Além do aumento na disponibilidade das máquinas, o resultado da geração do ano foi superior a 2020, por conta da melhoria nas condições hidrológicas no Estado de Santa Catarina, resultando que seus geradores ficaram parados por falta de água menos tempo que no ano de 2020 (27,02% frente a 41,16% de 2020).

Desempenho Operacional	2021	2020	Varição
Indisponibilidade Manutenção:	4,66%	7,21%	↓ -35,4%
Indisponibilidade Investimento:	7,87%	5,01%	↑ 57,1%
Indisponibilidade Distribuidora:	0,66%	0,49%	↑ 34,7%
Indisponibilidade Hídrica:	27,02%	41,16%	↓ -34,4%

Destaca-se ainda que o resultado dos indicadores são valores médios que foram ponderados pela Potência total do Parque Gerador e que a restrição hídrica ou indisponibilidade por manutenção momentânea em determinada usina não necessariamente se aplica a todo o Parque Gerador naquele instante.

O fator de capacidade global em 2021 representou uma variação de 23,0% abaixo do verificado de 2020

Relatório de Administração / Comentário do Desempenho

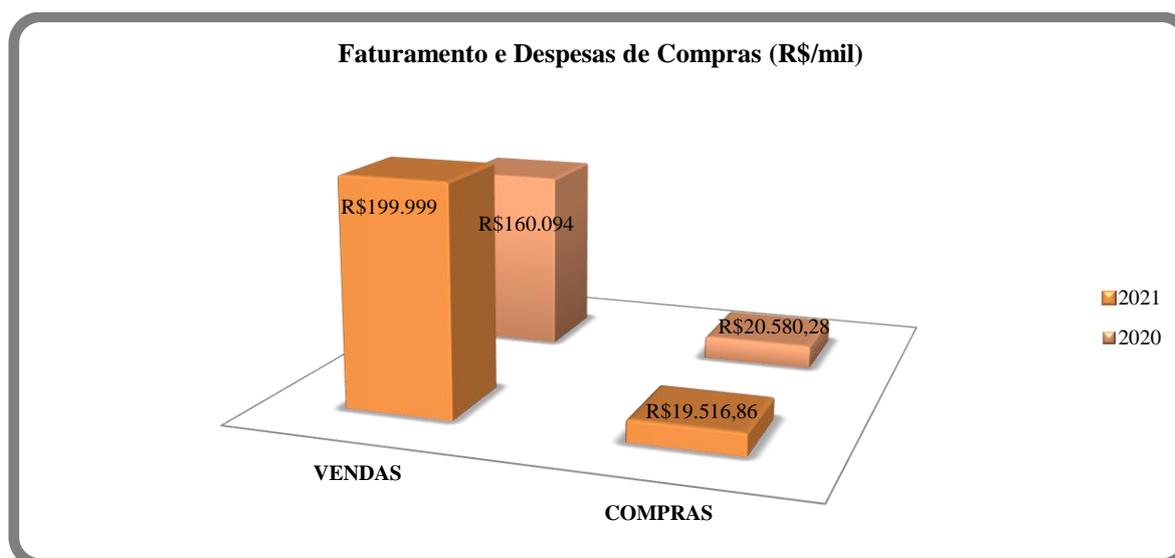
Desempenho Operacional (GWh)	Produção de Energia do Parque Gerador					
	4º Trimestre			Acumulado 12 meses		
	2020	2021	Variação (%)	2020	2021	Variação (%)
Usinas	94,41	115,68	22,53%	324,4	452,36	39,44%
UHE Palmeiras	21,86	3,36	-84,63%	80,47	91,24	13,38%
UHE Bracinho	12,23	18,58	51,92%	43,53	66,87	53,62%
UHE Garcia	12,81	16,17	26,23%	38,94	61,03	56,73%
UHE Cedros	9,02	15,62	73,17%	22,22	51,63	132,36%
UHE Salto Weissbach	8,50	10,29	21,06%	28,57	36,43	27,51%
UHE Pery	19,01	32,59	71,44%	63,16	89,84	42,25%
PCH Celso Ramos	4,50	10,76	139,12%	26,28	25,79	-1,87%
CGH Caveiras	4,34	5,67	30,66%	13,53	19,23	42,10%
CGH Ivo Silveira	0,33	0,50	51,91%	1,37	1,95	42,34%
CGH Pirai	0,99	0,98	-1,01%	3,06	3,62	18,25%
CGH Rio do Peixe	0,46	0,73	57,75%	2,15	3,09	43,58%
CGH São Lourenço	0,36	0,43	20,55%	1,12	1,64	46,64%
Fator de Capacidade Global	40,07%	45,47%	13,47%	34,60%	46,81%	35,29%

3.2.2. Comercialização de Energia

Em 2021, a Celesc G registrou faturamento global de R\$199,9 milhões, montante 24,9% superior ao ano de 2020, que registrou R\$160,0 milhões de faturamento. Boa parte desse aumento é decorrente da indenização dos ativos da PCH Pery, que foi incluída na tarifa em julho de 2021.

Em 2021, foram gastos R\$19,5 milhões na compra de energia elétrica adquirida de terceiros, redução de 5,17% em relação a 2020. Tal redução pode ser creditada ao menor valor médio do MWh comprado em 2021, que ficou 0,56% mais barato em 2021, além de uma redução de 4,63% no volume adquirido.

O faturamento total e as despesas com compra de energia em 2021 e em 2020 apresentaram o seguinte desempenho:

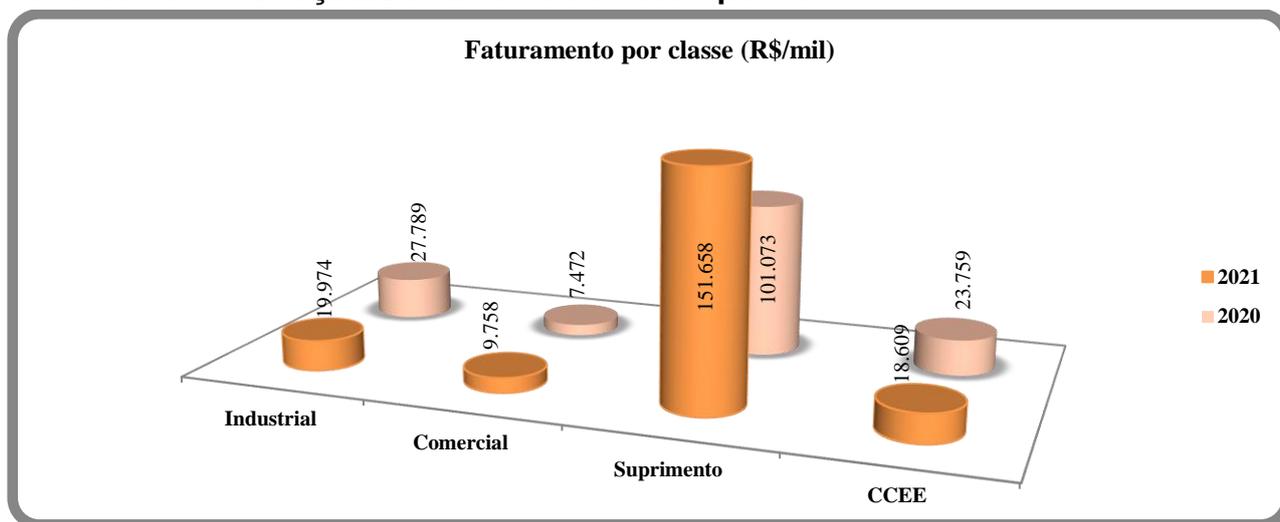


O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em R\$13,0 milhões em 2021 contra R\$9,7 milhões em 2020.

O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi de R\$18,9 milhões contra R\$23,7 milhões em 2020, incluído o valor de R\$9,6 milhões relativo à liminar judicial concedida à Celesc G referente ao GSF. Não está incluso nesse valor o montante de R\$73,1 milhões referente a devolução de valores, oriunda da retirada parcial da liminar do GSF.

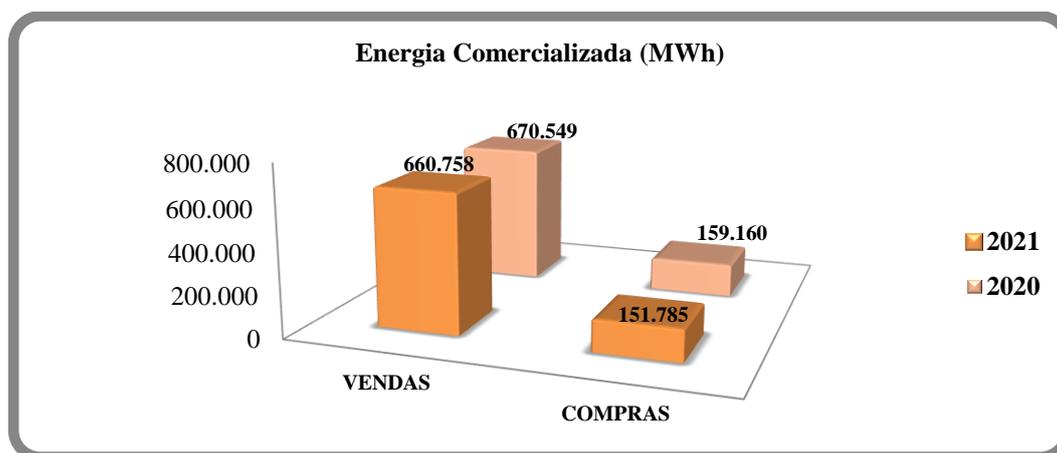
O faturamento por classe em 2021 e 2020 apresentou o seguinte desempenho:

relatório de Administração / Comentário do Desempenho

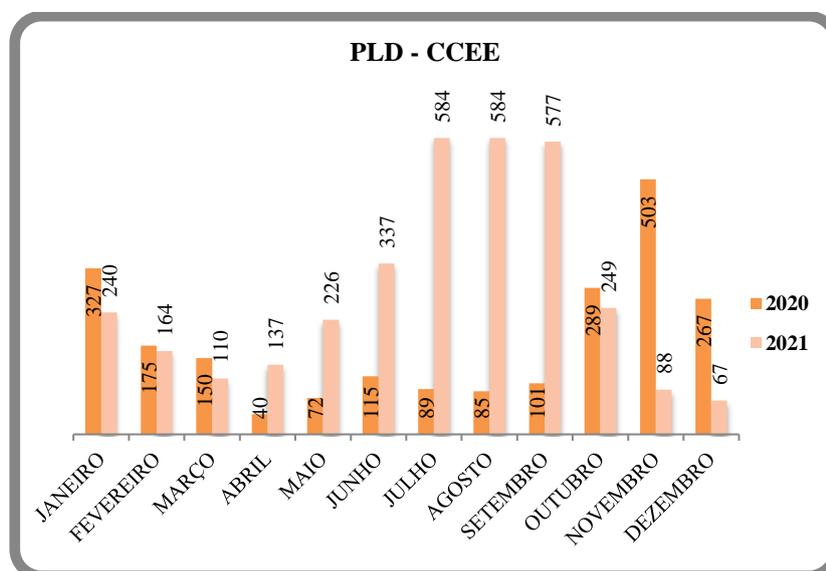


A energia elétrica comercializada em 2021 chegou ao montante de 660.758 MWh, inferior em -1,46% quando comparado ao montante de 670.549 MWh comercializado em 2020.

O montante total de energia comprada, em 2021, chegou a 151.785 MWh, inferior à quantidade adquirida em 2020, que foi de 159.160 MWh.



O PLD médio anual (R\$281,27/MWh) teve grande aumento em 2021 em relação ao ano anterior (R\$184,41/MWh). Dentre as causas, pode-se citar o baixo valor do PLD ao longo de 2020, fortemente impactado pela redução de carga no início da pandemia, além da baixa hidrologia ao longo de 2021, período onde houve uma recuperação gradual da carga no SIN.



relatório de Administração / Comentário do Desempenho

3.3. Inovação

Na trilha da mudança ocasionada pela transformação digital, a Celesc acelerou a implementação de processos inovadores e tecnológicos lançando, em novembro de 2020, o Programa de Inovação da Celesc - PRICE. O Programa surgiu para fortalecer a cultura de inovação da empresa e, já no lançamento, em ambiente virtual, os colaboradores da Celesc participaram de debates e palestras com convidados de todo o país para troca de conhecimentos sobre tecnologias aplicadas ao setor de energia, gestão de ideias, liderança na era digital e inovação.

No primeiro ciclo do PRICE, foram recebidas 207 ideias de colaboradores, sendo que em 2021 foi realizado o processo de análise das mesmas, as quais passaram por dois estágios de avaliação, onde algumas já foram implementadas, outras estão em fase de implementação e 16 seguiram para um terceiro estágio de avaliação por terem sido classificadas como 'ideias complexas'.

Em 2 de dezembro de 2021 foi lançada oficialmente a Política Estratégica de Inovação, indicando a visão da Companhia para os processos de inovação e determinando o papel de cada área na construção dessa visão.

Entendendo a importância do tema, a Diretoria Executiva deliberou a criação de uma estrutura organizacional para tratar de inovação, com profissionais dedicados em tempo integral à coordenação do PRICE.

3.3.1. Certificação

A Celesc G iniciou em 2021 a implantação do Sistema de Gestão Integrado – SGI – composto pela integração entre os sistemas de gestão da qualidade – ISO 9001, ambiental – ISO 14001 e segurança e saúde no trabalho – ISO 45001. O SGI abrange às atividades de operação e manutenção da Usina Garcia, no município de Angelina/SC, e também do Centro de Operação da Geração - COG, em Florianópolis/SC.

Cada norma agrega valores específicos à Celesc G, sendo assim detalhadas:

- ISO 9001: foco na melhoria do desempenho da organização;
- ISO 14001: busca pelo equilíbrio entre o meio ambiente, a sociedade e a economia; e
- ISO 45001: permite que a organização ofereça locais de trabalho seguros e saudáveis, evite lesões e doenças relacionadas ao trabalho e melhore continuamente seu desempenho em saúde e segurança do trabalho.

No início do projeto foram levantadas os requisitos e adequações necessárias ao SGI e ao longo do ano, foram realizadas as melhorias e processos de documentação. Para o primeiro semestre de 2022, a Celesc G pretende concluir o processo de auditoria a fim de obter a certificação do SGI para a Usina Garcia e COG e então avançar para as demais usinas do parque gerador próprio.

3.4. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

3.4.1. Celesc D

a) Prorrogação da Concessão

A Celesc D assinou, em 9 de dezembro de 2015, o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica, com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por 3 anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por 2 anos consecutivos, provocará a abertura do processo de caducidade da concessão.

b) Revisão Tarifária Periódica de 2021

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.921, de 17 de agosto de 2021, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2021. O referido reajuste resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 5,65%, sendo de 5,34%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 5,83%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Os Encargos Setoriais têm participação de 1,66%, os Custos com Transmissão participam com -2,59%, as Despesas de Energia impactam em 2,18%, as receitas Irrecuperáveis impactam em 0,03%, os Custos da Distribuidora participam com -0,48%, os Componentes Financeiros do processo atual acarretam com 3,55% e o efeito da retirada dos Componentes Financeiros do processo ordinário anterior é de 1,28%.

Relatório de Administração / Comentário do Desempenho

c) Bandeiras Tarifárias

No dia 31 de agosto de 2021, o MME emitiu a Resolução nº 03/2021. Esta resolução estabelece a criação da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica no valor de 142 reais por MWh. A criação da Bandeira visa dar suporte financeiro para que as Distribuidoras de Energia possam quitar os valores relativos aos despachos de energia térmica realizados em situação crítica de produção de energia hidroelétrica.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes são:

- i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- ii) Bandeira Amarela: R\$ 1,874 a cada 100 kwh;
- iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$ 3,971 a cada 100 kwh;
- iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$ 9,492 a cada 100 kwh;
- V) Bandeira Escassez Hídrica: R\$ 14,20 a cada 100 kwh.

A definição das faixas de acionamento é realizada conforme o método Função de Distribuição Acumulada – FDA, definida no manual de Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, submódulo 6.8, pelos seguintes critérios:

- i) Bandeira Tarifária Verde: quantil estatístico da FDA associado à probabilidade de 75%;
- ii) Bandeira Tarifária Amarela: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 75% e 85%;
- iii) Bandeira Tarifária Vermelha: intervalo da FDA compreendido entre os quantis 85% e 95%:
 - iii-a) Patamar 1: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 85% e 90%; e
 - iii-b) Patamar 2: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 90% e 95%.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no ano de 2021 foram:

Mês	Bandeira	Repasso da CCRBT à Celesc D (R\$/mil)	Repasso da Celesc D à CCRBT (R\$/mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Amarela	4.168	-	567/2021
Fevereiro	Amarela	4.527	-	908/2021
Março	Amarela	7.480	-	1.248/2021
Abril	Amarela	5.402	-	1.558/2021
Mai	Vermelha-Patamar1	4.297	-	2.001/2021
Junho	Vermelha-Patamar2	4.872	-	2.290/2021
Julho	Vermelha-Patamar2	5.401	-	2.635/2021
Agosto	Vermelha-Patamar2	6.134	-	3.048/2021
Setembro	Escassez Hídrica	7.451	-	3.472/2021
Outubro	Escassez Hídrica	6.079	-	3.851/2021
Novembro	Escassez Hídrica	6.251	-	4.181/2021
Dezembro	Escassez Hídrica	7.047	-	283/2022

d) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com ação judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/16, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Anual – RTA, que ocorreu em 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, a Celesc obteve a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado. Essa decisão foi atendida pela ANEEL na homologação dos processos tarifários de 2016, 2017 e 2018.

Em dezembro de 2018, o valor foi atualizado por meio da SELIC para R\$317,6 milhões e está contabilizado na rubrica de provisões de contingência regulatória.

Em 2019, a juíza titular do processo, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida. Ainda em 2019, antes de ocorrer o processo de RTA de 2019 foi proferida sentença de mérito contrária à Celesc D. Diante dessa decisão, restou à Celesc D recorrer para discutir o assunto em segunda instância, em que aguarda decisão de mérito dos desembargadores.

Diante da decisão de mérito de primeira instância, em agosto de 2019, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, alocou no processo tarifário o valor do não repasse tarifário. A Distribuidora solicitou diferimento do valor em 5 processos tarifários, sendo que a ANEEL então acatou parcialmente o pleito e homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 em um quinto do valor no reajuste tarifário de 2019, no montante de R\$65,8 milhões.

relatório de Administração / Comentário do Desempenho

No RTA de 2020, o mesmo método foi adotado considerando o pedido realizado formalmente à Agência Reguladora de diferimento em 5 processos e desta vez com o tratamento do montante de R\$68,5 milhões como um redutor. No Reajuste Tarifário Periódico - RTP de 2021, o montante redutor foi de R\$70,2 milhões.

Para os próximos processos tarifários, a Agência avaliará a possibilidade de manutenção do diferimento ou a consideração integral do valor. O saldo remanescente permanece como contingência regulatória, sendo que o saldo atualizado em dezembro de 2021 é de R\$144,3 milhões.

e) Reversão Item Financeiro: Reajuste Tarifário Extraordinário - RTE 2015 e CVA-CDE (RTA 2015 e RTP 2016)

Conforme salientado na Nota Técnica nº 194/2015-SGT/ANEEL 16, que instruiu o RTA de 2015 da Celesc D, a reversão do componente financeiro do RTE 2015 não foi realizada, em virtude da discussão judicial a respeito do pagamento das cotas e recebimentos dos subsídios da CDE. Da mesma forma, não havia sido considerada nos processos tarifários anteriores a constituição de CVA – CDE relativa ao mesmo período.

No ano de 2021, a ANEEL encerrou a discussão ao aprovar o acordo entre a CCEE e a Celesc D por meio do Despacho nº685 de 16 de março de 2021. Esta aprovação encerra a discussão sobre os valores acordados.

3.4.2. Celesc G**a) Leilão de Usinas Amortizadas**

Das 12 usinas que formam o parque próprio da Celesc G, 9 foram abrangidas pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013: UHE Palmeiras, UHE Bracinho, UHE Garcia, UHE Cedros, UHE Salto Weissbach, UHE Pery, PCH Celso Ramos, CGH Caveiras e CGH Ivo Silveira.

Com a entrada em vigor das Leis Federais nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, tendo em vista as Usinas Ivo Silveira e Caveiras possuírem capacidade instalada inferior a 5 MW, ambas foram convertidas em CGH, por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 5.362, de 21 de julho de 2015 (Ivo Silveira), e nº 7.246, de 21 de agosto de 2018 (Caveiras). Com a finalidade de legitimar a mudança do regime de concessão, também foram assinados os termos aditivos ao Contrato Concessão nº 006/2013. Dessa forma, os efeitos da Lei Federal nº 12.783/2013 não recorrem sobre tais usinas.

A Celesc G, em 2015, arrematou o Lote C do leilão de licitação de concessões das usinas hidrelétricas, ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 usinas abrangidas pela Lei nº 12.783/2013, adicionado ao aporte financeiro de R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga.

A tabela a seguir apresenta a relação das usinas do Lote C arrematado pela Celesc G:

Usinas	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Termo Final da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,70	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,80	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,10	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
Total		63,20	43,34	

Como resultado do leilão, a Celesc G assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016 na data de 5 de janeiro de 2016. Tais contratos possuem vigência de 30 anos a partir da finalização dos prazos das concessões anteriores.

A energia gerada pelas usinas é alocada no regime de cotas, que é o percentual da garantia física de energia e de potência da usina alocada às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas é de 70% da Garantia Física a partir de 1º de janeiro de 2017.

b) Prorrogação da Concessão da UHE Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos, com termo final em 09 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração dos investimentos em bens reversíveis não amortizados, não depreciados e não indenizados, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

relatório de Administração / Comentário do Desempenho

Em síntese, a Celesc G vinha recebendo o valor do GAG Melhorias de forma integral e, em contrapartida, não estava recebendo o valor da indenização, que faria jus em decorrência da ampliação da capacidade instalada da usina de 4,4MW para 30MW, ocorrida em 2013. Por conta disso, em 2018, a Celesc G interpôs recurso administrativo.

Em 2021, após diversas tratativas a ANEEL decidiu instaurar a Consulta Pública nº 21/2021 para o período de 29 de abril a 14 de junho de 2021, com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de aplicação do Submódulo 12.1 do PRORET para pagamento do GAG Melhorias relativo à UHE Pery.

A Celesc G apresentou sua contribuição acerca dos entendimentos quanto aos valores de indenização da ampliação da capacidade instalada e da receita adicional de melhorias, cujos pleitos foram em grande parte atendidos pela ANEEL.

Na Consulta Pública houve a consideração da indenização de forma distinta do GAG Melhorias e a mudança do WACC provisório de 10,85% a.a. para o WACC definitivo, homologado pela Resolução Normativa nº 882/2020, em 11,68% a.a., conforme pleito realizado pela Celesc G.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou os resultados da Consulta Pública nº 21/2021. No documento, a Celesc G passa a receber uma indenização com fator de anualização de 0,1217615 a ser utilizado no cálculo da parcela anual referente à indenização de que trata a Portaria MME nº 257/2017 para incorporação na RAG da UHE Pery.

Para o GAG Melhorias foi considerado o investimento regulatório no valor de R\$19,1 milhões, com índice de preços de julho de 2017, e fator de anualização de 0,0498641, a serem utilizados em seu cálculo para incorporação na RAG da UHE Pery.

O Despacho também determina que os parcelas anuais referentes à indenização e ao GAG Melhorias a serem calculados com base nos parâmetros estabelecidos, deverão retroagir à data de 1º de julho de 2018, com os devidos ajustes financeiros a serem realizados no processo de reajuste da RAG subsequente a sua publicação.

Sendo assim, no processo tarifário de 2021 o valor da indenização foi incluído na RAG (ciclo 2021/2022), de forma retroativa sendo assim distribuídos: Receita Anual de Geração (RAG) de indenização 21/22 - R\$53,9 milhões (R\$37,1 milhões de Indenização e GAG atualizados até julho de 2021 e R\$16,6 milhões do Ciclo Tarifário).

Conforme Nota Técnica nº 55/2021, de 28 de junho de 2021, emitida pela ANEEL, o valor da indenização e as taxas de depreciação acumuladas das Unidades Geradoras - UG da UHE Pery estão resumidas na tabela abaixo.

UG	Valor a Indenizar (R\$/mil)	VNR sem JDC* (R\$ mil)	Não Depreciado	Depreciação Acumulada	Valor a Indenizar (R\$/mil) Data-base: jul.2017
UG01-03(**)	2.880,03	30.816,65	9,35%	90,65%	2.893,28
UG04-05	111.091,41	125.599,11	88,45%	11,55%	111.602,44
Total	113.971,44	156.415,76	72,86%	27,14%	114.495,72

* Juros durante a construção.

** Não consta a UG-02 cujos ativos estão totalmente depreciados e amortizados, considerando sua entrada em operação em julho de 1965, conforme Ofício nº 331/2017, de 16 de junho de 2017, da ANEEL.

Os valores mencionados são líquidos de encargos setoriais e PIS/COFINS.

c) PCH Celso Ramos

A Celesc G obteve, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.078/2015, autorização para ampliação da Usina PCH Celso Ramos da ordem de 7,2 MW (5,62 MW para 12,82 MW), bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão das obras até novembro de 2021.

Em 2018, o projeto básico de ampliação da Usina foi revisto e consolidado, prevendo a instalação de novo circuito adutor, que contará com uma nova tomada de água, canal adutor, conduto forçado e com uma nova casa de força com duas unidades geradoras, UG-3 e UG-4, de 4,15 MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3 MW no aproveitamento, passando de 7,2 MW para 8,3 MW e totalizando 13,92 MW de capacidade instalada.

Em 29 de março de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 939/2019, registrando a adequabilidade ao uso do potencial hidráulico da revisão do projeto básico da ampliação da PCH Celso Ramos, e homologando novos parâmetros necessários para definir a Garantia Física do empreendimento. Com a inscrição no 29º Leilão de energia nova da ANEEL, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, definiu a garantia física do projeto.

Destaca-se também que a Celesc G participou do Leilão A-4 supracitado, tendo obtido êxito na comercialização da energia desse empreendimento, com a vigência iniciando em janeiro de 2023. O aviso de homologação e adjudicação do Leilão nº 03/2019 foi publicado dia 3 de outubro de 2019.



~~Relatório de Administração~~ Comentário do Desempenho

Com a assinatura dos CCEARs no último trimestre de 2020, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 9.524 de 8 de dezembro de 2020 que alterou as características técnicas da PCH Celso Ramos, em aderência ao Despacho nº 939/2019, adequando também o cronograma de implantação das obras. As obras, que iniciaram em julho de 2019, foram concluídas em 2021, sendo que por meio do Despacho nº 2.267 de 27 de julho de 2021, a Aneel liberou para operação comercial as unidades geradoras 03 e 04, com início em 28 de julho de 2021.

d) UHE Salto Weissbach

Em 2018, foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018, o projeto básico de ampliação da UHE Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5 MW cada, totalizando o acréscimo de 23 MW de potência instalada na Usina, passando para 29,28 MW.

Em 2019 a Celesc G protocolou o pedido para a obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LAI junto ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA. Em junho de 2019, após manifestação daquele Instituto, a Celesc apresentou todas as informações técnicas condizentes com a referida etapa. Em 2021 novas informações foram solicitadas pelo IMA, as quais foram integralmente atendidas até dezembro do mesmo ano. A Companhia aguarda a conclusão do processo de análise para liberação da Licença.

Após a emissão da LAI, o processo retorna para análise da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que então será encaminhado à ANEEL para calcular a remuneração desse projeto, cuja energia será dedicada integralmente ao regime de cotas, para que a Empresa possa dar encaminhamento às etapas de viabilização financeira, licitação e construção.

e) CGH Caveiras

Em 2018, a Celesc G protocolou na ANEEL o requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada. No mesmo ano, por meio do Despacho nº 3.005/2018, conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação.

Em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Caveiras, sendo que este estudo foi encaminhado em julho de 2020 à ANEEL. Em 28 de setembro de 2020, por meio do Despacho nº 2.752, a ANEEL aprovou a revisão dos Estudos de Inventário e garantiu à Celesc G o direito de preferência referente ao aproveitamento PCH Caveiras.

Em 17 de dezembro de 2020, a ANEEL emitiu o Despacho nº 3.592, que conferiu à Celesc G o Despacho de Registro de Intenção à Outorga de Autorização – DRI PCH. Assim, durante o ano de 2021 a Celesc contratou empresa para realizar a consolidação do Projeto Básico de Ampliação, sendo que no início de 2022 o mesmo foi encaminhado à ANEEL.

Concomitante à aprovação do Projeto Básico pela ANEEL, a Celesc dará encaminhamento ao processo de licenciamento ambiental junto ao IMA, sendo que posteriormente deverão avançar as etapas de obtenção da outorga junto à Aneel, elaboração e aprovação do plano de negócios pela Empresa, para que o projeto seja licitado e construído.

f) CGH Marum

A CGH Marum, construída em 1910, está localizada no município de São José/SC. Considerada uma das usinas hidrelétricas mais antigas do país, está desativada desde 1972 e é objeto da Celesc G o projeto para sua reativação.

Em 2018, a Celesc G promoveu a revisão e consolidação do projeto básico, sendo que essa nova configuração prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente, tombada como patrimônio histórico desde 2005.

Em 2021, a Celesc G obteve a Licença Ambiental de Instalação junto ao IMA e com a aprovação do Plano de Negócios avançou com as etapas de licitação para contratação das obras. Entretanto, o cenário macroeconômico acarretou na forte variação dos preços associados, levando à necessidade de adequação dos editais. Assim, está prevista para 2022 a execução de novos processos licitatórios para contratação das obras.

g) EDP Transmissão Aliança SC S.A.

A EDP Transmissão Aliança SC, sociedade formada pela EDP – Energias do Brasil, com participação de 90,00%, e pela Celesc G, com participação de 10,00%, venceu a disputa pelo lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, referente à Licitação para a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional, que aconteceu na B3, ao oferecer um deságio de 34,99%, ou uma proposta de receita anual permitida (RAP) de R\$171,824 milhões, ante o valor máximo de R\$264,343 milhões estabelecido pela ANEEL. As condições obtidas no leilão resultam em uma rentabilidade de 12% real acionista, acima da meta estabelecida no Plano Diretor da Companhia (10%). O Lote 21 foi o terceiro maior projeto ofertado no leilão e demanda investimentos previstos da ordem de R\$1,2 bilhão.


Relatório de Administração / Comentário do Desempenho

	Origem	Destino	Circuito*	Extensão (KM)	Tensão (Kv)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	CS	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	CD	209,0	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	CS	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	CD	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilha	CS	27,8	230
Total			CS/CD	433,1	525/230
SUBESTAÇÃO	SE 525/230 SIDERÓPOLIS 2		-	-	525/230

* CS: Circuito simples / CD: Circuito Duplo

As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do Estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado.

Não obstante, a implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão é obrigação das concessionárias do serviço de transmissão e está prevista no Contrato de Concessão nº 39/2017, celebrado entre a EDP Transmissão Aliança SC S.A. e a ANEEL.

Neste sentido, em 10 de janeiro de 2019, a ANEEL enviou à EDP Transmissão Aliança SC S.A. o Ofício nº 011/2019, informando que consta do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2018 – POTEE 2018, emitido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a instalação do terceiro autotransformador 525/230 kV, 3 X 224 MVA monofásico na SE Siderópolis 2, com data de necessidade em dezembro de 2022, cuja implantação é de responsabilidade da EDP Transmissão Aliança SC S.A. Por meio da Nota Técnica nº 501/2019, a ANEEL autorizou a implantação do reforço ainda em 2019. Diante disso, a SPE deliberou por ampliar o escopo do contrato vigente para construção da SE Siderópolis (projeto original), iniciando imediatamente a implantação do reforço de forma simultânea à da SE, minimizando os impactos ambientais e fundiários e mitigando os riscos do trabalho executado.

O investimento desse terceiro autotransformador, previsto pela ANEEL, é de R\$42 milhões e estabelece uma Receita Anual Permitida – RAP adicional no montante de R\$5 milhões.

Em junho de 2021, foram concluídas as etapas necessárias para a energização e integração ao Sistema Interligado Nacional dos trechos localizados no litoral catarinense. Nesta primeira etapa foram concluídos 180 km em linhas de transmissão em níveis de tensão de 230 e 525 kV, e ainda a importante subestação Siderópolis 2 com tensão 525/230kV. A entrega do trecho foi antecipada em 14 meses frente ao calendário da ANEEL, antecipando parcialmente a receita.

A licença ambiental de operação do trecho restante foi emitida em dezembro de 2021, sendo previsto para início de 2022 a energização e entrada em operação do empreendimento.

h) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG de 2020 e RAG 2021

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.746, de 28 de julho de 2020, homologou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. A vigência era de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$)	Receita Mensal (R\$) Ciclo
	Ciclo 2020/2021	2020/2021
UHE Pery	10.474.530,55	872.877,55
UHE Garcia	10.821.565,74	901.797,14
UHE Bracinho	13.725.718,15	1.143.809,85
UHE Cedros	9.808.376,89	817.364,74
UHE Palmeiras	21.243.017,34	1.770.251,44
UHE Salto	6.739.359,83	561.613,32

Em 20 de julho de 2021, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.902, homologou as RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2021/2022. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A RAG, mensal, estabelecida para as usinas de propriedade da Celesc G são:

Usinas	Receita Anual (R\$)	Receita Mensal (R\$) Ciclo
	Ciclo 2021/2022	2021/2022
UHE Pery	61.607.233,15	5.133.936,10
UHE Garcia	11.721.282,46	976.773,54
UHE Bracinho	14.848.877,17	1.237.406,43
UHE Cedros	10.447.006,89	870.583,91
UHE Palmeiras	23.006.407,62	1.917.200,64
UHE Salto	7.541.939,03	628.494,92

~~Relatório de Administração / Comentário do Desempenho~~

i) Plano de Segurança de Barragens – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE

O PSB apresenta as condições, características e regras operacionais de cada barragem. Já o PAE fornece as estratégias em situações de emergências. Em 2017 a Celesc G concluiu os PSBs e os PAEs das usinas e encaminhou ao órgão regulador e entidades relacionadas.

Entre 2019 e 2020, a Celesc G contratou empresa para elaboração e emissão de laudo de segurança de barragens a fim de corroborar com a constatação de que as barragens estão em condições normais de operação, não apresentando anomalias significativas que as coloquem em condição de risco.

Em 2021 foi contratada a elaboração do RPS – Revisão Periódica de Segurança, com entrega para 2022, no qual os PSB/PAE serão totalmente revisados, com atualização de dados hidrológicos, novos estudos de “dam break”, simulação computadorizada das áreas afetadas e divulgação dos resultados aos órgãos de defesa civil envolvidos. De acordo com a Resolução ANEEL nº 695/2015, a Celesc G tem até o ano de 2022 para a entrega das revisões.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

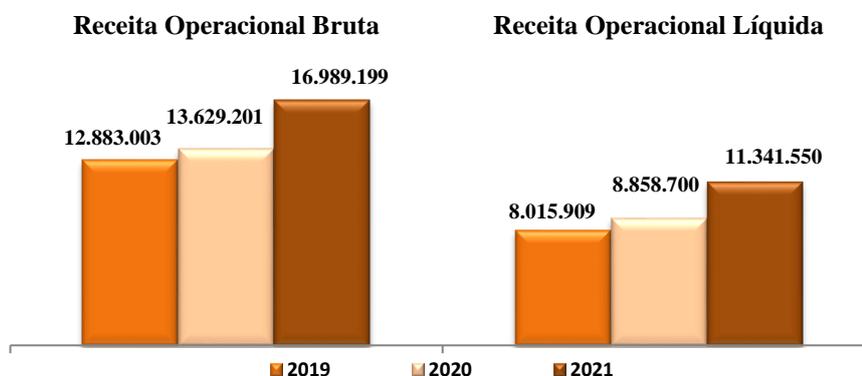
Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do exercício, comparados com o ano anterior:

Dados Econômico-Financeiros	Consolidado		
	31 de Dezembro 2021	31 de Dezembro 2020	Varição
Receita Operacional Bruta - ROB	16.989.199	13.629.201	24,65%
Receita Operacional Líquida - ROL	11.341.550	8.858.700	28,03%
Resultado Operacional	797.370	681.635	16,98%
EBITDA Ajustado	1.043.117	921.156	13,24%
EBITDA	1.043.075	922.559	13,06%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	9,20%	10,41%	-1,22 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	9,20%	10,41%	-1,22 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	4,97%	5,86%	-0,89 p.p.
Resultado Financeiro	24.159	43.080	-43,92%
Ativo Total	11.977.096	10.667.254	12,28%
Imobilizado	114.472	201.427	-43,17%
Patrimônio Líquido	2.621.369	1.984.642	32,08%
Lucro (Prejuízo) Líquido	563.172	518.685	8,58%

4.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Bruta – ROB no exercício de 2021 foi de R\$17,0 bilhões, volume 24,65% maior que os R\$13,6 bilhões realizados em 2020.

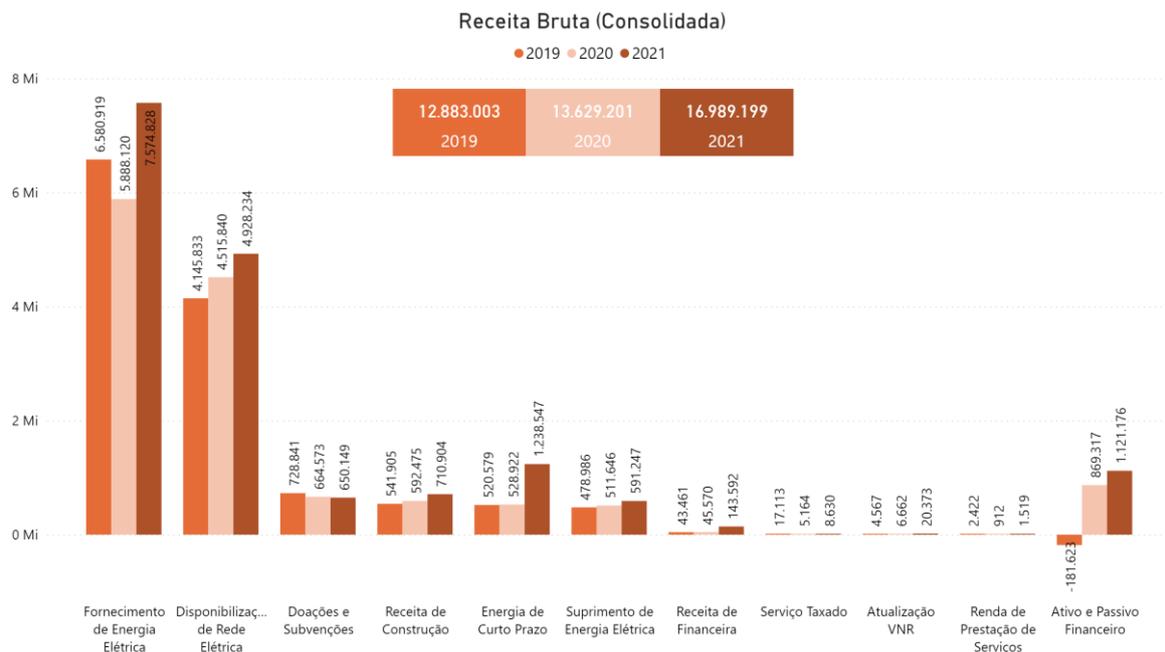
A Receita Operacional Líquida – ROL apresentou crescimento de 28,03% em relação a 2020, R\$8,8 bilhões, fechando o exercício de 2021 em R\$11,3 bilhões.



Destaca-se na Celesc D um aumento da Receita Operacional Bruta, impactada principalmente pelo reajuste tarifário médio de 8,14% aplicado a partir de 22 agosto de 2020 (ciclo 2020/2021) e de 5,65% aplicado a partir de 22 agosto de 2021 (ciclo 2021/2022), aos seus consumidores. Destaque também para as receitas provenientes das bandeiras tarifárias; pelo aumento médio de 7,0% no consumo de energia, alavancado pelo retorno das atividades industriais e comerciais; pela venda de energia de curto prazo no Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE e da atualização financeira do ativo financeiro indenizável (VNR) pelo índice IPCA.

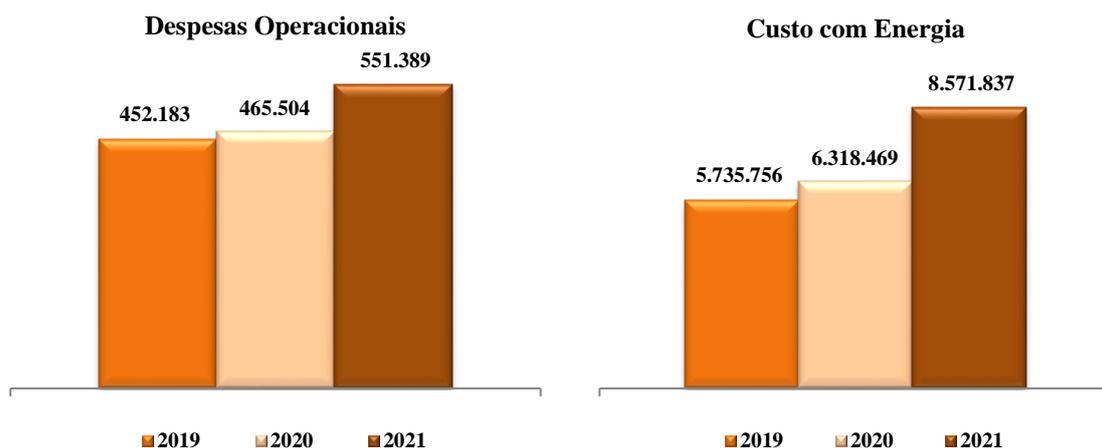
Relatório de Administração / Comentário do Desempenho

Na Celesc G, embora a receita das operações com energia elétrica terem alcançado um montante maior do que no ano anterior em cerca de 10%, os reflexos mais significativos para o crescimento desse grupo foram o reconhecimento dos juros e atualizações monetárias dos ativos financeiros, que são registrados nessa rubrica. O aumento do índice do IPCA, que corrige tais ativos, já explicaria o aumento nessa receita referente à bonificação e outorga. Contudo, esse cenário teve o incremento da recente indenização do projeto básico da Usina Pery pelo fim da concessão em 2017 e posterior renovação. Juntos, são responsáveis por aproximadamente 38% de toda a receita bruta do exercício de 2021 e quase 85% do crescimento por ela alcançado em relação ao exercício de 2020.



4.2. Custos e Despesas

O custo com energia teve aumento expressivo de 2020 para 2021, em 35,66%. Houve acréscimo de R\$1,41 bilhões no custo da Energia Elétrica Comprada para Revenda, decorrente da escassez hídrica e o despacho das usinas térmicas; acréscimo de R\$783,1 milhões em Encargos do Uso da Rede Elétrica; a repactuação do risco hidrológico GSF no valor de R\$28,1 milhões e R\$35,8 de Proinfa.



O aumento nas despesas operacionais no exercício de 2021, foi alavancado pela contabilização das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD em despesas com vendas, sendo que em 2020 houve reversão da PECLD em virtude da aplicação da matriz de perdas na Celesc D. O grupo de Outras Receitas e Despesas havia encerrado 2020, com R\$18,5 milhões de despesas e em 2021 o resultado líquido foi de R\$13,9 milhões de receitas, refletindo o aumento na receita de compartilhamento de infraestrutura e as taxas de convênios.

Especificamente, na Celesc G, houveram situações individuais que levaram ao aumento ou à diminuição do desempenho das despesas operacionais, como o reconhecimento da repactuação do risco hidrológico, que gerou um custo na ordem de R\$74,0 milhões com recuperação de R\$45,9 milhões pelo reconhecimento do intangível da operação. Além disso, as reversões das perdas estimadas nos créditos de liquidação duvidosa – PECLD, dessas receitas contribuíram para diminuição dos custos. Houve, também,

~~relatório de Administração~~ **Comentário do Desempenho**

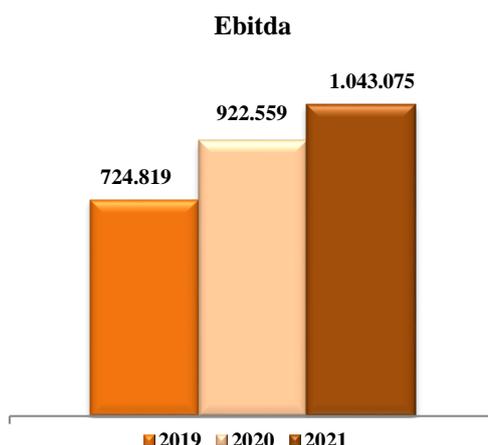
o ajuste das depreciações dos bens indenizados do projeto básico da Usina Pery, com o estorno dos custos registrados desde o fim da concessão em 2017 até a definição da situação em 2021. No geral, tivemos uma redução de aproximadamente 39% nos custos e nas despesas operacionais dessa empresa.

4.3. EBITDA

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	Consolidado	
	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Lucro Líquido	563.172	518.685
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	258.357	206.030
Resultado Financeiro	(24.159)	(43.080)
Depreciação e Amortização	245.705	240.924
EBITDA	1.043.075	922.559
(-) Efeitos Não-recorrentes		
Provisão <i>Impairment Test</i>	200	5.303
Reversão <i>Impairment Test</i>	(158)	(6.706)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-recorrentes	1.043.117	921.156

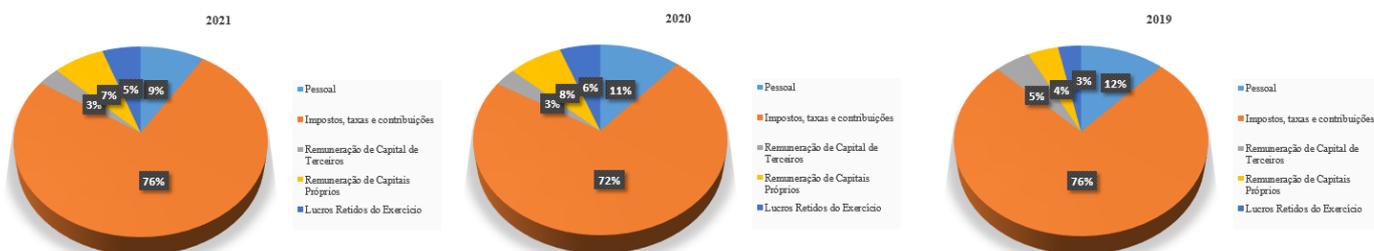
O EBITDA do exercício de 2021 atingiu o valor de R\$1.043,1 bilhões, ficando 13,06% superior em relação a 2020, que foi de R\$922,6 milhões. O EBITDA Ajustado, que desconsidera o efeito líquido do *Impairment Test*, ficando 13,24% superior em relação a 2020.

**4.4. Resultado Financeiro**

O Resultado Financeiro em 2021 foi positivo de R\$24,2 milhões, esse valor é inferior se comparado ao resultado financeiro de 2020 (R\$43,1 milhões). O resultado é decorrente principalmente dos encargos de dívidas da Celesc D e Celesc G.

4.5. Valor Adicionado

A riqueza criada pela entidade e sua distribuição nos componentes Pessoal; Impostos, taxas e contribuições; Remuneração do capital de terceiros; e Remuneração do capital próprio.



relatório de Administração / Comentário do Desempenho**4.6. Índices Econômico-Financeiros**

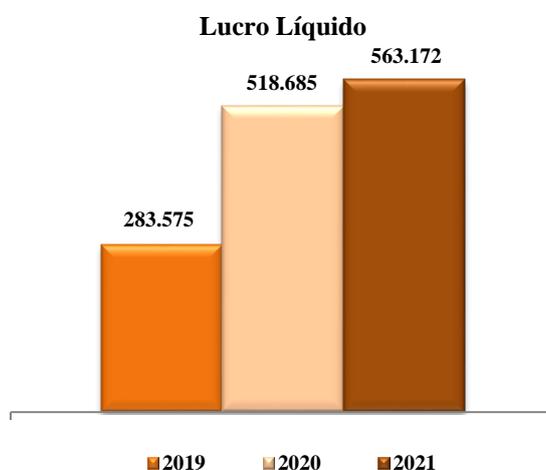
Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

Índices	Consolidado		
	2021	2020	2019
Liquidez Geral	0,82	0,76	0,69
Liquidez Corrente	1,15	1,12	0,97
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	24,45%	30,58%	17,68%
Endividamento Geral	78,11%	81,40%	85,19%

4.7. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, Lucro Líquido de R\$563,2 milhões, representando acréscimo de 8,58% se comparado ao exercício de 2020, cujo valor foi de R\$518,7 milhões.

A Companhia apresentou significativa variação positiva no Lucro Líquido, em decorrência do ganho no resultado das equivalências patrimoniais das suas investidas, principalmente em suas subsidiárias.

**4.8. Política de Distribuição de Dividendos**

A Companhia e suas subsidiárias possuem a Política de Distribuição de Dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração, na qual são estabelecidas as práticas de destinação do Lucro Líquido, aprimorando os parâmetros de remuneração de seus acionistas com máximo de transparência, alinhada às melhores práticas de gestão e de relacionamento com o mercado.

4.9. Investimentos

Descrição	Consolidado				AH
	2021		2020		
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Distribuição de Energia Elétrica	753.101	96,92%	629.777	93,83%	19,58%
Recursos Próprios	622.237		521.699		
Participação Financeira do Consumidor	130.864		108.078		
Geração de Energia Elétrica	23.967	3,08%	41.421	6,17%	-42,14%
Participações Societárias	4.633		10.363		
Parque Gerador Próprio	19.334		31.058		
Total	777.068	100,00%	671.198	100,00%	15,77%

4.9.1. Celesc D

Do total investido em 2021, o maior volume de R\$753,1 milhões foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$622,2 milhões foram com recursos próprios (sendo R\$562,3 milhões em materiais e serviços, R\$59,9 milhões em mão de obra própria) e R\$130,9 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 414, da ANEEL, de 09 de setembro de 2010.



4.9.2. Celesc G

Em 2021, os investimentos da Celesc G somaram R\$24,0 milhões e foram destinados à ampliação, melhoria e automação das usinas que compõem o parque de geração própria e ao aporte de recursos nas sociedades em que a Celesc G possui participação societária. Os investimentos no parque próprio têm o objetivo de ampliar a capacidade de geração, modernizar as usinas, reduzir os custos operacionais, dar maior confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas. Junto às SPEs, os investimentos viabilizam o plano de expansão do parque gerador e a diversificação do portfólio de negócios.

Os principais Investimentos no parque próprio, referem-se ao sistema auxiliar mecânico, turbinas e partes para geração, montagens elétricas, mobilização e canteiros de obras da US Celso Ramos (R\$11.135); Automação de Usinas, projeto executivo, painel supervisão e controle e regulador de velocidade da US Palmeiras (R\$4.385); Duas Pick-up 4x4 cabine dupla, serviço de desenvolvimento de software integração, 20 computadores tipo notebook, serviço de manutenção eletromecânica para a Administração Central (R\$838); projeto executivo elétrico, elaboração de projetos executivos e disjuntores de sincronismo 24KV da US Caveiras (R\$797); chave seccionadora trip motorizada, serviço de execução de programas ambientais e disjuntores de sincronismo 24KV da US Salto (R\$623); conduto forçado metálico, transformador 500kva, retificador carregador de bateria da US Pirai (R\$510); disjuntores de sincronismo 24KV, reforma do gerador UG-02, retificador carregador de bateria, prolongamento de grade, bancos de baterias e serviço de manutenção da US Pery (R\$467).

4.9.2.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

a) Ampliação da PCH Celso Ramos

Em 2021 a Celesc concluiu o projeto de Ampliação da PCH Celso Ramos, localizada no município de Faxinal dos Guedes/SC. A PCH possuía 5,62 MW de capacidade instalada e foi ampliada para 13,92MW, representando um aumento de 8,3MW. O projeto de ampliação contempla um novo circuito adutor em paralelo ao existente, contendo canal de adução, tomada d'água, conduto forçado e nova casa de força, com duas unidades geradoras de 4,15 MW cada.

O Projeto de Ampliação da PCH Celso Ramos teve a ordem de serviço emitida em 15 de julho de 2019 e foi concluído em 2021. Em 21 de maio de 2021, por meio do Despacho nº 1.456/2021 a ANEEL decidiu liberar as unidades geradoras UG3 e UG4 para início da operação em teste. Em 9 de julho o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA emitiu a Licença Ambiental de Operação, permitindo à Celesc solicitar à Aneel a liberação para Operação Comercial, o qual foi atendido por meio do Despacho nº 2.267 de 27 de julho de 2021.

Os investimentos foram realizados dentro do orçado, R\$40 milhões, sendo que para tal, a Empresa buscou recursos no mercado, por meio de emissão de debêntures realizadas em 2020, no montante de R\$37 milhões, com vencimento final em dez anos. A emissão, da espécie quirografia e com garantia da *holding* Celesc, foi realizada em série única.

b) Ampliação da Usina Caveiras

A Usina Caveiras, localizada no município de Lages/SC, possui 3,829 MW de capacidade instalada. A fim de ampliar sua capacidade instalada, em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Caveiras, que foi encaminhado em julho de 2020 à ANEEL, tendo sido aprovado em 28 de setembro de 2020, por meio do Despacho nº 2.752. O estudo importou o investimento de R\$203 mil.

Em 2021, a Empresa contratou a consolidação do projeto básico de ampliação, o qual foi entregue para a Agência Reguladora no início de 2022.

Este projeto de ampliação prevê a desativação das unidades geradoras 01 e 02, manutenção das unidades geradoras 03 e 04, construção de novo circuito adutor, nova casa de força contando com a instalação de duas novas unidades geradoras com potência de 3,25MW cada, totalizando uma ampliação de 6,5MW. A potência final de Usina Caveiras será de 9,4MW.

4.9.2.2. Outras Melhorias do Parque Próprio

a) Automação da Usina Palmeiras

Em continuidade ao processo de automação das usinas, iniciado em 2014, no ano de 2021 a Empresa implantou o novo sistema de automação na Usina Palmeiras, bem como outras melhorias associadas. A Usina Palmeiras é a segunda maior do parque gerador da Celesc G. O investimento é da ordem de R\$4,7 milhões.

b) Automação da Usina Caveiras

Ao final do ano de 2021, também foi iniciado o projeto de automação e *retrofit* da Usina Caveiras. O investimento é de R\$ 3,9 milhões e deverá ser concluído em 2022.



~~Relatório de Administração~~ Comentário do Desempenho

c) Automação da Usina Pery

A Usina Pery é formada por duas casas de força, sendo que a primeira foi construída em 1965. O sistema de automação dessa casa de força também vem apresentando necessidade de substituição, motivo pelo qual em 2021 a empresa abriu processo licitatório para que esse projeto seja implementado em 2022. O contrato foi assinado em dezembro e é de ordem de R\$ 3,65 milhões.

d) Demais Melhorias no Parque Próprio

Entre as obras de melhoria, destaque para a conclusão da manutenção da Unidade Geradora nº 2 da Usina Pery, aquisição dos disjuntores de média tensão de sincronismo para as Usinas Caveiras, Salto Weissbach e Pery, além da aquisição de 10 retificadores/carregadores de bateria para as usinas do parque gerador próprio e dois novos transformadores de potência para a Usina Piraí. Investimentos da ordem de R\$ 1,2 milhão.

4.9.2.3. Novos Negócios e Parcerias

Os investimentos em SPEs totalizaram R\$19,6 milhões em 2021, sendo aplicados R\$18,8 milhões na EDP Transmissão Aliança para continuidade das obras e R\$0,8 milhão na Garça Branca Energética S.A., para suprimento de caixa e término de pagamentos do período de obras.

Como parte dos estudos para entrada no mercado de Geração Distribuída, foi construída uma planta piloto com investimento de R\$ 132 mil, a Celso Ramos Solar.

Com relação ao empreendimento EDP Transmissão Aliança SC, o reforço do sistema de transmissão na subestação Siderópolis 2, solicitado pela ANEEL em 2019, foi executado em 2021 juntamente com as obras de implantação do projeto, no qual a Celesc G possui 10% de participação.

4.10. Ambiente econômico

4.10.1. Desempenho no Mercado Financeiro

A Celesc acompanha e monitora continuamente a evolução da conjuntura econômica e a variação dos principais indicadores como PIB, inflação, câmbio e juros e a forma como essas variáveis influenciam no mercado de energia elétrica. O câmbio, por exemplo, atua diretamente na compra de energia de Itaipu, PIB e investimentos no crescimento do mercado de energia. Os juros impactam no financiamento e investimentos (custo do capital) e, a inflação, nos suprimentos e PMSO.

Em 2021, o segundo ano da pandemia da Covid-19, ficou marcado pelo avanço da vacinação contra o vírus, além do surgimento de outras variantes, ocasionando novas ondas de contaminação ao longo do ano. Enquanto o Brasil avançava na imunização da população, o país foi atingido por uma segunda onda violenta do novo coronavírus, sobrecarregando o sistema de saúde e fazendo os governos manterem medidas restritivas para conter o avanço da pandemia, desacelerando a recuperação da economia. Como reflexo da grande recessão econômica do ano anterior, os países tiveram que enfrentar crises nas cadeias produtivas e forte aumento de preços, que no Brasil, também foi impulsionado pela grave crise hídrica e alta nos preços dos combustíveis.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que é considerado uma prévia do PIB, teve um resultado positivo de 4,5% acumulado de 2021, sendo que a projeção do Banco Central para a atividade doméstica, já considerando o último mês do ano, é de crescimento de 4,4% em 2021. Esse indicador incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços.

O Índice de Preço ao Consumidor – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que mede o custo de vida das famílias com renda média de um a quarenta salários mínimos, assinalou 10,06% em 2021. Já o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, que reflete a evolução dos preços administrados e do atacado, apontou 17,79% como resultado da elevada variação cambial ocorrida no período.

A Taxa de Juros medida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic fechou o ano a 9,25% decorrente dos esforços do Banco Central em conter o avanço da inflação. A taxa de juros real, considerando o IPCA, foi negativa no período.

No acumulado de janeiro a dezembro de 2021, em Santa Catarina, o Índice de Atividade Econômica Regional de Santa Catarina – IBCr-SC, calculado pelo Banco Central do Brasil, registrou crescimento de 6,4%, resultado melhor que a média nacional, que avançou 4,6% no mesmo período.

4.10.2. Desempenho no Mercado de Capitais

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.480.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454

relatório de Administração / Comentário do Desempenho

ações preferenciais (59,74%), também nominativas, sem direito a voto. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base mínima de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme tabela a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31 de dezembro 2021					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	460.600	2,97	3.364.800	14,60	3.825.400	9,92
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	-	3.540.900	15,37	3.540.900	9,18
Outros	789.952	5,08	5.374.269	23,32	6.164.221	15,98
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Os investidores estrangeiros encerraram o quarto trimestre de 2021 representando 0,62% do Capital Social total da Celesc, com volume de 238.968 ações. A participação dos investidores por residência está representada na tabela a seguir:

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	238.968	0,62
Investidores Nacionais	38.332.623	99,38
Total	38.571.591	100,00

4.10.3. Desempenho no Mercado Acionário

O Índice BOVESPA, fechou o ano de 2021 com desempenho negativo de 11,93%, menor desempenho desde 2015 e o primeiro recuo anual desde então. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou desvalorização de 7,90% no mesmo período. Enquanto isso, as Ações Preferenciais – PN da Celesc apresentaram desempenho positivo de 14,20%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais, em 31 de dezembro 2021, e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado.

Descrição	Fechamento	Variação*	Variação*
	31 de dezembro 2021	4º TRI 2021	Em 12 meses
Celesc PN	R\$67,99	4,81%	34,10%
Celesc ON	R\$60,60	-17,63%	7,89%
IBOVESPA	104.822	-5,55%	-11,93%
IEE	76.305	-2,54%	-7,89%

* Variações Percentuais com Ajuste a Proventos

Os valores de mercado das ações da Celesc, em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro acima, são os seguintes: R\$ 60,60 para cada ação ordinária (CLSC3) e R\$67,99 para cada ação preferencial (CLSC4).

As ações do controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2021 estão representadas no quadro adiante:

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador *	9.229.460	59,44%	234.305	1,02	9.463.765	24,54%
Outros Acionistas	6.297.677	40,56%	22.810.149	98,98	29.107.826	75,46%
Total	15.527.137	100%	23.044.454	100	38.571.591	100%

* Governo do Estado de Santa Catarina, CELOS, CODESC e SCPAR.

4.11. Relações com Investidores

Em 2021, a equipe de Relações com Investidores da Celesc manteve a agenda positiva de apresentações para o mercado de capitais por meio de realização de reuniões públicas e privadas com acionistas, investidores, analistas de mercado e imprensa especializada.

Foram realizadas reuniões com analistas e representantes de alguns dos principais bancos de investimentos do país, além de quatro apresentações junto à Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, realizadas em março, maio, agosto e novembro, por meio de videoconferência.

relatório de Administração / Comentário do Desempenho

No site de RI da Celesc (www.celesc.com.br/ri) estão disponíveis para consulta todos os documentos arquivados nos órgãos reguladores (CVM e B3), bem como demais informações financeiras, *releases* de resultados, desempenho operacional, histórico de dividendos, apresentações realizadas, agenda e calendário de eventos corporativos, fatos relevantes e comunicados ao mercado, além dos relatórios de sustentabilidade no padrão *GRI*, o Balanço Social da Companhia, entre outras informações.

5. GOVERNANÇA AMBIENTAL E SOCIAL

Inserida em um setor de grande dinamismo, a Celesc tem sua atuação marcada pelo compromisso com a qualidade, a melhoria contínua e a sustentabilidade de todas as suas operações, processos e serviços prestados à sociedade. O seu compromisso permanente com a responsabilidade socioambiental está respaldado por seus valores e princípios, bem como suas políticas corporativas, seus projetos socioambientais, de eficiência energética e em seus planos de ação.

A sua Política de Responsabilidade Socioambiental está fundamentada em sete diretrizes, a saber: Direitos Humanos; Sustentabilidade Local; Comunicação; Prevenção; Integridade; Adequação e Evolução as quais, incorporadas à gestão da Companhia, agregam valor ao seu propósito de prover energia para o desenvolvimento e qualidade de vida.

5.1. Compromisso com o Meio Ambiente

A atuação das suas subsidiárias Celesc D e Celesc G, segue comprometida com a melhoria contínua, a qualidade e a sustentabilidade de seus empreendimentos, operações, processos e serviços prestados à sociedade.

Todas as subestações e linhas de distribuição com tensão igual ou superior de 69 kV passam pelos ritos para obtenção e para manutenção (renovação) de licenças ambientais pertinentes, em estreita consonância com o atendimento à legislação ambiental vigente. Para cada novo empreendimento em fase de planejamento, são elaborados os estudos ambientais, compreendendo o diagnóstico ambiental (do meio físico, biótico e social) da região de inserção do traçado da linha e da subestação, bem como a identificação dos impactos que poderão ser gerados nas fases de projeto, construção e de operação, e os respectivos planos e/ou programas de mitigação dos impactos negativos. Em 2021, todas as obras dos empreendimentos tiveram seus planos e/ou programas ambientais implementados e fiscalizados *in loco* pela Supervisão Ambiental com o objetivo de garantir o cumprimento das premissas e indicadores dos planos/programas e eventuais condicionantes ambientais estabelecidas no processo de licenciamento.

Atenta aos cenários globais, a Companhia possui sua Declaração de Mudanças Climáticas (2015) e vem elaborando anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE, que mapeia e quantifica as emissões de carbono das atividades da Celesc e de suas subsidiárias Celesc D e Celesc G, propiciando a elaboração de um diagnóstico dos processos internos (fontes e quantidades), que futuramente podem se tornar uma ferramenta de planejamento e estabelecimento de metas de redução e/ou compensação de emissões. Os inventários de GEE seguem a metodologia do *GHG Protocol*, são auditados por empresa externa e estão disponíveis no portal Registro Público de Emissões. Ainda sobre o tema, em 2021 a Celesc iniciou a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Mudanças Climáticas, visando orientar medidas e ações voltadas ao tema, bem como estabelecer objetivos e metas para redução de emissões e adaptabilidade a mudanças climáticas.

Como compromisso com o meio ambiente e com a melhoria contínua, a Celesc vem desenvolvendo um Plano de Gestão Ambiental que irá contemplar diversos temas ambientais significativos como mudanças climáticas, consumo consciente, geração de resíduos, prevenção e mitigação de impactos e proteção à biodiversidade.

5.2. Ações Ambientais

5.2.1. Celesc D

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em 2021, a Celesc D encaminhou para destinação final adequada 8.547,9 toneladas de resíduos sólidos, incluindo sucatas de postes, sucatas de equipamentos elétricos, óleo mineral isolante, pilhas e baterias, lâmpadas usadas, sucatas metálicas, ferrosas, e sólidos contaminados com óleos minerais e outros produtos químicos. A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de reciclagem ou reutilização (95,7%) e disposição em aterro (4,3%).

Alinhada com os objetivos preconizados na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Federal nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, a Celesc D vem orientando sua gestão de resíduos com vistas a manter um alto índice de reciclagem de seus resíduos. Em 2021, 95,7% dos resíduos gerados pela Celesc D foram reinseridos em suas cadeias produtivas a partir de processos de reciclagem ou reutilização.

b) Inventário e Eliminação de Bifenilas Policloradas (PCBs)

Em atendimento ao Decreto Federal nº 5472 de 20 de junho de 2005, a Celesc D vem elaborando seu inventário de PCB, já tendo concluído o levantamento de 100% dos transformadores de força. Em atenção ao Decreto citado e à Lei Federal nº 14.250 de 25 de novembro de 2021, a Celesc D constituiu um grupo de trabalho a fim de coordenar e orientar o processo de inventário de PCB em todo o parque de equipamentos elétricos, bem como planejar a retirada de operação dos equipamentos contaminados visando ao

~~Relatório de Administração~~ Comentário do Desempenho

cumprimento dos prazos estabelecidos na legislação. Está planejada para 2022, a retirada de operação e destinação final ambientalmente adequada dos dois últimos transformadores de força com concentração de PCB superior aos limites legais, representando um adiantamento de 6 anos em relação ao prazo legal para esse tipo de equipamento. Com relação aos equipamentos de pequeno porte, a Celesc D está com seu inventário de PCB em andamento (17%) e no âmbito do grupo de trabalho vêm sendo desenvolvidas as ações e adequações de procedimentos para a conclusão do inventário, retirada de operação e destinação final dos equipamentos contaminados.

Em 2021, em continuidade ao desafio de eliminação de PCBs foram destinados de forma ambientalmente adequada 215,45 toneladas de resíduos PCB (frente a 20,84 toneladas em 2020). Para 2022 se planeja a manutenção do ritmo de eliminação de PCB observada em 2021.

c) Mudanças Climáticas

Desde 2012, a Celesc vem realizando seus Inventários de Emissões de GEE de forma completa, considerando os 3 escopos. E a partir de 2014, os inventários passaram a ser verificados por Organismos de Verificação (OVV), devidamente acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, recebendo, dessa forma, o Selo Ouro do Programa GHG *Protocol*. Todos os inventários de emissões da Celesc podem ser consultados no Registro Público de Emissões.

No ano de 2021, foi realizado o inventário de emissões de gases de efeito estufa do ano de 2020. As emissões de Gases de Efeito Estufa da Celesc no ano de 2020 totalizaram 109.435,12 toneladas de CO₂ equivalente, o menor nível de emissões totais desde 2012. O inventário de emissões de gases de efeito estufa no ano de 2021 está em fase de contabilização e, quando finalizado e verificado, será no Registro Público de Emissões. Como destaque, as emissões relativas ao escopo 1 totalizaram 5.822 tCO_{2e} em 2020 (frente a 6.038 em 2019). Parte da redução observada foi decorrente da redução de movimentação de frota e de viagens aéreas em decorrência das restrições impostas pela pandemia em 2020.

Como reconhecimento dos avanços que vêm sendo construídos ao longo desse período, em 2021 a Celesc manteve o *score C*, patamar de conscientização, na avaliação sobre mudanças climáticas realizada pelo *Carbon Disclosure Project* (CDP). Esse resultado é fruto de uma evolução gradual que vem ocorrendo no reporte do gerenciamento das mudanças climáticas, por meio de uma abordagem mais aprofundada, detalhada e articulada a outros documentos estratégicos e de planejamento da Empresa, o que demonstrou de forma assertiva o nível de comprometimento da Celesc em relação aos riscos climáticos e às ações para adaptação e resiliência do sistema elétrico que se desencadeiam sob essa perspectiva.

d) Gerenciamento de Riscos Ambientais

Em 2020, a Celesc atualizou o mapeamento dos seus principais riscos ambientais. A partir deste planejamento, a Celesc D vem agindo para a redução ou eliminação de cada um dos riscos ambientais elencados. Em 2021, foram instaladas quinze estruturas para mitigação de riscos ambientais em oito unidades no Estado. Para 2022 é planejada a instalação das mesmas estruturas em mais seis unidades regionais.

Ainda, alinhada à Política de Responsabilidade Socioambiental da Celesc e visando à prevenção e mitigação de impactos ambientais, no ano de 2021, a Celesc D realizou oito atendimentos emergenciais relacionados a acidentes envolvendo vazamento de óleo. Em 100% dos casos os atendimentos se deram de forma célere atendendo aos limites contratuais de prazos de atendimento.

e) Proteção da biodiversidade

O Programa de Proteção de Aves na Rede tem por objetivo a harmonização entre as redes de distribuição de energia elétrica e a nidificação da espécie *Furnarius rufus*, popularmente conhecida por joão-de-barro. A execução do programa se dá no sentido da retirada de ninhos inativos que possam causar risco em relação às estruturas de distribuição de energia e, por meio da instalação de dispositivos inibidores (afastadores), tornar esses locais mais seguros tanto para as aves quanto para a operação do sistema elétrico local. No ano de 2021, foram retirados 9.023 ninhos de joão-de-barro em situação de risco (frente a 912 em 2020) e instalados 18.146 afastadores nas redes de distribuição da Celesc D (frente a 421 em 2020). A ação foi realizada no período entre junho e agosto, atendendo aos requisitos da Autorização Ambiental (AuA nº 3296/2020) emitida pelo IMA/SC.

5.2.2. Celesc G

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

No ano, a Celesc G encaminhou para destinação final adequada 41,20 toneladas de resíduos, incluindo óleos lubrificantes, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes e de luz mista, sucatas ferrosas, sólidos contaminados, lodos de fossas sépticas e outros recicláveis (madeiras, papéis e plásticos).

A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de reciclagem, disposição em aterro, rerrefino e tratamento de efluentes. A Celesc G também já realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de Bifenilas Policloradas – PCB (Ascarel) superior a 50 partes por milhão/ppm nos transformadores associados às subestações das usinas.

b) Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

Esta unidade de conservação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 22.768/1984, o qual autorizou a criação por parte da Celesc G desta Estação Ecológica, constituída pela bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Pirai, nos municípios de Schroeder e Joinville. Contempla uma área de 4.780 hectares, preservando uma parcela importante da Floresta Pluvial Atlântica presente na Serra do Mar. Ao longo dos 35 anos da preservação dessa área, até 2019, foram evitadas emissões equivalentes a 994.061,19 tCO₂ e houve a remoção permanente de 198.893,00 tCO₂ e um custo social do carbono estimado em R\$76.225.146,81. O relevo nessa região é bastante irregular, com cotas variando de 100 a 900 metros de altitude. Essas áreas estão inseridas no Bioma Mata Atlântica, na zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, definida como prioritária a conservação da biodiversidade na categoria Extremamente Alta.

Em novembro de 2019, a Celesc G e o IMA/SC assinaram um Protocolo de Intenções que visa à criação da Unidade de Conservação do Bracinho, abrangendo os municípios de Schroeder e Joinville, sendo que posteriormente foi instituída, pela Portaria IMA nº 028/2020, a equipe técnica de ambas as instituições que está coordenando e acompanhando os processos necessários para efetivação da UC. Atualmente, se encontra em fase avançada de regularização fundiária do local, com 10 terrenos regularizados de um total de 12. A caracterização fundiária é fundamental para orientar o órgão ambiental na definição da categoria da unidade, bem como definir o manejo adequado à área, conforme os usos prioritários.

Adicionalmente a empresa avalia a viabilidade técnica de formalização de outros locais protegidos em espaços territoriais próprios dotados de características naturais relevantes, de forma a proporcionar benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade destes locais. Dentre esses locais inclui-se o entorno do chamado Salto Weissbach, vinculado a Usina Salto em Blumenau/SC. Neste local, os terrenos da empresa proporcionam a conservação *in situ* de distintas espécies reófitas endêmicas do rio Itajaí-Açu ameaçadas de extinção, como a bromélia *Dyckia brevifolia Baker*, Cutiá-de-espinho, Pitanga-anã e Arapabaca.

c) Outorgas de Uso de Água

Segundo a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, os aproveitamentos hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que assegura o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Atualmente, a Celesc G possui a outorga de uso da água de todas as 12 usinas hidrelétricas, além das outorgas preventivas vinculadas aos projetos de ampliação da Usina Salto Weissbach (Portaria SDS nº 301/2017) e de reativação da Usina Maruim (Portaria SDS nº 273/2019).

Ciente também da importância da sua participação na integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental a Celesc participa e apoia as ações desenvolvidas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, vinculada à manutenção e melhoria da qualidade e quantidade de água de seus empreendimentos hidrelétricos.

d) Monitoramento Hidrológico

Para fins de atendimento à Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 003, de 10 de agosto de 2010 a empresa mantém em operação 18 estações telemétricas de monitoramento hidrológico, distribuídas em cinco regiões hidrográficas no Estado de Santa Catarina. Essas estações também fornecem suporte de redundância ao Centro de Operação da Geração, inclusive em situações de eventos hidrológicos críticos.

e) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório

No âmbito do processo de licenciamento ambiental da Usina Celso Ramos a Celesc G elaborou no ano de 2021 a proposta de regimento e zoneamento do reservatório associado ao empreendimento. Essa proposta de regimento e zoneamento do reservatório foi consolidada em um plano de uso e ocupação do entorno do reservatório, com encaminhamento posterior ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA) conhecimento e manifestação. Os serviços contemplaram a etapa de caracterização do empreendimento, diagnóstico ambiental e zoneamento do reservatório. Para fins de atendimento aos usos múltiplos desses reservatórios, a etapa de zoneamento englobou também a realização de reuniões com as prefeituras de Faxinal dos Guedes e Ouro Verde/SC, comitê de bacia e comunidades ribeirinhas.

Em conjunto com os demais planos elaborados nas usinas Garcia, Salto Weissbach, Cedros, Palmeiras e São Lourenço as propostas permanecem em processo de análise pelo IMA/SC.

f) Gestão Fundiária

No ano de 2021, foram realizadas diversas atividades para atendimento ao projeto de regularização fundiária, dentre elas: atendimento às exigências dos cartórios para retificações das áreas, regularização fiscal dos imóveis junto à Receita Federal do Brasil – RFB e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, avaliação dos imóveis, cadastro de confrontantes das usinas, levantamentos topográficos e topobatimétricos, inspeções fundiárias e certificação dos imóveis junto ao INCRA. Também foram finalizadas retificações administrativas dos limites dos terrenos das usinas Caveiras, Garcia, Maruim, Pirai e Bracinho, totalizando aproximadamente 5.600,00 hectares de áreas regularizadas.



~~Relatório de Administração~~ Comentário do Desempenho

g) Recuperação da Área de Preservação Permanente da Usina Garcia

No mês de novembro de 2021, a empresa realizou a reposição florestal de uma parcela da Área de Preservação Permanente associada ao reservatório da Usina Garcia. Essa iniciativa tem como objetivo restaurar as áreas de borda protegidas disponíveis de forma a aumentar o percentual de vegetação nativa do entorno dos ambientes aquáticos, contribuindo com a melhoria da qualidade do ambiente e a manutenção da diversidade genética local.

h) Conservação da Fauna

Como forma de subsidiar a elaboração de políticas públicas direcionadas ao uso sustentável dos reservatórios de acumulação associados as usinas Cedros e Palmeiras a Celesc G iniciou levantamento da fauna terrestre e aquática dos ambientes inseridos nos cinco reservatórios do complexo hidrelétrico. No mês de maio de 2021 também realizou a construção de canais entre os diques naturais presentes no reservatório Pinhal (Usina Cedros), visando facilitar os processos de deslocamento da ictiofauna destes ambientes para o reservatório em períodos de estiagem.

Adicionalmente elaborou um plano de ações prioritárias para a proteção de dez espécies da fauna ameaçadas de extinção registradas no entorno da Usina Celso Ramos. Tem como objetivo garantir a manutenção e conservação das mesmas nestes ambientes. Entre as espécies a serem protegidas constam o Pica-pau-de-cara-canela, Leão-baio, Gato-maracajá e a Rã-de-vidro.

i) Sistema de Gestão Integrada (Qualidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho)

Por fim, diante dos avanços identificados a empresa iniciou no ano de 2021 a implementação de um Sistema de Gestão Integrada na Usina Hidrelétrica Garcia, município de Angelina/SC, composto pelos processos de meio ambiente (ABNT NBR ISO 14001:2015), qualidade (ABNT NBR ISO 9001:2015) e saúde e segurança ocupacional (ISO 45001:2018). Atualmente o desenvolvimento do sistema se encontra na fase de auditoria interna.

Para os demais empreendimentos o sistema está previsto para ser desenvolvido ao longo do ano de 2022.

5.3. Compromisso com a Sociedade

O compromisso social da Companhia também está amparado em sua Política de Responsabilidade Social e em seus diversos programas sociais, de Eficiência Energética – EE, de Pesquisa & Desenvolvimento – P&D, nos planos de ação, como o Programa de Eficiência Operacional, e na sua Declaração de Mudanças Climáticas, em que estabelece ações para promover a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva. A promoção do uso eficiente da energia elétrica, da diversificação da matriz energética com fontes renováveis e a redução na emissão de gases do efeito estufa e de resíduos poluentes, por exemplo, estão entre os compromissos firmados.

Na busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e do mercado na área de energia elétrica, o Programa de P&D da Celesc D tem investido predominantemente no seu principal foco: a distribuição de energia elétrica. O bom desempenho na área é fruto de uma política que visa o desenvolvimento de projetos que buscam agregar valor aos negócios corporativos, com foco em mais eficiência operacional e em alavancar esses projetos dentro da cadeia de inovação do Setor Elétrico.

Em 2021, a Celesc D investiu cerca de R\$13,7 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento visando a continuidade de projetos nos temas de Mobilidade Elétrica, Robótica, Subestação, Geração Eólica, Mercado, Regulação, Meio Ambiente, Novos Materiais entre outros. Destacam-se esse ano a conclusão da ampliação do corredor de eletropostos para carregamento de veículos elétricos, que tem como objetivo a instalação de até 30 novas estações de recargas, cobrindo as rodovias BR-101 Sentido Sul e BR 282 sentido Lages e Chapecó. Também no tema mobilidade elétrica, ressalta-se a parceria entre Celesc, IFSC e Assembleia Legislativa de Santa Catarina para testes de veículos elétricos em frotas públicas, por meio do Projeto ConverTE, que tem como objetivo a inserção e veículos elétricos em órgãos públicos por meio da conversão de veículos a combustão para elétrico.

No Programa de Eficiência Energética os investimentos foram de R\$17,9 milhões, em programas que visam a redução de consumo de energia de unidades consumidoras da Celesc D. Foram executados projetos em sistemas de iluminação pública, onde participam dessa iniciativa municípios como Araquari, Caçador, Campos Novos, Correia Pinto, Fraiburgo, Itá, Itapiranga, Modelo, Pomerode, Rodeio e Santo Amaro da Imperatriz. Destacamos a conclusão do projeto Celesc nos Cedups, que equipou laboratórios de eficiência energética em 6 unidades dos Cedups nos municípios de Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville, Lages e Tubarão. Com esse projeto serão capacitados profissionais para atuarem na área de eficiência energética. A expectativa é de que, ao longo dos próximos dez anos, se beneficiem mais de 28 mil alunos, que atuaram no mercado de trabalho, gerando emprego e renda a essas famílias. Além desses projetos, existem iniciativas beneficiando entidades filantrópicas como Hospitais e APAEs, entidades de ensino superior, clientes industriais, residenciais e residenciais baixa renda.

No campo social, o grande destaque foram as ações em prol da cultura da diversidade. Em 2021, a Companhia divulgou a sua Política de Diversidade e Inclusão (D&I), depois de aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Dois compromissos prévios assumidos nesse contexto foram a assinatura dos WEPs (em inglês, Princípios de Empoderamento das Mulheres), uma iniciativa empreendida pela ONU Mulheres, e a oferta do Treinamento Prático em Diversidade e Inclusão, por meio

~~Relatório de Administração~~ Comentário do Desempenho

de plataforma de ensino remoto, visando trabalhar o tema transversalmente na Empresa. Essas ações estão consoantes à estratégia de gênero e diversidade vinculada ao Programa Celesc + Energia, financiado parcialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Por convite do BID, a Celesc apresentou essas ações no seminário internacional *Infraestructura y Género – Servicios de Infraestructura con enfoque de Género* promovido pelo Banco, em junho de 2021, e a pedido do próprio BID, também expôs a sua estratégia à empresa *Administración Nacional de Electricidad* (ANDE), do Paraguai.

No âmbito de iniciativas pertinentes à estratégia de gênero, a Empresa também promoveu, para os seus jovens aprendizes, um curso básico, visando propiciar conhecimento sobre o Setor de Energia. Mais de 160 jovens – meninos e meninas – integram esse programa na Empresa, consolidando atualmente uma das maiores frentes de inclusão social.

Instituído em parceria com o Ministério Público Estadual, o Programa Jovem Aprendiz da Celesc prioriza a participação de moradores de entidades de acolhimento e casas-lares. Mais de 1.200 jovens foram recebidos pela Celesc desde 2006, quando aderiu ao Programa, até o último ano. Desde 2020, 160 jovens entraram para iniciar um ciclo de dois anos. Dentro desse ciclo, foram oferecidas ainda vagas para jovens provindos de medidas socioeducativas.

Em 2021, várias ações foram realizadas pelo Programa Celesc Voluntária, com destaque para a Campanha “Tem gente com fome”. Essa ação mobilizou toda a força de trabalho da Empresa, com arrecadação de aproximadamente 6 toneladas de alimentos, beneficiando 23 instituições catarinenses que, juntas, atendem mais de 3.000 pessoas em diferentes condições sociais (crianças, adolescentes, idosos, etc).

Também foi realizada a 16ª edição do Natal Solidário que, com a adesão de muitos celesquianos, permitiu levar fraternidade – na forma de brinquedos, doces e kits escolares – para crianças catarinenses em condições sociais muito vulneráveis.

Ações ligadas a pactos e compromissos assumidos voluntariamente tiveram continuidade em 2021; entre eles o “Na Mão Certa”, uma iniciativa da *Childhood* Brasil; a frente de Combate ao Trabalho Infantil, desenvolvida pelo Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina; e o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

A Celesc cumpre dois outros compromissos firmados em parceria com o Instituto Ethos: o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, e o Pacto Global, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, desde 2006, é reconhecida pela Abrinq como Empresa Amiga da Criança.

Com o lançamento da 3ª Chamada Pública para Financiamento de Projetos com Incentivos Fiscais, 31 iniciativas culturais e esportivas foram selecionadas para receber aporte financeiro da Celesc, no último ano. O investimento de R\$3,2 milhões foi destinado para atender 22 projetos culturais (R\$2,5 milhões, no total) e nove projetos esportivos (R\$659 mil, no total).

Como última ação corporativa de responsabilidade social, a Celesc fechou o ano com o repasse total de R\$1,3 milhão ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e ao Fundo do Idoso (FEI), somando R\$659 mil para cada um. Encaminhados diretamente aos Fundos, que são geridos pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, esses recursos viabilizam, por meio dos Conselhos Estaduais, inúmeras atividades de amparo, proteção e orientação de seus públicos-alvo.

5.4. Compromisso com os Empregados

Ser responsável e ético na conduta com as pessoas estão entre os valores corporativos do Grupo Celesc. Nesse sentido, são desenvolvidos diversos programas e projetos na área de Gestão de Pessoas, com o intuito de tornar a Celesc de amanhã melhor do que a Celesc de hoje. Entre os programas, destacam-se o compromisso com a capacitação e desenvolvimento de pessoas, a promoção da inclusão e valorização da diversidade, prevenção de acidentes, doenças ocupacionais e adoecimento dos trabalhadores, assistência à reeducação e readaptação profissional.

O “Jeito de Ser Celesc” é a maior representação deste compromisso, pois reúne as competências essenciais esperadas dos celesquianos, que associadas ao programa de gestão de desempenho, se propõe a desenvolver a força de trabalho ao longo de um acompanhamento contínuo de seus líderes.

Relatório de Administração / Comentário do Desempenho**Competências Essenciais**

As diretrizes e decisões tomadas visam sempre construir um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam felizes e comprometidas com a entrega de resultados. A grande ferramenta para monitorar e buscar melhorias é a Pesquisa de Clima por Pulsos, por meio da qual os líderes possuem informações contínuas sobre suas equipes, que passam por sentimentos em relação à carreira, ambiente de trabalho e também saúde. Essa ferramenta avalia o clima em relação a 12 aspectos: alinhamento com a empresa, desenvolvimento profissional, feedback e reconhecimento, justiça, bem-estar, embaixadorismo, felicidade, liderança, carreira, estrutura, inovação e relacionamento interpessoal.

A Celesc entende sua responsabilidade com a vida das pessoas e sabe o quanto é importante promover a saúde e qualidade de vida, um ótimo ambiente de trabalho e um comportamento seguro no trabalho e fora dele. Entende também que é essencial confiar nas atitudes das pessoas e em suas decisões, principalmente nas relações existentes nas equipes e também com seus líderes. Destaque para o alinhamento com a empresa, a percepção que os empregados têm em relação à marca Celesc e às Lideranças.

O compartilhamento de informações na Companhia é amplamente favorecido pela existência de diversos canais de comunicação interna. Por meio da Intranet (*CELNET*), todo empregado também tem acesso às instruções normativas e outras informações relevantes sobre sua carreira, benefícios, diretrizes da Celesc, entre outros. A transformação do conhecimento tácito em explícito é constantemente aperfeiçoada, visando sempre à padronização das técnicas e a amplitude da divulgação dos fatos de interesse do público interno.

A participação dos empregados na gestão da Companhia é garantida no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva, com representantes eleitos por voto direto. Da mesma forma, são constituídas as Comissões de Gestão e Resultados, que formulam e acompanham os Acordos de Desempenho de cada área. Outros destaques é a gestão participativa, com decisões tomadas após estudos em Grupos de Trabalho – GTs, Comissões e Comitês.

A Celesc estimula e promove as relações saudáveis entre colegas e líderes. O respeito às pessoas é prioridade e o compromisso que deve ser mantido com a ética nas relações está documentado no seu Código de Conduta Ética, na Política de Consequência e na Política Anticorrupção. Para estimular o conhecimento e a adesão a esses fundamentos, a Celesc promove treinamentos específicos. Um bom ambiente para se trabalhar também se faz com a oferta de benefícios para as pessoas. As licenças especiais, como extensão das licenças-maternidade e paternidade, concedidas por ser uma empresa cidadã, e outras vantagens, como auxílio-creche e babá, auxílio pós-graduação, auxílio estudante, vale-alimentação, plano de saúde e odontológico, vão além do previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e são essenciais para cultivar um ambiente de trabalho positivo.

A Celesc procura valorizar todo potencial de seus colaboradores e honra todo comprometimento com ações de desenvolvimento humano. As pessoas sustentam os processos organizacionais que agregam valor a nossos consumidores, sendo a geração de valor à população uma das diretrizes da Política de Capacitação e Desenvolvimento. Tal Política é gerenciada e aprimorada ano a ano por uma equipe interna altamente capacitada. As soluções de desenvolvimento relacionadas aos processos de negócio são priorizadas pela área gestora da Política. Dessa forma, a formação de novos eletricitistas, maior quantitativo de pessoal da Celesc D, é planejada

~~Relatório de Administração~~ Comentário do Desempenho

e realizada por instrutores internos, ou seja, profissionais que se destacam em suas atividades e compartilham seus conhecimentos com quem está ingressando na carreira. O nosso jeito de fazer é nossa competência essencial e vantagem competitiva. Além de tantos outros cursos de formação, a Empresa oferece treinamentos para aperfeiçoamento de sua força de trabalho, sejam as atividades mais operacionais, com atualizações de processos, sejam as áreas mais estratégicas que necessitem desenvolver competências críticas para a organização.

Nos últimos anos, a Celesc contou com parceiros para desenvolver todos os líderes da Companhia. Estes líderes foram capacitados em temas como *feedback*, resolução de conflito, liderança situacional, comunicação e demais tendências. Por meio de parcerias, foi executado também o Plano de Desenvolvimento de Equipes, que propiciou aos trabalhadores momentos para desenvolver competências de comunicação, relacionamento e foco em resultados.

A Celesc acredita na importância de valorizar as pessoas e em promover um ambiente meritocrático, que reconheça os esforços de cada um e ajude a reforçar a ousadia das pessoas para promover mudanças, tomar decisões e inovar.

5.5. Saúde e Segurança do Trabalho

5.5.1. Ações Celesc Segurança 2021

A natureza e complexidade do negócio que a Celesc executa, exige a intervenção humana no Sistema Elétrico de Potência, fato que, pela natureza de suas atividades, expõe seus empregados aos riscos que são minimizados:

- Pelos treinamentos realizados com equipes próprias e terceiras;
- Pelo desenvolvimento de adequadas técnicas de trabalho;
- Pelos procedimentos de segurança adotados;
- Pelas normativas internas que disciplinam determinados processos e procedimentos;
- Pelos EPI's e EPC's destinados aos colaboradores;
- Pelas exigências contratuais junto aos seus prestadores de serviços.

Como a natureza da atividade da empresa requer intervenção humana no Sistema Elétrico de Potência, há um componente de extrema importância no conjunto de ações para aprimoramento do nível de segurança do trabalho, qual seja, a atitude correta dos trabalhadores, que é resultado da sua postura comportamental, seja ela, por exemplo, para o emprego da técnica correta transmitida nos diversos treinamentos ministrados pela empresa, seja ela para o uso correto do EPI disponibilizado pela Celesc.

5.5.2. Da Política de Segurança e Saúde do Trabalho

A Celesc tem compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho e a minimização dos riscos ocupacionais, visando estabelecer ambiente seguro e saudável para o trabalhador e fortalecer a integração da cultura de segurança às estratégias empresariais, onde este pensamento está expresso no Plano Diretor e desdobrado no Mapa Estratégico, Contrato de Gestão, Política de Segurança e Saúde do Trabalho, Normas e Instruções Normativas internas, além de ações e programas de segurança e saúde desenvolvidos na empresa.

Nas premissas estratégicas da Celesc de seu Plano Diretor Celesc (2025-2035), os valores, que representam o que a empresa acredita, reforçam o tema da segurança, destacando como dever de todos o respeito à vida, prevenção de acidentes e promoção de boas práticas de segurança.

Destaca-se, na perspectiva de Organização e Pessoas, o objetivo estratégico de promover a cultura da segurança no trabalho, saúde e bem estar. Com tal objetivo, pretende-se garantir um ambiente de trabalho seguro, prezando pela saúde e bem estar de todos os empregados, de forma a gerar o sentimento de confiança das equipes e honrar os valores e princípios da empresa. Além disso, garantir todos os equipamentos necessários, fiscalizar o cumprimento de normas de segurança e promover o compromisso com o tema.

A Política de Segurança e Saúde do Trabalho, que representa a mais alta intenção da Celesc frente à segurança e saúde no trabalho, normatiza que a prática da segurança e saúde no trabalho será considerada inerente a quaisquer serviços executados, onde todo o trabalho deverá ser resguardado pelas indispensáveis medidas de segurança, tendo em vista a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Nem a urgência, nem a importância, nem a alegada indisponibilidade de meios ou recursos, nem quaisquer outras razões podem ser invocadas para justificar a falta de segurança.

O Programa Celesc Segura abrange, dentre outros, os conceitos de Diagnóstico de Segurança, Plano de Segurança, Plano de Trabalho Anual (PTA), além dos procedimentos e responsabilidades.

Além do Programa Celesc Segura, a Celesc promove anualmente uma série de ações voltadas para promoção da Saúde e Segurança do trabalho:

relatório de Administração / Comentário do Desempenho

- Realização de SIPATs: Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT, promovida pelas CIPAs, em conjunto com os SESMTs;
- Dia “D” Inspeção: foi criado com a campanha Acidente Zero promovida pela Celesc D em 2019. O Dia "D" Inspeção consiste na adoção de rotinas de inspeções massivas que visam levantar as não-conformidades, formando uma série histórica dessas informações para o devido gerenciamento e proposição de melhorias;
- Eventos e Campanhas de Saúde e Segurança do Trabalho: campanhas promovidas pela empresa com temas específicos, onde pode-se destacar Verão Seguro, Segurança no Trânsito, Dia da Segurança na Empresa, dentre outros;
- Regras que Salvam Vidas: são dez pontos de atenção em segurança do trabalho nas operações da Celesc. A ferramenta foi pensada com base no histórico de acidentes ocorridos na empresa e tem por objetivo chamar a atenção para comportamentos e atitudes que podem prevenir acidentes e salvar vidas. “É o jeito de ser Celesc” também na segurança do trabalho.
- Promoção do Círculo da Segurança: indica o passo a passo do Trabalho Seguro no SEP nos serviços desenergizados. Ele representa sair de casa bem, trabalhar com segurança e voltar para a família com plena saúde.

O compromisso da Celesc com a proteção da saúde e segurança do trabalhador, seja próprio ou contratado, também está expresso em sua política de capacitação e desenvolvimento de pessoal. Está incluída nesta política a elaboração, o planejamento e a execução da capacitação e reciclagem de todos os trabalhadores da Celesc com foco na prevenção de acidentes do trabalho.

Com relação à disponibilização de Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletivas (EPC), a área de Segurança do Trabalho atua na especificação técnica desses materiais, que detalha tecnicamente as características e normas/laudos que o material deve atender com foco na proteção adequada. Além disso, atua na etapa de avaliação técnica dos itens que estão sendo adquiridos, no levantamento de problemas que possam surgir durante o uso, no desenvolvimento de novos materiais e fornecedores e na adequação dos itens ao surgimento e modificações das legislações e normas vigentes.

Este processo resulta na atuação com materiais com elevado padrão técnico de desempenho, tanto na sua especificação, quanto nos ensaios de recebimento para assegurar sua qualidade, tudo isso para que se disponibilize aos empregados o equipamento adequado para a exposição ao risco de cada situação de trabalho.

A Celesc está realizando processo de contratação de consultoria para implantação de um processo de segurança comportamental que atue sobre toda a cadeia de negócios da Celesc, promovendo um diagnóstico e medição da força de trabalho em todo seu quadro hierárquico, de forma a buscar subsídios e fomentar ações que produzam resultados impactantes na redução de acidentes, promovendo melhorias para as oportunidades de melhoria que venham a ser identificadas no diagnóstico inicial e que sejam focadas em tratar questões sistêmicas, transformando a cultura de segurança da força de trabalho da Celesc, sendo esta ação prevista para entrar em operação no primeiro semestre de 2022.

Neste contexto, e considerando os aspectos legais ligados ao atendimento das Normas Regulamentadoras (NRs), a área de segurança do trabalho possui atuação sobre todos os setores, pessoas e processos organizacionais da Empresa, citando como exemplo atividades específicas de segurança (inspeções, análise de acidentes, gestão de CIPAs, emissão de laudos, especificação de Equipamentos de Proteção, atendimento à legislação e treinamentos); saúde (exames ocupacionais, atendimento, gestão de afastamentos); e bem-estar (programas e atendimento psicossocial). E cabe a lembrança que somadas a todas estas atividades está a atuação frente às empresas contratadas, sob as quais a Empresa possui responsabilidade solidária.

A Celesc está alinhada àquilo que o mercado espera de uma empresa deste porte, com diversos esforços nos últimos anos buscando a melhoria contínua, principalmente no que se refere a promoção da segurança de seus empregados.

Finalizando, no final de 2021, o grande destaque foi a reestruturação da área de segurança do trabalho da Empresa, sendo efetivada a transformação da estrutura de Divisão para um Departamento com três divisões, visando melhorar o fluxo de trabalho e a gestão dos processos, além da vinculação deste setor diretamente à Presidência da empresa, demonstrando assim a importância do papel estratégico deste tema para a organização.

Assim, para melhorar o fluxo do trabalho e a gestão dos processos, a efetivação da criação deste Departamento é decorrente da ação e dos objetivos abaixo:

- Permitir uma atuação mais efetiva na Empresa em decorrência da ligação direta com a Presidência, garantindo mais celeridade e abrangência nos processos, além de obter uma visão mais ampla sobre as diversas áreas da organização;
- Ampliar ações de planejamento e atuação direta junto as demais área gerenciais, fazendo a aproximação e alinhamento de ações em conjunto com as áreas;
- Garantir um melhor gerenciamento dos principais processos – gestão, técnico e saúde/bem-estar – e a distribuição de atividades e responsabilidades, que não eram mais suportadas pela estrutura anterior e impactando diretamente no desempenho;
- Absorver a gestão dos SESMT, que até então era somente no conceito técnico, permitindo uma maior amplitude, assertividade e efetividade de ações por parte dos profissionais de segurança em suas respectivas localidades;
- Absorver a gestão dos Assistentes Sociais, promovendo uma padronização de atendimento e alinhamento de ações em suas respectivas localidades.

relatório de Administração / Comentário do Desempenho

5.6. Balanço Social – Consolidado

1 - BASE DE CÁLCULO	2021			2020		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	11.341.550			8.858.700		
- Resultado Operacional (RO)	797.370			681.635		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	699.872			716.019		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	50.931	7,28	0,45	42.996	6,00	0,49
- Encargos Sociais Compulsórios	117.476	16,79	1,04	109.118	15,24	1,23
- Previdência Privada	25.960	3,71	0,23	26.861	3,75	0,30
- Saúde	77.366	11,05	0,68	71.769	10,02	0,81
- Segurança e saúde no trabalho	4.726	0,68	0,04	3.764	0,53	0,04
- Educação	712	0,10	0,01	609	0,09	0,01
- Cultura	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Capacitação e Desenv. Profissional	6.239	0,89	0,06	2.710	0,38	0,03
- Creches ou Auxílio-creche	2.414	0,34	0,02	1.944	0,27	0,02
- Participação nos Lucros ou Resultados	38.593	5,51	0,34	38.635	5,40	0,44
- Outros	8.154	1,17	0,07	6.050	0,84	0,07
Total - Indicadores Sociais Internos	332.571	47,52	2,94	304.456	42,52	3,44
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	4.663	0,58	0,04	5.947	0,87	0,07
- Cultura	2.624	0,33	0,02	2.422	0,36	0,03
- Saúde e Saneamento	243	0,03	0,00	6	0,00	0,00
- Esporte	660	0,08	0,01	615	0,09	0,01
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Outros	1.320	0,17	0,01	1.238	0,18	0,01
Total das Contribuições p/ a Sociedade	9.510	1,19	0,08	10.227	1,50	0,12
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	4.336.639	543,87	38,24	3.703.781	543,37	41,78
Total - Indicadores Sociais Externos	4.346.149	545,06	38,32	3.714.008	544,87	41,92
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	22.610	2,84	0,20	22.948	3,37	0,26
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	16.116	2,02	0,14	16.318	2,39	0,18
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	38.726	4,86	0,34	39.266	5,76	0,44
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75 %		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 %			
	() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2021			2020		
- Nº de empregados(as) ao final do período	3.747			3.344		
- Nº de admissões durante o período	571			335		
- Nº de empregados(as) terceirizados	2.379			3.919		
- Nº de estagiários(as)	185			187		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.143			1.152		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	849			741		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,33			27,37		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	90			74		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,61			1,36		
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	106			96		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2021			Metas 2022		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	38,14			-		
- Número total de acidentes de trabalho	114			0		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> todos+ Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivar
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	67.539	1.689	6.397	0	0	0
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	ND	ND	0,109	-	-	-
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2021	7.424.431		Em 2020	6.491.621	
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	79,65% governo	9,45% colaboradores		76,77% governo	12,00% empregados	
	3,31% terceiros	5,65% retido	1,94% acionistas	3,24 % terceiros	6,0 % retido	1,99 % acionistas
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
CNPJ: 83.878.892/0001-55 UF: SC	Coordenação: Regiane Marlene Dias - Fone: (48) 3231-5520 E-mail: regianemd@celesc.com.br					
Sector Econômico: Holding de Capital Aberto	Contadora: - Rogéria Rodrigues Machado - Fone: (48) 3231-6151 E-mail: rogeriarm@celesc.com.br CRC/ SC - 024.797/0-0					
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"						
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"						

6. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

7. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc.

Florianópolis, 10 de março de 2022.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante		210.679	208.401	3.765.568	3.955.299
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	26.872	50.421	844.088	1.166.205
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	1.931.011	1.918.725
Estoques	10	-	-	13.556	12.313
Tributos a Recuperar	11	37.879	25.888	572.007	591.837
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP		145.877	132.047	14.865	14.352
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga e Ind. Us. Pery	13.2 e 14.3	-	-	70.886	33.674
Subsídio Decreto nº 7891/2013		-	-	49.231	47.032
Bônus Escassez Hídrica	1.2.4	-	-	102.861	-
Outros	12	51	45	167.063	171.161
Não Circulante		2.592.428	1.925.332	8.192.677	6.711.955
Realizável a Longo Prazo		189.462	171.651	3.893.561	2.623.539
Títulos Valores Mobiliários	15	137.478	137.478	137.478	137.478
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	27.212	29.236
Coligadas, Controladas e Controladoras	16	15.251	-	-	-
Tributos Diferidos	17	-	12.827	708.001	884.423
Tributos a Recuperar	11	-	-	1.020.876	109.904
Depósitos Judiciais	27	36.733	21.346	329.106	291.869
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	757.193	612.637
Ativo Financeiro - Parcela A, Bonificação de Outorga e Us. Pery	13 e 14.3	-	-	895.662	554.774
Adiantamento Futuro Aumento Capital		-	-	15.000	-
Outros	12	-	-	3.033	3.218
Investimentos	18	2.398.187	1.748.723	311.666	268.933
Imobilizado	19.1	338	14	128.813	201.427
Intangível	20	4.441	4.944	3.858.637	3.618.056
Total do Ativo		2.803.107	2.133.733	11.958.245	10.667.254

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante		161.143	144.163	3.282.108	3.522.162
Fornecedores	21	947	72	1.088.186	1.224.547
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	-	-	5.404	860.552
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	-	-	18.155	5.349
Debêntures	23	-	-	152.995	102.592
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24	1.312	879	214.708	211.656
Tributos a Recolher	25	23.304	18.795	910.696	370.858
Dividendos e JSCP Declarados	30	134.356	123.621	134.356	123.621
Taxas Regulamentares	26	-	-	295.631	177.921
Passivo de Arrendamento	19	223	-	6.216	-
Passivo Atuarial	28	-	-	219.527	197.901
Passivo Financeiro – Parcela A	13	-	-	39.826	142.491
Bônus Escassez Hídrica	1.2.4	-	-	102.861	-
Outros		1.001	796	93.547	104.674
Não Circulante		20.595	4.928	6.054.768	5.160.450
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	-	-	97.818	83.870
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	-	-	1.131.923	705.173
Debêntures	23	-	-	615.670	203.916
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24	-	-	50.032	60.264
Tributos Diferidos	17	-	-	82.592	24.469
Taxas Regulamentares	26	-	-	70.745	183.078
Passivo de Arrendamento	19	118	-	8.620	-
Provisão para Contingências	27	20.477	4.928	444.910	492.793
Passivo Atuarial	28	-	-	1.798.736	2.319.432
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	29	-	-	1.748.472	1.087.455
Outros		-	-	5.250	-
Patrimônio Líquido	30	2.621.369	1.984.642	2.621.369	1.984.642
Capital Social	30	2.480.000	1.340.000	2.480.000	1.340.000
Reservas de Capital	30	316	316	316	316
Reservas de Lucros	30	1.191.329	1.911.470	1.191.329	1.911.470
Ajuste de Avaliação Patrimonial	30	(1.050.276)	(1.267.144)	(1.050.276)	(1.267.144)
Total do Passivo		2.803.107	2.133.733	11.958.245	10.667.254

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita Operacional Líquida – ROL	32	-	-	11.341.550	8.858.700
Receita das Vendas e Serviços		-	-	9.489.097	7.390.246
Receita de Construção – CPC 47		-	-	710.904	592.475
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro (Parcela A - CVA)		-	-	1.121.176	869.317
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão		-	-	20.373	6.662
Custos de Vendas /Serviços Prestados	32	-	-	(10.054.509)	(7.654.978)
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-	(8.571.837)	(6.318.469)
Custo dos Produtos Vendidos		-	-	1.140	(12.622)
Custo dos Serviços Prestados		-	-	(772.908)	(731.412)
Custo de Construção – CPC 47		-	-	(710.904)	(592.475)
Lucro Bruto		-	-	1.287.041	1.203.722
Despesas Operacionais		582.158	515.334	(489.671)	(522.087)
Despesas com Vendas	32	-	-	(222.486)	(147.010)
Despesas Gerais e Administrativas	32	(23.634)	(19.632)	(353.817)	(413.143)
Outras Receitas e Despesas (Líquidas)	32	(10.380)	(2.525)	13.949	(18.517)
Resultado de Equivalência Patrimonial	18	616.172	537.491	72.683	56.583
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		582.158	515.334	797.370	681.635
Resultado Financeiro	32	(6.159)	(5.832)	24.159	43.080
Receitas Financeiras		(6.016)	(5.751)	258.065	231.087
Despesas Financeiras		(143)	(81)	(233.906)	(188.007)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		575.999	509.502	821.529	724.715
IRPJ e CSLL		(12.827)	9.183	(258.357)	(206.030)
Corrente		-	(3.644)	(135.785)	(178.486)
Diferido		(12.827)	12.827	(122.572)	(27.544)
Lucro Líquido do Exercício		563.172	518.685	563.172	518.685
Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)					
Lucro Básico por Ação	30				
Ações Ordinárias Nominativas		13,7776	12,6892		
Ações Preferenciais Nominativas		15,1553	13,9581		
Lucro Diluído por Ação	30				
Ações Ordinárias Nominativas		13,7776	12,6892		
Ações Preferenciais Nominativas		15,1553	13,9581		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício		563.172	518.685	563.172	518.685
Outros Resultados Abrangentes		217.358	188.293	217.358	188.293
Remensuração Obrigações Planos Benefício Definido Líquido Tributos		217.358	188.293	217.358	188.293
Resultado Abrangente do Exercício		780.530	706.978	780.530	706.978

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucro	Ajuste Avaliação Patrimonial Custo Atribuído	Ajuste Avaliação Patrimonial Passivo Atuarial	Lucro Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.340.000	316	170.374	1.351.307	15.153	(1.470.026)	-	1.407.124
Transações de Capital com Sócios								
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(52.042)	(52.042)
JCP	-	-	-	-	-	-	(77.418)	(77.418)
Resultado Abrangente Total								
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	518.685	518.685
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(564)	-	564	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	188.293	-	188.293
Mutações Internas do PL								
Constituição de Reservas	-	-	25.934	363.855	-	-	(389.789)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.340.000	316	196.308	1.715.162	14.589	(1.281.733)	-	1.984.642
Transações de Capital com Sócios								
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	13	-	-	-	13
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(123.742)	(123.742)
JCP	-	-	-	-	-	-	(20.074)	(20.074)
Resultado Abrangente Total								
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	563.172	563.172
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(490)	-	490	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	217.358	-	217.358
Mutações Internas do PL								
Aumento de Capital Social	1.140.000	-	-	(1.140.000)	-	-	-	-
Realização de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	28.159	391.687	-	-	(419.846)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.480.000	316	224.467	966.862	14.099	(1.064.375)	-	2.621.369

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		575.999	509.502	821.529	724.715
Ajustes p/ Conciliar Resultado do Ex. c/ Recursos Provenientes de Ativ. Op.		(598.645)	(535.126)	423.566	385.633
Depreciação e Amortização		2.194	1.975	245.705	240.924
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível		-	-	172.086	46.720
Resultado da Equivalência Patrimonial	18	(616.172)	(537.491)	(72.683)	(56.583)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	14	-	-	(20.373)	(6.662)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	14	-	-	668	164
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	20	-	-	(45.879)	-
Provisão/Reversão para Perdas de Ativos	19	-	-	42	(1.403)
Juros e Variações Monetárias		(216)	-	280.449	172.708
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas		15.549	390	(47.883)	(13.437)
Despesas Atuariais	28	-	-	(7.474)	55.263
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	19	-	-	273	-
Baixa Direito de Uso Arrendamentos Ativos e Passivos		-	-	(4)	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	62.231	(6.491)
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga		-	-	(143.592)	(45.570)
Aumento (Redução) nos Ativos		(27.384)	(13.005)	(1.582.463)	(670.158)
Contas a Receber		-	-	(70.933)	(453.886)
Tributos a Recuperar		(11.991)	(14.983)	(891.142)	459.683
Depósitos Judiciais		(15.387)	1.995	(37.237)	(120.815)
Estoques		-	-	(1.243)	2.383
Ativos Financeiros (CVA, Bonificação de Outorga)		-	-	(567.433)	(576.660)
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		-	-	(2.199)	6.204
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		-	-	(15.000)	10.000
Outras Variações nos Ativos		(6)	(17)	2.724	2.933
Aumento (Redução) nos Passivos		(4.042)	(245)	1.001.881	730.179
Fornecedores		875	(956)	(136.361)	227.822
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		433	194	(7.180)	11.586
Tributos a Recolher		(5.555)	(5)	562.279	149.654
Passivos Financeiros		-	-	230.260	454.519
Taxas Regulamentares		-	-	(1.794)	(1.553)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	579.802	-
Passivo Atuarial		-	-	(219.248)	(131.125)
Outras Variações no Passivo		205	522	(5.877)	19.276
Caixa Gerado pelas Atividades Operações		(54.072)	(38.874)	664.513	1.170.369
Juros Pagos	23	(35)	-	(117.944)	(84.199)
IR e CSLL Pagos		-	(971)	(168.290)	(172.850)
Caixa Líquido Atividades Operacionais		(54.107)	(39.845)	378.279	913.320
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Adições Ativo Imobilizado/Intangível		-	-	(641.208)	(552.758)
Integralização/Redução de Capital		-	-	(3.333)	(9.875)
Dividendos Recebidos		168.768	129.065	31.302	35.878
Empréstimos à Partes Relacionadas		(15.000)	-	-	-
Caixa Líquido Atividades de Investimento		153.768	129.065	(613.239)	(526.755)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	(931.219)	(423.307)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	531.107	770.318
Ingressos de Debêntures	23	-	-	545.450	35.659
Pagamento de Debêntures	23	-	-	(101.962)	(101.961)
Pagamento de Dividendos	23	(123.004)	(67.250)	(123.004)	(67.250)
Pagamento de Arrendamentos	19	(206)	-	-	-
Pagamento Passivo de Arrendamento	19	-	-	(7.529)	-
Caixa Líquido Atividades de Financiamento		(123.210)	(67.250)	(87.157)	213.459
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa		(23.549)	21.970	(322.117)	600.024
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8	50.421	28.451	1.166.205	566.181
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	26.872	50.421	844.088	1.166.205
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa		(23.549)	21.970	(322.117)	600.024

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado		
	NE	2021	2020	2021	2020
Receitas		-	-	17.109.496	13.804.244
Vendas Brutas de Produtos e Serviços		-	-	16.257.922	13.030.064
Receita de Construção – CPC 47		-	-	710.904	592.475
Outras Receitas		-	-	202.901	159.721
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD		-	-	(62.231)	21.984
Insumos Adquiridos de Terceiros		(14.031)	(5.727)	(9.770.108)	(7.359.369)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(8.739.062)	(6.438.975)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(14.031)	(5.727)	(320.100)	(329.322)
Custo de Construção – CPC 47		-	-	(710.904)	(592.475)
Perdas/Recuperação de Ativos		-	-	(42)	1.403
Valor Adicionado Bruto		(14.031)	(5.727)	7.339.388	6.444.875
Depreciação, Amortização		(2.194)	(1.975)	(245.705)	(240.924)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		(16.225)	(7.702)	7.093.683	6.203.951
Valor Adicionado Recebido em Transferência		610.156	531.740	330.748	287.670
Resultado de Equivalência Patrimonial		616.172	537.491	72.683	56.583
Receitas Financeiras		(6.016)	(5.751)	258.065	231.087
Valor Adicionado Total a Distribuir		593.931	524.038	7.424.431	6.491.621
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		(17.421)	(13.788)	(701.818)	(778.929)
Remuneração Direta		(16.138)	(12.354)	(565.500)	(656.918)
Benefícios		(1.031)	(766)	(109.561)	(95.274)
FGTS		(252)	(668)	(26.757)	(26.737)
Impostos, Taxas e Contribuições		(13.164)	8.782	(5.913.896)	(4.983.893)
Federais		(13.124)	8.977	(3.220.117)	(2.704.944)
Estaduais		(12)	(13)	(2.686.083)	(2.271.613)
Municipais		(28)	(182)	(7.696)	(7.336)
Remuneração de Capital de Terceiros		(174)	(347)	(245.545)	(210.114)
Juros		(143)	(81)	(9.649)	(6.812)
Aluguéis		(31)	(266)	(11.639)	(22.107)
Variações Monetárias e Cambiais		-	-	(37.778)	(14.105)
Outras Despesas Financeiras		-	-	(186.479)	(167.090)
Remuneração de Capitais Próprios		(143.816)	(129.460)	(143.816)	(129.460)
Juros s/ Capital Próprio – JSCP		(123.742)	(77.418)	(123.742)	(77.418)
Dividendos		(20.074)	(52.042)	(20.074)	(52.042)
Lucro Retido do Exercício		(419.356)	(389.225)	(419.356)	(389.225)
Valor Adicionado Distribuído		(593.931)	(524.038)	(7.424.431)	(6.491.621)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e em conjunto com suas controladas o “Grupo”) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973 e hoje tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2.600.000.000,00, sendo o Capital Social subscrito e integralizado R\$2.480.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividades preponderantes a Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto, Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

1.1. Pandemia do Coronavírus – Covid-19

A Companhia vem acompanhando as ações que estão sendo discutidas no âmbito dos diversos órgãos governamentais, assim como implantando medidas de combate aos impactos que a pandemia pode provocar em seu resultado econômico e financeiro.

1.1.1. Ações no Setor Elétrico

1.1.1.1. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

A ANEEL aprovou, em reunião pública de diretoria, a regulamentação da Conta COVID, emitindo a Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. A norma definiu, ainda, critérios e procedimentos para gestão da Conta COVID, estabelecendo limites de captação de recursos por distribuidoras fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. A regra detalha, ainda, os itens de custo que podem ser cobertos pela Conta e o fluxo operacional dos repasses.

A Celesc D aderiu ao Termo de Aceitação da Resolução Normativa nº 885/2020, referente ao Decreto nº 10.320/2020 (Conta COVID) da ANEEL. O valor total requerido foi de R\$583,2 milhões, referente aos valores estipulados pela ANEEL. Esse montante representou 100% do valor máximo da operação estabelecido para a Companhia, sendo contabilizado como passivo financeiro - CVA. Os valores já foram realizados no processo tarifário de agosto de 2020, a inserção de componente financeiro negativo com efeito em 12 (doze) meses, de agosto de 2020 a julho de 2021.

Quanto aos consumidores, a medida permitiu uma postergação desse efeito, que seria percebido em um único ciclo, para quatro ciclos tarifários, iniciando em agosto de 2021. O montante a ser inserido no próximo ciclo, que se iniciou em agosto de 2021 e vai até julho de 2022, foi definido por meio do Despacho nº 181, de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificado pelo Despacho nº 939, de 05 de abril de 2021, com valor de R\$233,7 milhões, sendo equivalente a um quarto do valor total. As próximas três quotas anuais ainda serão definidas por meio de Despacho pela Agência Reguladora.

Em 1º de abril de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução Normativa ANEEL nº 928, de 26 de março de 2021, do Ministério de Minas e Energia, a fim de estabelecer medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da pandemia de coronavírus (COVID-19), revogando as Resoluções Normativas nº 878, de 24 de março de 2020; nº 886, de 15 de junho de 2020; e nº 891, de 21 de julho de 2020.

A normativa, em síntese, estabelece as possibilidades de vedação de suspensão de energia elétrica dos consumidores e dispõe sobre determinações procedimentais das distribuidoras durante o período excepcional.

No dia 15 de junho de 2021, a diretoria do ente regulador decidiu manter a decisão de suspender o corte de energia por inadimplência dos consumidores de baixa renda em todo o Brasil.

A medida, que se encerraria no dia 30 de junho, conforme a Resolução Normativa nº 928/2021, seguiu em vigor até 30 de setembro de 2021, para os consumidores da tarifa social de energia elétrica, contemplando aproximadamente 12 milhões de famílias.

Como discutido quando da aprovação da Resolução Normativa nº 928/2021, essa decisão da Agência, além de assegurar a preservação do fornecimento aos consumidores mais vulneráveis, objetiva uniformizar o tratamento a ser aplicado pelas

Notas Explicativas

distribuidoras de energia elétrica, uma vez que governos locais têm emitido decretos para abordar questões associadas ao fornecimento de energia, tratando, inclusive, questões relacionadas à suspensão. Esse assunto foi recentemente objeto de análise do Supremo Tribunal Federal – STF, que reconheceu como constitucional a lei que proíbe o corte de energia durante a pandemia.

Foi definido também o diferimento do pagamento pelas distribuidoras por não atendimento dos indicadores de continuidade individual e de conformidade de tensão em regime permanente. A diretoria da ANEEL definiu que as compensações não realizadas aos consumidores serão creditadas até a fatura emitida em 31 de março de 2022.

1.1.1.2. Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE

A ABRADEE discutiu várias possibilidades em seu Conselho Diretor, abrindo duas vertentes de trabalho: a primeira, abordando uma solução imediata com os entes setoriais quanto ao caixa da distribuidora e a segunda, criando dois grupos temáticos, dos quais a Celesc D participa, por meio da coordenação de sua área regulatória:

G1: Rateio da inadimplência intrassetorial (formulação de posicionamento da ABRADEE sobre as notificações emitidas pelas associadas), trabalho que continua por meio de envio e monitoramento das informações diárias de energia e demanda faturada, energia injetada e valores arrecadados das faturas por meio do Ofício Circular nº 5/2020-DR/ANEEL, de 10 de agosto de 2020, que prorrogou a solicitação das informações até julho de 2021 sendo novamente prorrogado por meio do Ofício Circular nº 001/2022-DR/ANEEL para todo o ano de 2022.

G2: Formulação da nova Conta Covid e do Ativo Regulatório da Parcela B.

A Celesc D participa, por meio da coordenação de sua área regulatória, dos dois grupos e, nesse momento, ambos os ambientes temáticos junto às consultorias contratadas definem novas estratégias, alinhadas ao Conselho Diretor, para reduzir o impacto no ambiente de distribuição de energia. Quanto à Conta Covid, destaca-se a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 952, de 23 de novembro de 2021, que aprovou a versão do Submódulo 2.10 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, dispôs sobre o ressarcimento ao consumidor dos custos acessórios da Conta-Covid por concessionária ou permissionária do serviço público de distribuição e alterou as Resoluções Normativas nº 453, de 18 de outubro de 2011, e nº 791, de 14 de novembro de 2017.

Em relação aos custos acessórios, definiu-se que eles seriam arcados pelas distribuidoras nos seguintes casos:

- i) Diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A;
- ii) Antecipação de ativo regulatório relativo à Parcela B;
- iii) Recebimento pela distribuidora do crédito da Conta-Covid em valores superiores aos efetivamente realizados dos itens de Parcela A; e
- iv) Saldo não amortizado da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA reconhecida no processo tarifário anterior à primeira liberação dos recursos da Conta-Covid.

Dos R\$ 583,2 milhões recebidos pela Celesc D, R\$ 46,4 milhões estavam lastreados na perspectiva de diferimentos e parcelamentos quanto ao faturamento de demanda contratada para os consumidores do Grupo A (item i) e R\$ 143 milhões estavam lastreados em ativos de CVA que ainda não estavam amortizados (item iv).

Uma vez que a Resolução Normativa ANEEL nº 952, de 23 de novembro de 2021, em seu Art. 5º definiu que o ressarcimento dos custos acessórios por meio das tarifas se dará no primeiro processo tarifário ordinário da distribuidora subsequente à vigência desta Resolução, foi considerado no resultado de dezembro de 2021 o valor de R\$ 6,8 milhões como um componente financeiro negativo em favor dos consumidores.

Ademais, a Celesc D, junto à ABRADEE, traz elementos essenciais para as deliberações do ente regulador e das ações do próprio Ministério de Minas e Energia.

1.1.2. Ações na Companhia

1.1.2.1. Proteção ao Caixa da Celesc D

Para manter a hígidez do fluxo de caixa de curto prazo, a Celesc D dispõe de política de Caixa Mínimo, na qual observa limites de segurança com vistas a não comprometer sua liquidez, ainda que em momentos de aumento significativo em compromissos de pagamento e/ou arrecadação inferior ao projetado. Nessa esteira, a Companhia detém de linhas de crédito específicas para a devida proteção tempestiva de caixa.

Além disso, a Celesc D procura, sempre que necessário, acessar linhas de crédito alternativas em determinados momentos, tais como ocorreram recentemente, ainda em decorrer de efeitos da Pandemia:

- a) compensação dos créditos referentes à ação judicial, transitada em julgado, da Celesc D sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS;

Notas Explicativas

b) realização de captação por meio de Emissão de Debêntures (4ª Emissão) da Celesc D, no valor total de R\$550 milhões, com custos de CDI + 2,6% e prazo total da operação de 60 meses. A referida captação entrou no caixa da Companhia em 07 de maio de 2021. A forma de pagamento da referida operação dar-se-á com as seguintes características: 18 meses de carência de principal, sendo pagamentos trimestrais de juros nesse período. Quando ao fim dessa carência, as amortizações e pagamentos de juros serão de periodicidade mensal.

c) postergação do ICMS conforme os Decretos nº 1.528, de 22 de outubro de 2021, e o Decreto nº 1.679, de 17 de janeiro de 2022, publicados pelo Estado de Santa Catarina. O ICMS a recolher da competência outubro/2021, novembro/2021, dezembro/2021 e janeiro/2022 tiveram seus vencimentos postergados para os dias 10 de janeiro, 10 de fevereiro, 10 de março e 10 de abril de 2022, respectivamente.

d) Em 01 de novembro de 2021, a Celesc D, na figura de MUTUÁRIA e as empresas Celesc G e H, do Grupo Celesc, como MUTUANTES, assinaram contrato de mútuo, nos valores de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), respectivamente, com vistas a reforço de caixa da MUTUÁRIA (Celesc D). As operações possuem vigência de até 12 (doze) meses, com taxa de CDI+2,10% a.a.

e) Em 02 de dezembro de 2021, a Celesc D renovou sua operação de Capital de Giro (CCB Agro), no montante do saldo devedor à época, em torno de R\$93,05 milhões, junto ao Banco Safra, por mais 18 meses. Desse modo, a referida operação será integralmente quitada em maio de 2023. O custo da operação, CDI+0,80% a.a., foi mantido.

Com relação à operação de mútuo entre a Celesc D e a Celesc H, a mesma já fora integralmente quitada em fevereiro de 2022.

1.1.2.2. Enfrentamento da Pandemia

Companhia manteve para 2021 medidas de caráter preventivo, quais sejam:

- disponibilização de álcool gel e máscaras nos pontos de atendimento a clientes;
- obrigação aos empregados que apresentarem sintomas de contaminação pelo Covid-19 (sintomáticos) para afastamento do trabalho pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato com caso positivo ou apresentar resultado positivo em teste, conforme determinação médica e protocolo da Celesc;
- Até o presente momento, a Celesc permanece mantendo parte de seus empregados em home office, com retorno gradual das atividades administrativas e de suporte, com retorno previsto para janeiro de 2022.

1.1.2.3. Impactos Futuros – Celesc D

A Celesc vem acompanhando os desdobramentos das ações geradas pelo COVID-19, e analisando estes impactos no seu resultado econômico e financeiro.

A Inadimplência corresponde ao montante da receita faturada e não recebida. Em 31 de dezembro de 2021, a inadimplência de curto prazo, até 90 dias (período em que concentram-se a maior parte das ações de cobrança), considerando como proporção da ROB (Receita Operacional Bruta do Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica, Disponibilização de Rede Elétrica e Serviço Taxado, acumulada 12 meses), apresentou aumento de 0,13 p.p. em relação ao terceiro trimestre de 2021. Já a inadimplência acima de 90 dias apresentou redução de 0,47 p.p, conforme tabela abaixo.

Inadimplência	Inadimplência até 90 dias										
	1T21		2T21		Variação (p.p.)	3T21		4T21		Variação (p.p.)	Variação (p.p.)
	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB		R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB		
Total	355.808	3,19%	294.425	2,52%	-0,67	269.175	2,17%	-0,35	298.608	2,30%	0,13

Inadimplência	Inadimplência acima de 90 dias										
	1T21		2T21		Variação (p.p.)	3T21		4T21		Variação (p.p.)	Variação (p.p.)
	R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB		R\$ mil	% da ROB	R\$ mil	% da ROB		
Total	598.488	5,36%	626.275	5,35%	-0,01	663.224	5,34%	-0,01	631.284	4,87%	-0,47

1.2. Escassez Hídrica

Em 2021 foi vivenciado um regime de permanência de aflúncias abaixo da média histórica na maior parte do País. Sobre o assunto, destaca-se que, em termos do Sistema Interligado Nacional - SIN, registrou-se a pior aflúncia em 91 anos de histórico para o período de setembro de 2020 a junho de 2021, conforme Nota Técnica do Operador Nacional do Sistema - ONS nº DPL 0081/2021.

Diante desse cenário e, portanto, da permanência de condições hidrometeorológicas desfavoráveis e de baixos armazenamentos nos reservatórios das usinas hidrelétricas, destacadamente no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o Comitê de Monitoramento do Seltro Elétrico - CMSE manteve a diretriz de adoção das medidas excepcionais para o devido atendimento à carga, para a menor degradação

NOTAS Explicativas

dos armazenamentos dos reservatórios equivalentes das usinas hidrelétricas e manutenção da governabilidade das cascatas hidráulicas.

1.2.1. Conta Escassez Hídrica

A conta escassez hídrica foi instituída pela Medida Provisória nº 1.078, de 13 de dezembro de 2021 e regulamentada pelo Decreto nº 10.939 de 13 de janeiro de 2022.

O Decreto nº 10.939 de 13 de janeiro de 2022 discorre sobre as medidas quanto ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. O motivo que originou essa nova operação é o déficit entre a arrecadação da bandeira escassez hídrica e o custo de geração que somava R\$ 14 bilhões até novembro de 2021. O Decreto também autorizou a criação e a gestão da Conta Escassez Hídrica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Dentre estes custos adicionais expressos pelo Decreto, destacam-se:

- i) A estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022;
- ii) Despesas referentes ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021;
- iii) A importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; e,
- iv) Despesa com a receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021.

O detalhamento e concretização da operação será regulamentado pela ANEEL que publicará Resolução Normativa sobre o tema conforme estipulado no Decreto supracitado.

1.2.2. Implementação Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG

Destaca-se a instituição da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, por meio da Medida Provisória nº 1.055/2021, de 28 de junho de 2021, com prazo de vigência encerrado no dia 7 de novembro de 2021, de forma a fortalecer a governança para o enfrentamento da crise hídrica, estabelecendo, assim, a articulação necessária entre os órgãos e entidades responsáveis pelas atividades dependentes dos recursos hídricos. Dessa forma, medidas excepcionais avaliadas pelo CMSE foram implementadas conforme necessidades apontadas, garantindo assim sua efetividade no aumento da garantia da segurança e continuidade do suprimento de energia elétrica no País.

Tendo em vista os estudos apresentados pelo ONS, o CMSE recomendou novas flexibilizações das restrições hidráulicas relativas às usinas. Ademais, o ONS avaliou, em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a estratégia de utilização dos reservatórios das usinas hidrelétricas da bacia do Rio Grande, para proporcionar a devida governabilidade das cascatas hidráulicas, preservar o uso da água e garantir segurança e continuidade do suprimento de energia elétrica no País ao longo do período seco de 2021.

Existiu até o mês de novembro de 2021, a autorização para que o ONS despache geração termelétrica fora da ordem de mérito e faça a importação de energia elétrica sem substituição a partir da Argentina ou do Uruguai, sem limitação nos montantes e preços associados, desde que respeitadas as restrições operativas, e de forma a minimizar o custo operacional total do sistema elétrico. Apesar dos custos associados, tais medidas têm se mostrado fundamentais para a garantia da segurança e continuidade do suprimento de energia elétrica no País no cenário atual, conforme monitoramento permanente realizado pelo CMSE.

Em reunião no dia 01 de dezembro de 2021, o CMSE estabeleceu limite para o despacho adicional de recursos para atendimento ao SIN, de forma que a geração termelétrica total das usinas despachadas pelo ONS, já acrescida dos montantes porventura importados, não ultrapasse 15.000 MW médios ao longo do mês. O comitê também homologou ofertas adicionais de energia de empreendimentos termelétricos, com vigência iniciando neste mês e contratação limitada a valores de até R\$ 1.000,00/MWh para o Sudeste/Centro-Oeste e Sul. Desta forma, a produção de energia incluindo a importação iniciou uma trajetória que considerada um teto.

1.2.3. Campanha Nacional de Conscientização do Consumo de Energia

Adicionalmente, dentre outros assuntos, a ANEEL encaminhou proposta de campanha de conscientização do uso eficiente da energia elétrica, em atendimento à deliberação da 247ª reunião do CMSE. Conforme registrado, a medida visa sensibilizar a população quanto à responsabilidade do consumo consciente de energia, apresentando orientações assertivas sobre as condições de geração de energia elétrica e o consumo consciente, de forma a evitar desperdícios que podem se traduzir em custos adicionais, pagos por toda a sociedade. A campanha é de realização obrigatória pelas concessionárias de distribuição no segundo semestre de 2021, com custeio a ser validado pela ANEEL.

Notas Explicativas

A campanha começou a ser veiculada no mês de setembro, com o título “Consumo Consciente Já”. Com a intenção de unir esforços para que todos contribuam com a segurança do fornecimento de energia elétrica nesse momento delicado, o Ministério de Minas e Energia - MME, a ANEEL, a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADDEE e suas associadas, lançaram a campanha, veiculada nos canais oficiais da Celesc, emissoras de rádio, TV e mídias digitais, contendo dicas simples, mas efetivas, para que a população possa contribuir com essa importante causa para todos. Mais informações podem ser obtidas no endereço eletrônico: <https://www.consumoconscienteja.com.br>.

1.2.4. Bônus pela Redução de Consumo - Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

A CREG, no bojo das suas atribuições dispostas na MP nº 1.055/2021, instituiu o Programa de Redução Voluntária do Consumo, estipulou o valor de R\$ 0,50 de desconto por cada quilowatt-hora (kWh) do volume de energia economizado dentro da meta de 10% a 20%. A comparação será feita com base no somatório do consumo entre setembro e dezembro de 2021, na comparação com a soma das mesmas quatro faturas de 2020. Uma vez feita essa comparação, se houver uma redução no consumo de 10% ou mais, a concessionária deverá creditar o desconto na conta de janeiro de 2022.

O valor apurado tanto para consumidores do Grupo A como do Grupo B foi de R\$102,8 milhões efetivamente percebidos nas faturas emitidas a partir de janeiro de 2022.

1.2.5. Implementação de Patamar Específico das Bandeiras Tarifárias

A CREG, no bojo das suas atribuições dispostas na MP nº 1.055/2021, instituiu patamar específico das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, para arcar com os custos que especifica.

Em função do disposto nas deliberações do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE e as informações prestadas pela ANEEL, por meio dos Ofícios nº 220/2021-DIR/ANEEL, de 20 de agosto de 2021, e nº 224/2021-DIR/ANEEL, de 27 de agosto de 2021, bem como a necessidade da utilização do Sistema de Bandeiras Tarifárias para quitar as despesas extraordinárias de consumo de forma concomitante com a produção de energia elétrica, nas deliberações da 5ª Reunião da CREG (Extraordinária), realizada em 31 de agosto de 2021, e o que consta do Processo nº 48370.000113/2021-66, foi determinado à ANEEL que implemente patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica no valor de R\$ 142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora).

A vigência é de setembro de 2021 a abril de 2022 e o novo valor não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE (baixa renda) que seguem a metodologia atual de acionamento.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, assinou em 22 de julho de 1999, o Contrato nº 56 de concessão de distribuição de energia elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc D, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

Em 9 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando assim a concessão por mais 30 anos. O contrato de concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, estão dentro do escopo do ICPC01.

A Celesc D atua no segmento de distribuição de energia elétrica e atende, total ou parcialmente, 285 municípios, contabilizando 3.229.298 unidades consumidoras. Do total atendido, 264 municípios constam no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná) e 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, decorrentes da inexistência de rede da concessionária titular da concessão. Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que atuam em municípios catarinenses não atendidos pela Empresa.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de geração foi repassada pela Celesc à Celesc G.

Notas Explicativas

A Celesc G é subsidiária integral da Celesc e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

2.1.2.1. Parque Gerador

Em 31 de dezembro de 2021, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por 12 Usinas, das quais, 6 Usinas Hidrelétricas – UHEs, 5 Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs e 1 Pequena Central Hidrelétrica – PCH.

Ainda no segmento de geração, a Celesc G detém participação minoritária em mais 6 empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial.

A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial foi de 126,51 MW, sendo 115,27 MW referentes ao parque próprio e 11,24 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc G. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

2.1.2.2. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitiba/SC	09/07/2047*	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046*	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046*	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	07/07/2045*	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046*	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046*	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035*	13,92	6,77	(***)
CGH Caveiras	Lages/SC	(**)	3,83	2,77	(***)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(**)	2,60	2,03	(***)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(**)	0,52	0,50	(***)
CGH Pirai	Joinville/SC	(**)	0,78	0,45	(***)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(**)	0,42	0,22	(***)
Total			115,27	70,16	

(*) Usinas que aderiram à repactuação do risco hidrológico conforme REN ANEEL nº 895/2020 e receberão extensão de 7 anos ao prazo de concessão, exceto Celso Ramos que receberá extensão 4,2 anos de concessão.

(**) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016)

(***) Não se aplica.

2.1.2.3. Parque Gerador com Participação Minoritária

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv. de Pot. Inst. (MW)	Equiv. de Garantia Física (MW)
PCH Rondinha*	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)**	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)**	Belmonte/SC	(**)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)**	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

(*) Usina que aderiu à repactuação do risco hidrológico conforme REN ANEEL nº 895/2020 e receberá extensão de 336 dias ao prazo de concessão.

(**) Usinas com potência igual ou inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(***) O Complexo Energético Rio das Flores – CRF, é formado pelas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante.

2.1.2.4. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

A Empresa possui uma carteira de projetos de ampliação/reactivação das usinas próprias. A tabela abaixo apresenta os referidos projetos e os respectivos estágios de desenvolvimento. Quanto à garantia física (nova ou incremental), a Companhia busca obter em média 50% de fator de capacidade total da usina após a ampliação/reactivação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Notas Explicativas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	(**)	Licenciamento Ambiental
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	(**)	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	2022	Obras em Licitação
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	(***)	(***)	(**)	Revisão de Projeto Básico
Total			43,11	29,25	68,53		

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

(**) Depende de trâmites regulatórios, ambientais ou construtivos.

(***) Potência final será definida com a Revisão de Projeto Básico.

2.1.2.5. EDP Transmissão Aliança SC

A Celesc G possui 10% de participação societária em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC S.A., com investimentos previstos em R\$1,2 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região Sul e Planalto do Estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc D conecte seu sistema à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

As obras estão em andamento, com perspectiva de antecipação frente ao cronograma regulatório.

2.1.2.6. Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

O *Generation Scaling Factor* - *GSF* é um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas dessas usinas. Esse fator é aplicado à garantia física de todas as usinas participantes do mecanismo para efeitos de contabilização das operações na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detinha liminar que determinava à CCEE limitar a redução das garantias físicas de suas usinas expostas ao risco hidrológico, pela incidência do *GSF*, ao percentual máximo de 5%, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais relacionados.

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (*GSF*), estabelecendo compensações às hidrelétricas participantes do MRE que foram impactadas, mediante a extensão do prazo de outorga. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração termelétrica fora da ordem de mérito e importação de energia do Uruguai e Argentina.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa ANEEL nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE, mediante a extensão da outorga.

Em 1º de março de 2021, foi promulgada a Lei nº 14.120/2021, que em um dos seus artigos determinou que, para as usinas que estão no regime de cotas, caso o agente detentor da concessão após a assinatura do novo contrato de concessão permaneça o mesmo, os valores apurados serão ressarcidos por meio de extensão de prazos das novas concessões.

No dia 13 de julho de 2021, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 (Desestatização da Eletrobrás) que, em seu art. 18, deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao § 9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/2015. A nova redação promoveu a ampliação do cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico nos termos da Resolução Normativa nº 684/2015 e incluiu as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

No dia 3 de agosto de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, dentre as quais, 7 usinas da Celesc G.

Notas Explicativas

No cálculo realizado pela CCEE, os montantes financeiros da compensação de cada usina, referentes aos períodos em que teve o fator de ajuste do MRE limitado por decisão judicial, foram atualizados apenas pelo IPCA durante o período em que não houve dispêndio financeiro. No período anterior ao da liminar, além da correção pelo IPCA, incidiu juros de 9,63% ao ano. O prazo de extensão da outorga, limitado a 7 (sete) anos, foi calculado a partir desses montantes financeiros atualizados levados a valor futuro pela taxa de desconto de 9,63% ao ano e da margem líquida unitária de referência, calculada em R\$/MWh.

Em síntese, a situação das usinas da Celesc G é a seguinte:

- UHE's Garcia, Bracinho, Cedros, Palmeiras e Salto: foram contempladas com 7 anos de extensão de prazo de outorga cada uma (2.555 dias). Considera elegível para o cálculo toda a garantia física da usina no período da concessão anterior, a partir de janeiro de 2013, e 30% da garantia física no período da nova concessão até dezembro de 2020 (70% da garantia física é destinada a cotas e, portanto, o risco hidrológico é do consumidor);

- PCH Celso Ramos: foi contemplada com 4 anos e 2 meses (1.531 dias) de extensão de prazo de outorga. Considera elegível para o cálculo toda a garantia física da usina no período da atual concessão, no período de janeiro de 2013 até dezembro de 2020;

- UHE Pery: foi contemplada com 7 anos de extensão de prazo de outorga (2.555 dias). Considera elegível para o cálculo toda a garantia física da usina no período da concessão anterior, a partir de janeiro de 2013 até julho de 2017. Na atual concessão 100% da garantia física é destinada a cotas e, portanto, o risco hidrológico é do consumidor;

- As CGH's Ivo Silveira, São Lourenço, Pirai, Rio do Peixe e Caveiras não foram contempladas pela Lei nº 14.052/2020. Até o momento a ANEEL não apresentou nenhuma proposta de repactuação para as CGH's.

A partir da data de homologação da extensão dos prazos de outorga, publicada em 3 de agosto de 2021, os agentes deveriam fazer seus pedidos, para cada usina que desejassem repactuar o risco hidrológico, em até 60 dias, condicionados a retirada de suas ações relacionadas ao risco hidrológico.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada no dia 23 de setembro de 2021, aprovou a proposta da ANEEL referente a repactuação do *GSF* e, consequentemente, a retirada da ação judicial existente para as UHE's Garcia, Bracinho, Cedros, Palmeiras, Salto, Pery e PCH Celso Ramos.

Por outro lado, a Celesc G manterá as liminares existentes para as CGH's Ivo Silveira, São Lourenço, Pirai, Rio do Peixe e Caveiras, uma vez que a ANEEL ainda não apresentou proposta de repactuação para essas usinas.

No dia 24 de setembro de 2021, a Celesc G protocolou junto a Justiça Federal, pedido de retirada parcial da sua ação judicial, referente aos ajustes mensais de *GSF*. Em 27 de setembro de 2021, a Celesc G comunicou à CCEE a desistência da ação judicial.

Ao estender o prazo de concessão das usinas geradoras hidrelétricas, uma vez que as mesmas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o poder concedente compensa as geradoras, cedendo um direito não pecuniário em forma de extensão do prazo de concessão com caráter de recuperação de custos incorridos, advindos das parcelas de risco não hidrológico impactados na formação do *GSF*, a partir de 2013.

A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente possui os critérios indicados pela norma CPC 04 (R1) – Ativo Intangível para o reconhecimento deste ativo. O ativo de R\$45.879.310,95 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e dez reais, noventa e cinco centavos) foi reconhecido ao valor justo no grupo de intangíveis, a partir da aprovação pelo Conselho de Administração, e será amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada. A contrapartida foi contabilizada como recuperação de custos na rubrica Custo com Energia Elétrica de Curto Prazo.

Com a retirada parcial da ação judicial a Celesc G reconheceu em setembro de 2021, o passivo de R\$73.988.888,47 (setenta e três milhões, novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais, quarenta e sete centavos) na conta Repactuação Risco Hidrológico *GSF*, no grupo de Outros Passivos, em contrapartida ao custo na rubrica Custo com Energia Elétrica de Curto Prazo.

Em 07 de outubro de 2021, a Celesc G quitou integralmente o débito com a CCEE, após encontro de contas com os valores a receber, da competência de agosto de 2021. O valor líquido pago foi de R\$64.112.569,86 (sessenta e quatro milhões, cento e doze mil, quinhentos e sessenta e nove reais, oitenta e seis centavos).

Notas Explicativas**2.2. Demais Participações**

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Sociedade de economia mista, criada em 25 de fevereiro de 1994, possui a concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural em 100% do território catarinense e seu contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, tem vigência de 50 anos (2044). A Celesc detém 51,0% das ações ordinárias, e 17% do Capital Social total da empresa.	Equivalência Patrimonial
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Constituída em agosto de 2000, com o propósito específico de integrar o sistema de transmissão de energia elétrica no estado de Santa Catarina, com a exploração das linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões leste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da linha de transmissão SE Campos Novos/SC – SE Blumenau/SC C2, com 252,5 km de extensão. É o segundo empreendimento colocado em operação na nova modalidade idealizada para o novo modelo do setor elétrico. A ECTE, após sagrar-se vencedora do lote D, do leilão nº 006/2011, constituiu, em dezembro/2011, sua subsidiária ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A., que contempla a concessão da SE Abdon Batista (525/230 kV) e da SE Gaspar (230/138 kV), ambas no Estado de Santa Catarina, e visam integrar as Usinas de Geração de energia elétrica ao SIN, bem como viabilizar o acesso ao sistema de distribuição da Celesc, além de atender à expansão do suprimento de energia elétrica à região do Vale do Itajaí. A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, datado de 1º de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 006/2012, de 10 de maio de 2012, tem prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do Capital Social total da empresa.	Equivalência Patrimonial
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA detém 85% de participação na Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuá, no Rio Grande do Sul. A usina possui capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A DFESA detém o Contrato de Concessão nº 188/98 datado de 28 de agosto de 1998. Em 2021, o prazo de vigência da concessão passou de 35 para 39 anos da data da assinatura do contrato. A extensão foi concedida após a realizar a adesão a Lei Nº 14.052/2020. A Celesc detém 23,03% do capital social da empresa.	Equivalência Patrimonial
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Investimento Temporário	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da Casan é coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 12,97% do Capital Social total da empresa.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA.
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.	N/A	Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, em Joinville/SC. Com histórico de entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou à ANEEL a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89). Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministério de Minas e Energia – MME decidiu extinguir a concessão e reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL. A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, Inepar S.A. 40%, e a Statkraft Energias Renováveis S.A. 20%. O investimento na referida Usina está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária. A SPE vem tratando dos aspectos societários para sua dissolução.	N/A

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

Notas Explicativas

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2022, conforme estabelece o artigo 17 da Deliberação da CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros (Nota 5.7);
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 9);
- c) Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 13.2);
- d) Ativo Financeiro Indenizável – Celesc G (Projeto Básico Usina Pery) (Nota 14.3);
- e) *Impairment* de Ativos Não Financeiros (Notas 18 e 19);
- f) Realização do IRPJ e CSLL Diferidos (Nota 17);
- g) Contingências (Nota 27);
- h) Passivo Atuarial – CPC 33 (Nota 28);
- i) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 9 e 32.1);
- j) Depreciação – Celesc G (Nota 19); e
- k) Amortização do Ativo Indenizável – Celesc D (Nota 20).
- l) Ativo Intangível – Celesc G (Extensão do prazo de concessão das usinas repactuadas) (Nota 20).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras, Individual e Consolidada.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR, reconhecidos no Balanço Patrimonial.

4.2. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Os novos *amendments* às normas existentes, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021, foram emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Companhia analisou as revisões e não constatou impactos contábeis relevantes em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

4.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Notas Explicativas

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IAS 37	CPC 25	Classificação de custo oneroso para cumprimento de um contrato. Na avaliação se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	01/01/2022
IAS 16	CPC 27	Proibição da entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.	01/01/2022
IAS 1	CPC 26	Classificação de passivos como corrente ou não corrente.	01/01/2022
IFRS 3	CPC 15	Atualização para referência à nova Estrutura Conceitual.	01/01/2022
IFRS 9	CPC 48	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste "10%" para desreconhecimento de financeiro passivos.	01/01/2022
IFRS 16	CPC 06	Incentivos de arrendamento (alteração ao Exemplo Ilustrativo 13).	01/01/2022
IFRS 17	CPC 50	Contratos de seguro.	01/01/2023

A normas evidenciadas não têm impacto sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

4.4. Principais Políticas Contábeis

4.4.1. Base de Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas.

a) Principais Procedimentos de Consolidação

Os principais procedimentos de eliminação na consolidação são: saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; participações das entidades controladas no patrimônio líquido da controladora; e saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As subsidiárias integrais são consolidadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

c) Coligadas e Controladas em Conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

4.4.2. Apresentação de Informações por Segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais e estratégicas do Grupo (Nota 32).

As mensurações utilizadas para reportar a informação por segmento são idênticas às utilizadas nas preparações das Demonstrações Financeiras do Grupo.

4.4.3. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

4.5. Instrumentos Financeiros

4.5.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esta classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

A Companhia classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecida no resultado.

c) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA

A norma requer que o ativo financeiro avaliado ao VJORA atenda os seguintes critérios: seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e dê origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Estão classificados os investimentos sobre os quais não se aplica o método de equivalência.

4.5.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

4.5.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (Nota 13.1)

4.5.4. Impairment de Ativos Financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável é inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado, até o valor contábil do bem. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda é reconhecida como receita na demonstração do resultado.

4.6. Caixa e Equivalente de Caixa

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, que são reconhecidas quando há aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

4.8. Estoques

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor líquido de realização, dos dois o menor.

4.9. Bônus de Escassez Hídrica

Correspondem a valores a receber, que serão repassados aos Consumidores que atingirem meta de redução no consumo de energia, instituída pelo Programa de Redução Voluntária do Consumo. A mensuração é pelo custo e a contrapartida do seu reconhecimento está registrada no Passivo Circulante.

Notas Explicativas

4.10. Títulos e Valores Mobiliários

A empresa investe em títulos e valores mobiliários, também conhecidos como investimentos temporários. A lucratividade dos investimentos temporários é medida pelos dividendos recebidos.

4.11. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferido é reconhecido utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, e apresentado pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

4.12. Depósitos Judiciais

A Companhia mantém registrado nesta rubrica valores depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios, ambientais).

4.13. Imobilizado

O Imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, máquinas e equipamentos e obras civis e benfeitorias da Celesc G. São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e perdas por *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo de ativos construídos pela própria Celesc G inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em Outras Receitas/Despesas operacionais no resultado.

4.13.1. Depreciação

Para os ativos das usinas que possuem contrato de registro, para aqueles localizados na Administração Central e para aqueles que os contratos de concessão preveem indenização ao final da concessão, a depreciação é determinada de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015.

Para os ativos em que não há previsão de indenização ao final do contrato de concessão, a depreciação é baseada no prazo de concessão definido em contrato ou vida útil, dos dois o menor.

4.14. Intangíveis

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis, deduzidos da amortização acumulada apurada em base linear ou pela vida útil definida em contratos ou, ainda, pelo prazo de concessão.

4.14.1. Contratos de Concessões

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços do prestados pelo Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

Notas Explicativas

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois, o menor.

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas Demonstrações Financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

4.14.2. Ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e amortizado com base no prazo da concessão.

4.14.3. GSF

Ao estender o prazo de concessão das usinas geradoras hidrelétricas, uma vez que as mesmas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o poder concedente compensa as geradoras, cedendo um direito não pecuniário em forma de extensão do prazo de concessão com caráter de recuperação de custos incorridos, advindos das parcelas de risco não hidrológico impactados na formação do *GSF*, a partir de 2013.

A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente possui os critérios indicados pela norma CPC 04 (R1) – Ativo Intangível para o reconhecimento deste ativo pelo valor justo e será amortizado linearmente, até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada. A contrapartida foi contabilizada como recuperação de custos na rubrica Custo com Energia Elétrica de Curto Prazo.

4.14.4. Programas de Computador – Softwares

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (Nota 19). Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

4.15. Impairment de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda por redução no valor recuperável, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs) identificáveis separadamente.

A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo, líquido de depreciação ou amortização, não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). No caso de ágio com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

4.16. Ativo Financeiro

Refere-se a um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

4.16.1. Indenizável – Concessão

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Estes ativos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

4.16.2. Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como custo amortizado, inicialmente estimado com base no respectivo valor

Notas Explicativas

justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Estes valores foram contabilizados inicialmente quando do pagamento em contrapartida a Caixa e Equivalente de Caixa. Mensalmente o saldo é atualizado pela TIR e monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida à receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

4.16.3. Parcela A – CVA

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 4 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo da conta é atualizado com base na taxa de juros Selic.

Conforme regra contábil descrita anteriormente (Nota 4.5.3), os ativos e passivos financeiros – Parcela A – CVA, são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido. Este ativo financeiro é classificado como custo amortizado.

4.16.4. Indenização Projeto Básico Usina Pery

Aplica-se o disposto no ICPC 01 - Contratos de Concessão, onde o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. O reconhecimento contábil se baseia no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, considerando que um Ativo Financeiro é quando há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O saldo do ativo financeiro das concessões é calculado deduzindo-se o valor mensal recebido por meio da RAG, somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR) e a atualização monetária pelo IPCA.

4.17. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

4.17.1. Subvenção e Repasse da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

4.17.2. Conta Bandeira Tarifária

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. (Nota 12).

4.17.3. Ativo de Direito de Uso

Correspondente ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento. O reconhecimento inicial é pelo valor do custo, trazido a valor presente, em contrapartida ao Passivo de Arrendamentos. O ativo é depreciado pelo prazo de definido em contrato.

4.18. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

4.18.1. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, compra de energia elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Notas Explicativas**4.18.2. Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demande um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles resultarão benefícios econômicos futuros para a entidade, e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.18.3. Debêntures

As debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado ou em imobilizações em andamento, conforme orientações do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

4.18.4. Parcela A – CVA

O passivo financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 4 de abril de 2003, respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo da conta é atualizado com base na taxa de juros Selic.

Conforme regra contábil descrita anteriormente (Nota 4.5.3), os ativos e passivos financeiros – Parcela A – CVA, são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido.

4.18.5. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Estes valores foram contabilizados na rubrica Taxas Regulamentares, vinculadas ao Serviço Concedido.

4.18.6. Reserva Matemática à Amortizar

Refere-se a dívida pactuada com a Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS relacionada à mudança do Plano Previdenciário (Benefício Definido – BD, para Contribuição Definida – CD).

4.19. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.20. Benefícios a Empregados e Aposentados**4.20.1. Obrigações com Fundo de Pensão**

A Celesc D possui em seu rol de benefícios aos empregados planos previdenciários nas modalidades da Benefício Definido – BD, Contribuição Variável – CV e Contribuição Definida – CD. Os planos BD e CV tem por característica a aposentadoria com uma renda vitalícia, definida com base no regulamento do plano (BD) ou de acordo com o saldo na conta de aposentadoria e expectativa de vida (CV).

O passivo relacionado aos planos previdenciários é o valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Notas Explicativas

Para os planos de contribuição definida, a Celesc D paga contribuições ao plano, conforme as regras regulamentares. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Celesc D não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

4.20.2. Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

4.21. Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Os dividendos são reconhecidos no passivo circulante no encerramento do exercício social, no montante de 25% do lucro líquido ajustado, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser distribuído aos acionistas. Valores acima do mínimo obrigatório, definidos pela Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, são reconhecidos no Patrimônio Líquido e somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

4.22. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4.22.1. Passivos de Arrendamentos (CPC 06/IFRS 16)

Passivo gerado em contrapartida ao ativo de Direito de Uso, representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade. O reconhecimento inicial é calculado pelo valor presente e o encargo financeiro é reconhecido no resultado como despesa financeira.

4.22.2. PIS/COFINS a Restituir a Consumidores

Reconhecimento dos valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos, que serão ressarcidos aos consumidores. A baixa vem ocorrendo nos repasses aos consumidores, como um componente financeiro tarifário de caráter provisório, enquanto não houver mecanismos de devolução definidos pela ANEEL. Os valores foram inicialmente reconhecidos pelo custo e atualizados pela SELIC. Mensalmente, a empresa atualiza os valores pelo mesmo índice, sendo a contrapartida no ativo na rubrica de Tributos a Recuperar.

4.23. Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.340.000.000,00 e está classificado no Patrimônio Líquido. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

4.24. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando: a) os valores das receitas, dos custos incorridos e das despesas da transação possam ser mensurados com segurança; b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; c) a Companhia não detém mais a gestão e controle sobre a energia vendida ou distribuída; e d) os riscos e benefícios relacionados à energia vendida ou distribuída são transferidos ao comprador/consumidor.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

4.24.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

Notas Explicativas**4.24.2. Suprimento de Energia Elétrica**

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

4.24.3. Ativo/Passivo Financeiro Regulatório/Setorial

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: Parcela A (custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos gerenciáveis). Os itens da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, são variações com compras de energia, encargos setoriais e outras, a serem incluídos nas tarifas futuras em função de reajustes tarifários.

Contabiliza-se ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos efetivamente incorridos e homologados. Quando os custos homologados nas tarifas são inferiores aos custos incorridos, a mensuração é positiva e há um crédito na receita decorrente de um direito a receber (ativo setorial). Quando estes custos são superiores, registra-se uma obrigação (passivo setorial) em contrapartida ao débito na receita de ativo regulatório (setorial). A apresentação nas demonstrações se dá de forma líquida.

4.24.4. Energia de Curto Prazo

A energia de curto prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no mercado de curto prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

4.24.5. Disponibilidade da Rede Elétrica

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria concessionária por meio de suas atividades.

4.24.6. Receita de Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão

Refere-se à atualização pelo IPCA do ativo financeiro indenizável – concessão de distribuição de energia elétrica.

4.24.7. Renda de Prestação de Serviços

São contabilizadas as receitas faturadas de outras naturezas.

4.24.8. Serviço Taxado

Destina-se à contabilização de créditos, perante consumidores, oriundos da execução dos serviços técnicos e administrativos taxados pela ANEEL.

4.24.9. Receita de Construção

A receita de construção aplicada pela Celesc D tem em sua contrapartida os custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da empresa é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a empresa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

4.24.10. Receita Financeira de Atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão, a Companhia reconhece a receita financeira de juros efetivos, vinculada à correção da parcela do valor pago a título de bonificação de outorga, dentro do grupo de “Receita Operacional”.

Para cada usina existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga – RBO. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

4.24.11. Receita Financeira de Atualização da Indenização da Usina UHE - Pery

Por tratar-se de um contrato de concessão, a Companhia reconhece a receita financeira de juros efetivos, vinculada à correção da parcela do valor pago a título de indenização, dos investimentos realizados em bens que não estavam totalmente depreciados no final da concessão, dentro do grupo de “Receita Operacional”. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR. O saldo é amortizado mensalmente, até o final do prazo de concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS**4.24.12. Doações e Subvenções**

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

4.24.13. Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

4.24.14. Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos corporativos, avaliando e monitorando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

5.1. Classe de Risco Financeiro**5.1.1. Categoria Crédito****a) Inadimplência**

Risco de comprometimento do planejamento econômico-financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, de entrega e de cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Categoria Liquidez**a) Capital de Terceiros**

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros ou câmbio.

b) Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira, seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados em 31 de dezembro de 2021.

Descrição	Taxas %	Consolidado					Total
		Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	
Contas a Receber (líquido de PECLD)		1.822.025	66.278	42.708	26.330	882	1.958.223
Caixa e Equivalente de Caixa		844.088	-	-	-	-	844.088
Depósitos Judiciais		-	-	-	329.106	-	329.106
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		49.231	-	-	-	-	49.231
Ativo Financeiro –CVA	SELIC	-	-	-	616.822	-	616.822
Ativo Financeiro - Bonificação Outorga	IPCA	3.148	6.232	28.459	145.841	287.153	470.833
Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	IPCA	4.459	8.830	21.679	64.535	132.447	231.950
Total Ativo		2.722.951	81.340	92.846	1.182.634	420.482	4.500.253
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a.a.	718	-	-	105.679	-	106.397
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		19.472	-	-	-	-	19.472
Eletrobras	5% a.a.	76	146	666	2.381	-	3.269
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	369	700	2.820	3.153	-	7.042
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,9% a 2,6% a.a.	30.862	-	89.166	659.611	-	779.639
Debêntures – Celesc G	CDI + 2,5% a.a.	-	422	35.584	20.618	-	56.624
Debêntures – Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	729.692	358.472	22	-	-	1.088.186
Fornecedores		-	33	106	33.487	31.325	64.951
Passivo Financeiro – CVA	SELIC	3.334	6.698	31.110	-	-	41.142
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	18.197	16.836	81.274	322.385	-	438.692
BID	CDI + 0,77% a 1,98% a.a.	18.197	-	-	195.259	1.272.440	1.485.896
Total Passivo		820.917	383.307	240.748	1.342.573	1.303.765	4.091.310

c) Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (CELOS), por definição de premissa ou hipótese atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão

a) Investimentos

Risco de perdas pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes, desembolsos imprevistos e apropriação incorreta dos recursos.

5.2.2. Categoria Processo

a) Resguardo de Ativos

Risco de comprometimento da(s) operação(ões) da empresa decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados em ativos patrimoniais.

b) Perdas

Risco de redução de receita em função da ultrapassagem, das perdas técnicas e/ou não técnicas, acima dos limites reconhecidos na tarifa pela ANEEL.

c) Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios.

5.2.3. Categoria Pessoal

a) Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

NOTAS EXPLICATIVAS

b) Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos colaboradores ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.4. Categoria Informação e Tecnologia

a) Cibernético e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes de indisponibilidade ou acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à interrupção de sistemas críticos, falhas na segurança da informação ou violação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

5.3. Classe de Risco de Conformidade

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

a) Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais expondo a empresa a atuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

b) Revisão Tarifária

Risco de perdas na remuneração contida na chamada Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da empresa, assim como o risco de perdas na remuneração contida na Parcela A para as Receitas Irrecuperáveis e para as perdas de energia elétrica, provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia aplicadas no processo de revisão tarifária, resultando em tarifas inferiores às esperadas e acarretando na redução da margem das distribuidoras.

c) Extinção da Concessão de Distribuição

Risco de extinção do Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica pelo não cumprimento dos limites estabelecidos no aditivo ao Contrato de Concessão da Distribuidora e nos regulamentos da ANEEL, para os indicadores coletivos de continuidade e sustentabilidade econômico-financeira.

As obrigações estabelecidas até 2021 foram cumpridas plenamente.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896, publicada em 17 de novembro de 2020, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045. O documento é resultado da Consulta Pública nº 24/2019, que buscou discutir e colher subsídios para a definição da regulamentação para abertura dos processos de caducidade dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, com base em quesitos de qualidade do serviço e de sustentabilidade econômico-financeira.

A partir de 2020, o descumprimento de qualquer um dos limites do DECI ou do FECI por um ano torna obrigatória para a concessionária a apresentação de um plano de resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da ANEEL e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização, por meio de relatórios periódicos a serem apresentados também pelas concessionárias.

O descumprimento dos limites do DECI ou do FECI por dois anos consecutivos, ou por três dos cinco anos civis anteriores, apurados isoladamente ou em conjunto, ou do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira por um ano, obriga a concessionária a limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, isoladamente ou em conjunto, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, diminuído ou acrescido da importância destinada à constituição da Reserva Legal e da importância destinada à constituição da Reserva para Contingências;

O descumprimento do DECI ou do FECI, isoladamente ou em conjunto, por três anos consecutivos ou do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira por dois anos consecutivos, caracteriza a inadimplência contratual da concessionária e implicará na abertura, pela ANEEL, de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, ou normas supervenientes que vierem a sucedê-la.

Quanto ao critério de eficiência da gestão econômico-financeira, será mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o LAJIDA for menor que a QRR. A relação (Dívida Líquida/EBITDA – QRR) da Celesc D deverá ficar entre os limites de 10 a 15 vezes, uma vez que agora a SELIC teve delimitação de um piso com 6% e um teto com 9%.

Notas Explicativas

d) Regulação do Setor Elétrico

Risco de sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

e) Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido à falhas de controle ou conluio.

f) Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas ou deficiências que dificultam ou impossibilitam a construção de defesas.

5.4. Classe de Risco Estratégico

5.4.1. Categoria Governança

a) Imagem

Risco de queda no nível de reputação do Grupo perante os principais *stakeholders*.

5.4.2. Categoria Estratégia

a) Inovação

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos, como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valorização da marca e sustentabilidade empresarial.

5.5. Análise de Sensibilidade

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). Os valores são informados em termos absolutos e não relativamente ao cenário provável apresentado.

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2021:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE n°	Saldo	Consolidado		
				(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI				11,23%	14,03%	16,84%
	Aplicações Financeiras	8	806.679	90.550	113.177	135.845
	Empréstimos	22	(1.243.850)	(139.622)	(174.512)	(209.464)
	Debêntures	23.5	(728.572)	(81.782)	(102.219)	(122.692)
Selic				11,46%	10,11%	12,14%
	CVA – Ativa	13.1	470.286	53.895	47.546	57.093
	CVA – Passiva	13.1	(39.826)	(4.564)	(4.026)	(4.835)
IPCA				10,06%	12,81%	15,38%
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	393.021	39.538	50.346	60.447
	Debêntures	23	(40.093)	(4.033)	(5.136)	(6.166)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	329.349	33.133	42.190	50.654
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	166.913	16.791	2.151	331
	Reserva Matemática a Amortizar	-	(333.732)	(33.573)	(42.751)	(51.328)

5.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

NOTAS Explicativas

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo de curto e longo prazo e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela abaixo apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE nº	Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	103.222	944.422
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	1.150.078	710.522
Debêntures	23.5	768.665	306.508
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(844.088)	(1.166.205)
Dívida Líquida		1.177.877	795.247
Total do Patrimônio Líquido		2.621.369	1.984.642
Total do Capital		3.799.246	2.779.889
Índice de Alavancagem Financeira (%)		31,00%	28,61%

5.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo a Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo, que requer divulgação, por nível, na seguinte hierarquia:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data-base.

Descrição – Nível 3	NE nº	Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA			
Títulos e Valores Mobiliários	15	137.261	137.261
Outros	-	217	217
Valor Justo por Meio do Resultado – VJR			
Ativo Indenizável – Concessão	14	757.193	612.637
Total do Ativo		894.671	750.115

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas.

Os ativos contabilizados como Títulos e Valores Mobiliários, avaliados por VJORA, foram utilizadas outras técnicas, como a análise de fluxo descontado. Para a conta Outros a técnica aplicada foi a abordagem de custo.

Para os ativos de concessão, avaliados a VJR, a mensuração foi por meio da técnica de abordagem de custo, referindo-se ao custo de substituição/reposição atual utilizou-se outras técnicas, como a análise de fluxo descontado.

NOTAS Explicativas**6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2021.

Descrição	Consolidado			
	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	4.808.938	757.193	137.478	5.703.609
Caixa e Equivalentes de Caixa	844.088	-	-	844.088
Contas a Receber de Clientes	2.619.965	-	-	2.619.965
Depósitos Judiciais	329.106	-	-	329.106
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	49.231	-	-	49.231
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	757.193	-	757.193
Ativo Financeiro – CVA	470.286	-	-	470.286
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	329.349	-	-	329.349
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	166.913	-	-	166.913
Outros	-	-	217	217
Passivo	3.483.709	19.472	-	3.503.181
Fornecedores	1.088.186	-	-	1.088.186
Empréstimos Moeda Nacional	103.222	-	-	103.222
Empréstimo Moeda Estrangeira	1.150.078	-	-	1.150.078
Debêntures	768.665	-	-	768.665
Reserva Matemática a Amortizar	333.732	-	-	333.732
Encargos Setoriais – CDE	-	19.472	-	19.472
Passivo Financeiro – CVA	39.826	-	-	39.826

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2020.

Descrição	Consolidado			
	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	4.673.990	612.637	137.478	5.424.105
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.166.205	-	-	1.166.205
Contas a Receber de Clientes	2.580.436	-	-	2.580.436
Depósitos Judiciais	291.869	-	-	291.869
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	47.032	-	-	47.032
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	612.637	-	612.637
Ativo Financeiro – CVA	286.861	-	-	286.861
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	301.587	-	-	301.587
Outros	-	-	217	217
Passivo	3.716.533	-	-	3.716.533
Fornecedores	1.224.547	-	-	1.224.547
Empréstimos Moeda Nacional	944.422	-	-	944.422
Empréstimo Moeda Estrangeira	710.522	-	-	710.522
Debêntures	306.508	-	-	306.508
Reserva Matemática a Amortizar	388.043	-	-	388.043
Passivo Financeiro – CVA	142.491	-	-	142.491

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Contas a Receber de Clientes	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	978.851	929.782
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	845.281	868.941
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	795.833	781.713
Total	2.619.965	2.580.436

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Recursos em Banco e em Caixa	34	40	37.409	56.232
Aplicações Financeiras	26.838	50.381	806.679	1.109.973
Total	26.872	50.421	844.088	1.166.205

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 95,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Vincendas	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31.12.2021	31.12.2020
Consumidores	1.305.460	283.656	721.371	2.310.487	2.207.203
Residencial	359.792	174.965	176.241	710.998	597.374
Industrial	100.372	35.124	369.430	504.926	604.324
Comércio	178.118	55.598	135.508	369.224	351.248
Rural	58.504	16.308	11.831	86.643	78.422
Poder Público	46.238	342	8.877	55.457	45.113
Iluminação Pública	24.407	3	19.273	43.683	38.216
Serviço Público	24.610	1.316	211	26.137	23.839
Fornecimento não Faturado	513.419	-	-	513.419	468.667
Suprimento a Outras Concessionárias	241.410	10.198	57.870	309.478	373.233
Concessionárias e Permissionárias	228.445	1.159	13.417	243.021	236.918
Transações no Âmbito da CCEE	119	-	999	1.118	65.672
Outros Créditos	-	9.039	43.454	52.493	62.534
Concessionárias e Permissionárias não Faturado	12.846	-	-	12.846	8.109
Total	1.546.870	293.854	779.241	2.619.965	2.580.436
PECLD com Clientes (b)				(661.742)	(632.475)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido				1.958.223	1.947.961
Circulante				1.931.011	1.918.725
Não Circulante				27.212	29.236

9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no mercado de energia elétrica do sistema interligado nacional, que são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE, e são rateadas entre os agentes de mercado.

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Consumidores	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Residencial	121.104	76.631
Industrial	234.184	226.456
Têxtil (i)	114.614	114.614
Comércio, Serviços e Outras	110.776	109.029
Rural	6.502	5.509
Poder Público	10.711	11.235
Iluminação Pública	19.001	16.611
Serviço Público	225	1.429
Concessionárias e Permissionárias (ii)	11.824	47.207
Consumidores Livres	1.460	1.250
Outros	31.341	22.504
Total	661.742	632.475
Circulante	547.128	517.861
Não Circulante	114.614	114.614

Abaixo, segue a demonstração da movimentação ocorrida nos últimos dois exercícios:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2019	675.589
Provisão/Reversão Constituída no Período	25.890
Reversão/Baixas de Contas a Receber	(69.004)
Saldo em 31.12.2020	632.475
Provisão/Reversão Constituída no Período	60.671
Baixas de Contas a Receber	(31.404)
Saldo em 31.12.2021	661.742

A Celesc D, conforme preceitua o CPC 48/IFRS 9, utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas ao longo dos próximos doze meses, tendo sido atualizada no mês de dezembro de 2021. As perdas de crédito esperadas consideram sua experiência histórica, ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

Para elaboração da matriz de inadimplência foi utilizado relatório extraído e enviado mensalmente para a ANEEL com os valores faturados e não recebidos. O objetivo do relatório é demonstrar os valores não recebidos (vencidos e vincendos) de cada faturamento até a data competência escolhida e definir o ponto de estabilização da curva de envelhecimento da fatura, o *Aging*.

A seguir são apresentados os percentuais de perdas esperadas segregadas por classe de consumo, aplicados no reconhecimento dos recebíveis:

Aging (meses)	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
0	77,29%	77,72%	79,74%	68,60%	77,15%	98,59%	85,05%	98,20%
1	16,23%	24,33%	11,38%	12,83%	14,98%	5,93%	1,20%	3,57%
3	1,63%	2,69%	0,64%	1,23%	1,87%	0,20%	0,42%	0,05%
6	0,83%	1,23%	0,46%	0,80%	0,72%	0,07%	0,42%	0,02%
12	0,65%	0,92%	0,46%	0,65%	0,37%	0,03%	0,42%	0,02%
18	0,60%	0,81%	0,45%	0,59%	0,27%	0,01%	0,42%	0,02%
24	0,56%	0,73%	0,45%	0,56%	0,22%	0,01%	0,42%	0,02%
36	0,51%	0,64%	0,45%	0,48%	0,17%	0,01%	0,42%	0,02%
48	0,48%	0,60%	0,45%	0,43%	0,14%	0,01%	0,42%	0,02%
60	0,43%	0,55%	0,42%	0,42%	0,13%	0,01%	0,42%	0,02%

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009, a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil, entre elas Têxtil Renaux View S.A, Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Companhia Industrial Schlösser S.A.

Em relação à companhia Têxtil Renaux View S.A., a Administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento e em virtude da remota possibilidade de recebimento, constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

Em 2012, a TEKA deu entrada no pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. O plano de recuperação foi aprovado pela maioria dos credores, embora a Celesc D tenha votado pela sua não aprovação e assim pela falência da empresa. Portanto, a probabilidade de recebimento do referido valor é remota na avaliação da Administração, vindo a Celesc D a constituir provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Celesc D no montante de R\$55.794.

Notas Explicativas

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial, sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888. A Celesc D recebeu, em 2017, referente à recuperação judicial, o montante de R\$3.283, valor este revertido da provisão.

Na tabela a seguir está demonstrada a composição de saldos por empresa:

Descrição	Consolidado	
	Total	
Têxtil Renaux View S.A.	45.215	
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795	
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604	
Saldo em 31.12.2019	114.614	
Provisão Constituída no Período	-	
Reversão no Período	-	
Saldo em 31.12.2019	114.614	
Têxtil Renaux View S.A.	45.215	
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795	
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604	
Saldo em 31.12.2020	114.614	
Provisão Constituída no Período	-	
Reversão no Período	-	
Saldo em 31.12.2020	114.614	
Têxtil Renaux View S.A.	45.215	
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795	
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604	
Saldo em 31.12.2021	114.614	

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

Os valores referentes aos ajustes na Celesc G das medidas liminares, no exercício de 2021, acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, foram no importe de R\$11.552. Ao longo do exercício de 2021, foram revertidos R\$48.354 devido ao seu recebimento e a repactuação do risco hidrológico, ocorrida em outubro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da PECLD é de R\$999, referente às CGHs, pelas quais a Celesc G mantém a ação judicial (Nota 2.1.2.6).

Em 27 de setembro de 2021, a Celesc G comunicou à CCEE a retirada da ação judicial existente para as UHE's Garcia, Bracinho, Cedros, Palmeiras, Salto, Pery e PCH Celso Ramos. O valor da PECLD destas usinas foi revertido em sua totalidade até outubro de 2021.

A movimentação dos últimos dois exercícios está demonstrada na tabela abaixo:

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2019	32.904	
Provisão Constituída no Período	6.859	
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(1.962)	
Saldo em 31.12.2020	37.801	
Provisão Constituída no Período	11.552	
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(48.354)	
Saldo em 31.12.2021	999	

10. ESTOQUES

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia, além de materiais para uso administrativo.

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Almoxarifado	13.500	12.257
Outros	56	56
Total	13.556	12.313

Notas Explicativas**11. TRIBUTOS A RECUPERAR**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	1.497.090	611.534
IRPJ/CSLL	37.879	25.888	46.543	14.830
ICMS	-	-	48.223	57.208
PIS/COFINS	-	-	5	17.179
Outros	-	-	1.022	990
Total	37.879	25.888	1.592.883	701.741
Circulante	37.879	25.888	572.007	591.837
Não Circulante	-	-	1.020.876	109.904

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

11.1. Exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo) 1ª ação	-	-	498.392	611.534
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo) 2ª ação	-	-	998.698	-
Total	-	-	1.497.090	611.534
Circulante	-	-	498.392	109.084
Não Circulante	-	-	998.698	502.450

Em 1º de abril de 2019, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, autuado sob o nº 5006834-93.2012.4.04.7200, no qual foi reconhecido o direito a repetição do indébito de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo, no período compreendido entre abril de 2007 a dezembro de 2014, em decorrência da limitação temporal conferida na decisão decorrente da superveniência da Lei nº 12.973/2014.

Os créditos foram, inicialmente, escriturados em conformidade com a solução de consulta da Receita Federal do Brasil – RFB nº 13/2018. Após o julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, em sede de repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal, ocorrido em 13/05/2021, a companhia suplementou o valor do crédito registrado para adequá-lo a metodologia da exclusão do ICMS destacado da base de PIS/COFINS. Neste sentido, o valor de R\$627,8 milhões está em processo de compensação dos tributos vincendos e possui saldo classificado entre ativo circulante e não circulante, sendo o montante do ativo circulante calculado com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses.

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com a 2ª ação, autuada sob o nº 5016157-78.2019.4.04.7200, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante, a qual se encontra em tramitação. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS a partir de 1º de janeiro de 2015, entendimento confirmado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região quando da análise do Recurso interposto pela União - Fazenda Nacional. No momento, o processo encontra-se com o Desembargador Relator para o Juízo de retratação, diante da modulação dos efeitos da tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 574706/PR, que trata da matéria em âmbito de repercussão geral, cujos efeitos na ação individual da Celesc são aguardados pela Companhia.

Segundo o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia deve reconhecer um ativo quando for provável a entrada de benefícios econômicos e com mensuração confiável do valor envolvido.

A Celesc D, apesar de não ter a 2ª ação com decisão judicial transitada em julgado, possui circunstâncias pertinentes ao caso concreto que permitem uma mensuração objetiva e confiável para contabilizar os valores da 2ª ação do período de 16 de março de 2017 em diante, por tratar-se do mesmo objeto da ação anterior.

Consoante ao reconhecimento contábil no grupo de tributos a recuperar (ativo) em contrapartida ao passivo a devolver ao consumidor, tem-se como fatores que implicam no julgamento de considerar como ativo, a forma de recuperação de crédito, diante do posicionamento da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN de não recorrer da decisão proferida pelo STF, a disponibilidade dos documentos comprobatórios e a estimativa de compensação fiscal nos próximos cinco anos.

Enquanto a 2ª ação não possuir o trânsito em julgado, requisito previsto no art. 170-A do Código Tributário Nacional para início da compensação, os respectivos valores permanecerão registrados no ativo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS**12. OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES**

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
PIS/COFINS e ICMS ST (i)	57.173	58.040
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	29.479	27.241
Adiantamento Proinfa (iii)	28.591	17.509
Diferença Reembolso CDE (iv)	20.765	42.777
Programa Baixa Renda	12.336	11.907
Despesas Paga Antecipadamente	6.264	5.785
Conta Bandeiras	6.251	3.155
Outros Créditos	9.237	7.965
Total	170.096	174.379
Circulante	167.063	171.161
Não Circulante	3.033	3.218

(i) PIS/COFINS e ICMS Substituição Tributária (ST)

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011.

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(iv) Diferença Reembolso CDE

Corresponde à diferença entre os valores concedidos de descontos tarifários às unidades consumidoras da Celesc D e os valores recebidos da CEEE para compensar os referidos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis a: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação.

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO**13.1. Parcela A – CVA**

Descrição	31.12.2020	Adição	Amorti-zação	Remune-ração	Transferên-cias	31.12.2021	Saldo em Amortização	Saldo em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	1.177.150	1.288.161	(816.152)	47.416	(3.075)	1.693.500	601.061	1.092.439	989.484	704.016
Energia	596.827	511.220	(313.591)	29.528	(928)	823.056	304.700	518.356	489.004	334.052
Custo da Energia de Itaipu	175.062	44.672	(160.562)	1.622	-	60.794	51.467	9.327	54.783	6.011
Proinfa	-	25.253	(9.301)	539	-	16.491	16.491	-	16.491	-
Transporte Rede Básica	91.284	57.277	(61.187)	2.884	-	90.258	61.938	28.320	72.007	18.251
Transporte de Energia	15.889	12.082	(11.690)	444	-	16.725	9.251	7.474	11.908	4.817
ESS	64.690	538.354	(30.337)	7.873	(2.147)	578.433	53.790	524.643	240.330	338.103
CDE	82.429	54.667	(99.117)	2.600	-	40.579	40.579	-	40.579	-
Neutralidade Parcela A	23.551	3.907	(23.551)	173	-	4.080	-	4.080	1.451	2.629
Sobrecontratação de Energia	92.692	40.197	(75.851)	(464)	-	56.574	56.574	-	56.574	-
Outros	34.726	532	(30.965)	2.217	-	6.510	6.271	239	6.357	153
CVA Passiva	(1.032.780)	(621.149)	1.270.316	(17.288)	(862.139)	(1.263.040)	(898.811)	(364.229)	(1.029.310)	(233.730)
Custo da Energia de Itaipu	-	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-
Proinfa	(14.402)	-	14.569	(167)	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia – Itaipu	-	38	-	(38)	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação Energia	(44.170)	(56.235)	69.135	(1.519)	(70.213)	(103.002)	(45.248)	(57.754)	(65.783)	(37.219)
ESS	(127.017)	-	128.487	(1.470)	-	-	-	-	-	-
CDE	-	(29.530)	-	(217)	-	(29.747)	-	(29.747)	(10.577)	(19.170)
Neutralidade Parcela A	(25.855)	(78.240)	36.029	2.764	-	(65.302)	(65.302)	-	(65.302)	-
Devoluções Tarifárias	(93.077)	(17.081)	320.703	(1.471)	(795.001)	(585.927)	(542.042)	(43.885)	(558.640)	(27.287)
Outros	(728.259)	(440.113)	701.393	(15.158)	3.075	(479.062)	(246.219)	(232.843)	(329.008)	(150.054)
Saldo Ativos/(Passivos)	144.370	667.012	454.164	30.128	(865.214)	430.460	(297.750)	728.210	(39.826)	470.286

NOTAS Explicativas

Descrição	31.12.2019	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31.12.2020	Saldo em Amortização	Saldo em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	565.797	842.044	(746.929)	34.471	481.767	1.177.150	473.565	703.585	723.729	453.421
Energia	438.497	424.517	(362.991)	18.879	77.925	596.827	138.624	458.203	301.541	295.286
Custo da Energia de Itaipu	-	71.172	(76.076)	2.749	177.217	175.062	131.536	43.526	147.012	28.050
Proinfa	13.079	(2.051)	(11.409)	381	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	51.694	64.179	(26.220)	1.631	-	91.284	25.956	65.328	49.184	42.100
Transporte de Energia	11.953	12.703	(9.178)	411	-	15.889	6.399	9.490	9.773	6.116
ESS	-	64.679	-	11	-	64.690	-	64.690	23.001	41.689
CDE	10.148	46.503	(172.984)	9.486	189.276	82.429	75.359	7.070	77.873	4.556
Neutralidade Parcela A	8.479	28.498	(12.994)	(432)	-	23.551	23.551	-	23.551	-
Sobrecontratação de Energia	-	78.809	(24.627)	1.161	37.349	92.692	44.637	48.055	61.723	30.969
Outros	31.947	53.035	(50.450)	194	-	34.726	27.503	7.223	30.071	4.655
CVA Passiva	(578.261)	(314.551)	1.088.754	(13.835)	(1.214.887)	(1.032.780)	(827.940)	(204.840)	(866.220)	(166.560)
Proinfa	-	(22.092)	8.037	(347)	-	(14.402)	(14.402)	-	(14.402)	-
Sobrecontratação Energia	(68.138)	26.279	102.113	(524)	(103.900)	(44.170)	(44.170)	-	(44.170)	-
ESS	(242.504)	(27.718)	230.067	(7.536)	(79.326)	(127.017)	(127.017)	-	(127.017)	-
CDE	(103.594)	-	35.449	4.738	63.407	-	-	-	-	-
Neutralidade Parcela A	(41.077)	(25.804)	34.272	(51)	6.805	(25.855)	-	(25.855)	(9.193)	(16.662)
Devoluções Tarifárias	(119.326)	(37.318)	294.770	(3.935)	(227.268)	(93.077)	(76.802)	(16.275)	(48.037)	(45.040)
Outros	(3.622)	(227.898)	384.046	(6.180)	(874.605)	(728.259)	(565.549)	(162.710)	(623.401)	(104.858)
Saldo Ativos/(Passivos)	(12.464)	527.493	341.825	20.636	(733.120)	144.370	(354.375)	498.745	(142.491)	286.861

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
CVA 2020 – Período de 23.08.2019 a 22.08.2020	-	236.455
CVA 2021 – Período de 23.08.2020 a 22.08.2021	538.216	648.307
CVA 2022 – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	1.058.373	-
Total – CVA	1.596.589	884.762
Outros Itens – Período de 23.08.2019 a 22.08.2020	-	(535.672)
Outros Itens – Período de 23.08.2020 a 22.08.2021	(835.966)	(204.720)
Outros Itens – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	(330.163)	-
Total – Outros Itens – CVA	(1.166.129)	(740.392)
Total	430.460	144.370

13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na RAG dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL. O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.746, de 28 de julho de 2020, com vigência de 01 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021;
- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.902, de 20 de julho de 2021, com vigência de 01 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Consolidado					
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Saldo em 31.12.2019	42.360	60.730	46.387	27.948	113.285	290.710
Atualização Monetária	1.759	2.522	1.930	1.152	4.736	12.099
Juros	5.046	7.336	5.417	3.786	11.886	33.471
Amortização/Baixa	(5.221)	(7.540)	(5.595)	(3.838)	(12.499)	(34.693)
Saldo em 31.12.2020	43.944	63.048	48.139	29.048	117.408	301.587
Circulante						33.674
Não Circulante						267.913
Atualização Monetária	4.139	5.939	4.541	2.721	11.119	28.459
Juros	5.400	7.857	5.799	4.060	12.709	35.825
Amortização/Baixa	(5.497)	(7.937)	(5.890)	(4.040)	(13.158)	(36.522)
Saldo em 31.12.2021	47.986	68.907	52.589	31.789	128.078	329.349
Circulante						36.771
Não Circulante						292.578

Notas Explicativas

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia – nota 14.1	754.772	610.216
Em Serviço	393.021	289.571
Em Curso	361.751	320.645
Ativo de Concessão – Geração de Energia	169.334	2.421
Ativo Indenizável – nota 14.2	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery - nota 14.3	166.913	-
Total	924.106	612.637
Circulante	34.115	-
Não Circulante	889.991	612.637

14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrada no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2019	523.543
(+) Novas Aplicações	59.720
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	20.455
(+) Atualização Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (i)	6.662
(-) Resgate	(164)
Saldo em 31.12.2020	610.216
(+) Novas Aplicações	83.745
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	41.106
(+) Atualização Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (i)	20.373
(-) Resgate	(668)
Saldo em 31.12.2021	754.772

(i) IPCA

14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa - REN nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Mais recentemente, como conclusão da Audiência Pública nº 3 de 2019, a ANEEL publicou, em 22 de julho de 2021, a REN nº 942, alterando a REN nº 596/2013, em face da inaplicabilidade da base de referência de custos unitários prevista no § 1º do art. 10 do Decreto nº 7.805 de 2012, aos investimentos realizados ao longo da concessão, e considerando que permanecia sem conclusão até o final do exercício, os valores apresentados na tabela abaixo deverão ser novamente requeridos ao poder concedente, por meio de novo procedimento a ser estabelecido.

Usinas	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Descrição	Usina Pery	Total
Saldo em 31.12.2020	-	-
Ingressos	114.496	114.496
Atualização Monetária	20.122	20.122
Juros	59.186	59.186
Amortização/Baixa	(26.891)	(26.891)
Saldo em 31.12.2021	166.913	166.913
Circulante	-	34.115
Não Circulante	-	132.798

Notas Explicativas

A proposta apresentada na Nota Técnica nº 55/2021-SRM/ANEEL, de 28 de junho de 2021, à parcela anual referente à indenização da Usina Pery leva em consideração um montante total de indenização no valor de R\$114.495.713,97 (cento e quatorze milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e treze reais, noventa e sete centavos), nos termos da Portaria MME nº 257, de 2017, com índice de preços de julho de 2017, e um fator de anualização de 0,1217615.

A partir de 1º julho de 2021, a Celesc G passou a receber a indenização retroativa a 1º de julho de 2018, na RAG do ciclo 2021/2022.

O saldo de R\$166,9 milhões existente em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao valor reconhecido a título de indenização do Projeto Básico da usina Pery no montante de R\$114,5 milhões, aprovado pelo Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, emitido pela ANEEL, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR. O saldo é amortizado mensalmente, até o final do prazo de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente. O reconhecimento contábil se baseia no CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

15. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes são mensurados a valor justo.

Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ações Casan	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

15.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Em 31 de dezembro a Companhia possui 56.713.251 Ações Ordinárias – ON, e 56.778.178 Ações Preferenciais – PN, representando 12,97% do Capital Social da Casan.

Por não possuir influência significativa na Casan, a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110,7 milhões.

Para o cálculo do *valuation*, o período de projeção adotado é de 5 anos (até 2026), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 11,89% a.a., com taxa de crescimento de longo prazo (perpetuidade) nominal de 4,22% (média das projeções do IPCA para o período de 2021 a 2025). O custo da dívida após impostos é de 7,36% a.a. e o custo de capital próprio é de 16,53% a.a., resultando no valor justo de R\$142,9 milhões.

Por não haver participante no mercado ativo e por se tratar de uma estimativa com diversas variáveis, que não resultaram em acréscimos relevantes, a Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em 31 de dezembro de 2021.

Na tabela a seguir a demonstração da conciliação contábil o valor:

Ações Casan	Controladora	Consolidado
	Total	Total
Saldo em 31.12.2019	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Saldo em 31.12.2020	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Saldo em 31.12.2021	137.261	137.261

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2018.

Os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados nas tabelas abaixo:

NOTAS Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado			
	Contas a Receber de Clientes	Ativo	Passivo	Contas a Receber de Clientes	Ativo	Passivo	Outros
		Outros Créditos	Outros		Tributos a Recuperar	Tributos a Recolher	
Governo do Estado de SC							
ICMS	-	-	-	-	57.208	274.512	-
Faturamento de Energia	-	-	-	6.285	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	256	-	-	-
Celos							
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	44	-	-	-	17.715
Celesc G							
Dividendos e JCP	20.546	-	-	-	-	-	-
Celesc D							
Pessoal à Disposição	-	-	546	-	-	-	-
Dividendos e JCP	97.149	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	117.695	-	590	6.541	57.208	274.512	17.715
Governo do Estado de SC							
ICMS	-	-	-	-	48.223	850.543	-
Faturamento de Energia	-	-	-	9.908	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	256	-	-	-
Celos							
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	-	-	-	5.142
Celesc G							
Dividendos e JCP	16.760	-	-	-	-	-	-
Celesc D							
Pessoal à Disposição	-	-	762	-	-	-	-
Dividendos e JCP	92.687	-	-	-	-	-	-
Mútuo Celesc D	-	15.251	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	109.447	15.251	762	10.164	48.223	850.543	5.142

Descrição	Controladora		Consolidado		
	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Tributos	Receita de Vendas	Despesa Financeiras
Governo do Estado de SC:					
ICMS	-	-	(2.271.520)	-	-
Receita de Vendas	-	-	-	67.383	-
Celos					
Atualização Reserva Matemática	-	-	-	-	(40.012)
Celesc D					
Pessoal à Disposição	(5.384)	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	(5.384)	-	(2.271.520)	67.383	(40.012)
Governo do Estado de SC:					
ICMS	-	-	(2.686.005)	-	-
Receita de Vendas	-	-	-	85.297	-
Celos					
Atualização Reserva Matemática	-	-	-	-	(56.981)
Celesc D					
Pessoal à Disposição	(7.595)	-	-	-	-
Mútuo Celesc D	-	251	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	(7.595)	251	(2.686.005)	85.297	(56.981)

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Honorários	5.666	4.432	5.666	4.432
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.241	1.220	1.241	1.220
Encargos Sociais	1.493	1.229	1.493	1.229
Outros	1.020	766	1.020	766
Total	9.420	7.647	9.420	7.647

17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

17.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos foram calculados a partir de:

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Provisão para contingências de processos judiciais;
- ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado;
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável dos ativos sobre a provisão para perdas do ativo imobilizado;

Notas Explicativas

- (iv) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados;
- (v) CPC 27 – Ativo Imobilizado. Ajuste ao valor justo do ativo imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico
- (vi) CPC 39 – Instrumentos financeiros no reconhecimento e mensuração do Valor Novo de Reposição – VNR;
- (vii) CPC 39 – Instrumentos financeiros. Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017;
- (viii) CPC 48 – Instrumentos Financeiros referente aos valores do Ativo Financeiro relacionados a indenização da Usina Pery;
- (ix) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível referente aos valores da repactuação do risco hidrológico GSF;
- (x) CPC 06 – Arrendamentos. Despesas provenientes dos contratos de arrendamento.
- (xi) ICPC 01 – Contratos de concessão. Ativos de infraestrutura, relacionados a concessão.

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Ativo	708.001	871.596
Passivo	(82.592)	(11.642)
Tributo Diferido Líquido	625.409	859.954

Diferenças Temporárias	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Provisão p/ Contingências	151.551	174.057	-	-	151.551	174.057
Provisão p/ Perdas em Ativos	65.335	64.738	-	-	65.335	64.738
Benefício Pós-Emprego	608.501	766.900	-	-	608.501	766.900
Arrendamento – CPC 06	164	-	-	-	164	-
Custo Atribuído	-	-	7.263	7.515	(7.263)	(7.515)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	-	12.827	-	-	-	12.827
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	49.800	51.919	(49.800)	(51.919)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	61.361	63.971	(61.361)	(63.971)
Bonificação de Outorga	-	-	46.174	35.052	(46.174)	(35.052)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	19.940	-	(19.940)	-
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	15.467	-	(15.467)	-
Outras Provisões	-	-	137	111	(137)	(111)
Total	825.551	1.018.522	200.142	158.568	625.409	859.954

17.2. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O saldo remanescente do processo de reconhecimento inicial da exposição contratual de 2014 pelo órgão regulador no valor de R\$144,2 milhões atualizados até 31 de dezembro de 2021 está em demanda judicial junto a justiça federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. Em agosto de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 com reflexo em cinco processos tarifários anuais subsequentes. Desta forma, o reajuste tarifário de 2019, 2020 e 2021 tiveram a realização financeira no montante de R\$65,7 milhões, R\$68,5 milhões e R\$ 70,2 milhões, respectivamente, e a consequente realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre esta base.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2021 são:

Ano	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
2021	127.618	81.847
2022	84.222	78.914
2023	81.416	75.304
2024	40.029	74.550
Acima de 2025	492.266	707.907
Total	825.551	1.018.522

17.3. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2019	26.229	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(855)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	291	
Saldo em 31.12.2020	25.665	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(742)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	253	
Saldo em 31.12.2021	25.176	

17.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do passivo atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2019	1.470.026	
(+) Adição do Passivo Atuarial	(285.293)	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	97.000	
Saldo em 31.12.2020	1.281.733	
(+) Adição do Passivo Atuarial	-329.330	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	111.972	
Saldo em 31.12.2021	1.064.375	

17.5. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	575.999	509.502	821.529	724.715
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(195.840)	(173.231)	(279.320)	(246.403)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	209.498	182.747	24.712	19.238
Benefício Fiscal	-	-	(1.739)	(1.545)
Incentivo Fiscal	-	-	7.224	7.410
Juros sobre o Capital Próprio	(5.102)	(15.308)	40.599	25.618
Provisões Indedutíveis	(650)	(803)	(658)	(803)
Multas Indedutíveis	-	-	(7.706)	(9.148)
IRPJ/CSLL não Reconhecidos s/ Prejuízo Fiscal	(21.855)	14.399	(21.855)	14.399
Participação dos Administradores	(351)	(280)	(396)	(318)
Perdas Não Técnicas	-	-	(9.972)	(16.130)
Outras Adições (Exclusões)	1.473	1.659	(9.246)	1.652
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(12.827)	9.183	(258.357)	(206.030)
Corrente	-	(3.644)	(135.785)	(178.486)
Diferido	(12.827)	12.827	(122.572)	(27.544)
Alíquota Efetiva	2,23%	-1,80%	31,45%	28,43%

Baseado no CPC 32, a Celesc Holding reverteu o montante de R\$21,855 milhões de ativo diferido de IRPJ e CSLL devido à falta de expectativa de geração de lucros fiscais para os próximos exercícios. Neste sentido, a companhia continuará reavaliando anualmente a expectativa de geração de lucro fiscal futuro, para que no momento oportuno, possa contabilizar os valores de IRPJ e CSLL diferidos.

Notas Explicativas**17.6. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL****17.6.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1**

Em 24 de setembro de 2018, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

- a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;
- b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da lei federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. Em decorrência, estima-se que o provimento do recurso implicou na redução da contingência para R\$107,0 milhões. Da decisão, a contribuinte opôs embargos de declaração, que aguardam julgamento perante o CARF.

17.6.2. Não incidência do IRPJ e CSLL sobre atualização pela Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário

O STF decidiu, por maioria, que não incidem IRPJ e CSLL sobre a Selic nos débitos tributários cobrados pela União. No julgamento de mérito do RE nº 1.063.187 concluído em 24 de setembro de 2021, o STF fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser “... *inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário*”.

A Celesc D ingressou com o Mandado de Segurança nº 5029068-54.2021.404.7200 em 24 de setembro de 2021 contra a RFB requerendo a declaração de: (a) não incidência do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic recebida pela Impetrante na restituição de débitos tributários; e (b) o direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente a esse título nos cinco anos anteriores, ou seja, anteriores a 24 de setembro de 2021.

Para avaliar as repercussões contábeis, jurídicas e tributárias relacionadas ao Mandado de Segurança nº 5029068-54.2021.404.7200 e RE nº 1.063.187, a Administração da Companhia avaliou o conceito de indébito tributário, os débitos tributários decorrentes de ação judicial e os reflexos na apuração do IRPJ/CSLL. Sobre as repercussões desta decisão para as atualizações do indébito apresentado no item 11.1, indébito de PIS e COFINS decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo, a Companhia avaliou a forma de contabilização entre ativo e passivo, seu reflexo na apuração do IRPJ e CSLL, e concluiu que a Companhia não possui no atual momento as características necessárias para reconhecimento de crédito tributário.

18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Controladas	2.174.944	1.558.988	-	-
Celesc D	1.483.521	990.001	-	-
Celesc G	691.423	568.987	-	-
Controladas em Conjunto	117.194	98.631	117.194	98.631
SCGÁS	117.194	98.631	117.194	98.631
Coligadas	106.049	91.104	194.472	170.302
ECTE	78.988	62.955	78.988	62.955
DFESA	27.061	28.149	27.061	28.149
SPEs	-	-	88.423	79.198
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão p/ Perda no Investimento Cubatão	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
Total	2.398.187	1.748.723	311.666	268.933

NOTAS Explicativas**18.1. Informações sobre Investimentos**

Descrição	Controladora						
	Ações da Companhia		Participação da Companhia		PL	Total de Ativos	Lucro (Prejuízo)
	Ordinárias	Capital Social	Capital Social	Capital Votante			
Saldo em 31.12.2020							
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	990.001	9.553.390	409.048	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	568.987	768.717	81.909	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	203.837	538.314	80.619	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	379.388	627.715	70.357	
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	122.227	128.798	42.007	
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)	
Saldo em 31.12.2021							
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.483.521	10.665.932	385.205	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	691.423	924.364	165.808	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	255.751	632.727	90.581	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	497.219	851.239	162.728	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	117.499	180.424	37.231	
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)	

Descrição	Consolidado						
	Ações da Companhia		Participação da Companhia		PL	Total de Ativos	Lucro (Prejuízo)
	Ordinárias	Capital Social	Capital Social	Capital Votante			
Saldo em 31.12.2020							
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	203.837	538.314	80.619	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	379.388	627.715	70.357	
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	122.227	128.798	42.007	
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)	
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	44.716	54.652	2.712	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	49.843	59.662	7.775	
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	25.464	38.065	736	
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	36.983	62.655	(719)	
EDP Transmissão Aliança SC	2.650	10,00%	10,00%	232.092	1.784.077	74.871	
Saldo em 31.12.2021							
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	255.751	632.727	90.581	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	497.219	851.239	162.728	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	117.499	180.424	37.231	
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)	
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	43.687	49.962	2.665	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	37.301	67.469	(11.961)	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	26.621	36.635	1.096	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	37.712	60.057	(1.037)	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	365.049	2.277.550	88.464	

18.2. Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Saldo em 31.12.2019	513.651	514.777	65.509	91.440	28.326	1.213.703
Dividendos e JCP Creditados	(120.991)	(27.699)	(27.453)	(3.301)	(9.851)	(189.295)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.469)	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	409.048	81.909	24.899	11.961	9.674	537.491
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	188.293	-	-	-	-	188.293
Saldo em 31.12.2020	990.001	568.987	62.955	98.631	28.149	1.748.723
Dividendos e JCP Creditados	(109.043)	(43.372)	(12.888)	(7.633)	(9.662)	(182.598)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	385.205	165.808	28.921	27.664	8.574	616.172
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	217.358	-	-	-	-	217.358
Saldo em 31.12.2021	1.483.521	691.423	78.988	117.194	27.061	2.398.187

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Saldo em 31.12.2019	65.509	91.440	28.326	61.297	246.572
Integralizações	-	-	-	10.363	10.363
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Creditados	(27.453)	(3.301)	(9.851)	(2.511)	(43.116)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.469)	-	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	24.899	11.961	9.674	10.049	56.583
Saldo em 31.12.2020	62.955	98.631	28.149	79.198	268.933
Integralizações	-	-	-	4.633	4.633
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Creditados	(12.888)	(7.633)	(9.662)	(1.632)	(31.815)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	28.921	27.664	8.574	7.524	72.683
Outros Ajuste	-	-	-	(1.300)	(1.300)
Saldo em 31.12.2021	78.988	117.194	27.061	88.423	311.666

NOTAS EXPLICATIVAS

18.3. Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do direito de uso de concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 31 de dezembro de 2021, é de R\$32,7 milhões (R\$34,1 milhões em 31 de dezembro de 2020). O direito de uso de concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa (até 2044).

18.4. Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) do Ágio Pago

Para a mensuração do valor em uso foi considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – DCF, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1).

18.4.1. Companhia Energética Rio das Flores – CRF

Em 31 de dezembro de 2021, com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2047, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 12,68%, é de R\$14,4 milhões, sendo superior ao valor contábil de R\$9,5 milhões. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2039) fornecido pela Celesc G:

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28 MWm.
Qtidade Energia Contratada p/ Venda	5,46 MWm.
Preço de venda	Venda no ACL a R\$ \$389,65/MWh, a valores de 2021, corrigido pelo IGP-M até 2026. A partir de 2027 o preço será de R\$ 236,89 corrigido pelo IPCA.
Custos com Compra de Energia	Valor de compra no ACL: R\$261,95/MWh, a valores de 2021, corrigido pelo IGP-M até 2026; Valor PLD médio de R\$ 182 ,91 MWh.
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base (total de R\$4.932.265,75), sendo R\$ 1.460.793,97 vencendo no curto prazo e R\$3.471.472,78 no longo prazo, com custo financeiro médio de 9,70% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos dentro dos custos de manutenção.

19. IMOBILIZADO

19.1. Composição do Saldo

Descrição	Controladora			
	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2019	18	-	-	18
Custo do Imobilizado	50	1	-	51
Depreciação Acumulada	(32)	(1)	-	(33)
Depreciação	(4)	-	-	(4)
Saldo em 31.12.2020	14	-	-	14
Custo do Imobilizado	50	1	-	51
Depreciação Acumulada	(36)	(1)	-	(37)
Adições	-	-	547	547
Depreciação	(4)	-	(219)	(223)
Saldo em 31.12.2021	10	-	328	338
Custo do Imobilizado	50	1	547	598
Depreciação Acumulada	(40)	(1)	(219)	(260)
Taxa Média de Depreciação	8,00%		8,33%	

Descrição	Consolidado							Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Ativos de Direito de Uso	
Saldo em 31.12.2019	9.610	13.051	31.565	86.201	369	34.000	-	174.796
Custo do Imobilizado	20.202	169.822	50.169	170.673	1.736	34.000	-	446.602
Provisão p/ Perdas	(3.264)	(24.486)	(723)	(3.656)	25	-	-	(32.104)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(132.285)	(17.881)	(80.816)	(1.392)	-	-	(239.702)
Adições	-	-	-	-	-	30.440	-	30.440
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(129)	(3)	-	(132)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	129	-	-	129
Depreciação	-	(424)	(903)	(3.711)	(171)	-	-	(5.209)
(+/-) Transferências	-	-	-	950	464	(1.414)	-	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	(1.163)	1.348	287	878	53	-	-	1.403
Saldo em 31.12.2020	8.447	13.975	30.949	84.318	715	63.023	-	201.427
Custo do Imobilizado	20.202	169.061	50.166	171.152	2.072	63.023	-	475.676
Provisão p/ Perdas	(4.427)	(23.138)	(436)	(2.778)	78	-	-	(30.701)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.948)	(18.781)	(84.056)	(1.435)	-	-	(243.548)
Adições	-	-	-	-	-	19.134	22.494	41.628
Baixas Saldo Bruto	(993)	(13.774)	(37.455)	(90.947)	(8)	(22)	(125)	(143.324)
Baixas Depreciação	-	9.134	3.545	14.365	4	-	-	27.048
Ajuste Depreciação Ind. Usina Pery	-	381	3.465	10.452	1	-	-	14.299
Depreciação	-	(559)	(595)	(2.869)	(172)	-	(7.755)	(11.950)
(+/-) Transferências	-	94	144	3.416	-	(3.654)	-	-
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação	-	-	-	-	-	-	(273)	(273)
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	-	-	-	158	-	-	-	158
Perda por Recuperabilidade	(3)	(37)	(51)	(109)	-	-	-	(200)
Saldo em 31.12.2021	7.451	9.214	2	18.784	540	78.481	14.341	128.813
Custo do Imobilizado	19.209	164.515	16.400	97.986	2.068	78.481	22.369	401.028
Provisão p/ Perdas	(4.430)	(23.175)	(487)	(2.729)	78	-	(273)	(31.016)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(132.126)	(15.911)	(76.473)	(1.606)	-	(7.755)	(241.199)
Saldo em 31.12.2021	7.451	9.214	2	18.784	540	78.481	14.341	128.813
Taxa Média de Depreciação		2,30%	1,50%	2,24%	18,49%		8,33%	

Dos investimentos realizados no parque gerador próprio no período de janeiro à dezembro de 2021, no valor de R\$24,0 milhões, foram desembolsados em encargos e custos das debêntures, sistema auxiliar mecânico, turbinas e partes para geração, montagens elétricas, mobilização e canteiros de obras da US Celso Ramos; em automação de Usinas, projeto executivo, painel supervisão e controle e regulador de velocidade da US Palmeiras; na aquisição de veículos, serviço de desenvolvimento de software integração, notebook, serviço de manutenção eletromecânica para a Administração Central; chave seccionadora trip motorizada, serviço de execução de programas ambientais e disjuntores de sincronismo 24KV da US Salto; projeto executivo elétrico, elaboração de projetos executivos e disjuntores de sincronismo 24KV da US Caveiras; conduto forçado metálico, transformador 500kva, retificador carregador de bateria da US Piraí; motobombas centrífuga, cabos de Força da UG-01, bancos de baterias e troca de IP's da US Bracinho; disjuntores de sincronismo 24KV, reforma do gerador UG-02, retificador carregador de bateria, prolongamento de grade, bancos de baterias e serviço de manutenção da US Pery.

Em setembro de 2021, foi efetuada a baixa do saldo bruto dos bens ainda não amortizados ou depreciados da Usina Pery, apurado do final do prazo de concessão (posteriormente renovada), conforme cláusula décima primeira do contrato de concessão nº 006/2013. O valor baixado e transformado em ativo financeiro leva em consideração o montante total indenizado de R\$114,5 milhões apresentado na Nota Técnica nº 55/2021-SRM/ANEEL, de 28 de junho de 2021.

19.2. Recuperabilidade de Ativos (*Impairment Test*)

Em 2021 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$200 e Reversão do Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$158.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O método de avaliação utilizado é o Valor em uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na hipótese de que o valor de uma empresa depende da sua capacidade de geração de riqueza no futuro, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A metodologia consiste em projetar anualmente o fluxo de caixa livre (FCL) dos ativos, obtendo assim a geração de caixa das suas atividades operacionais. O FCL apurado em cada ano é descontado pelo WACC para chegar ao seu valor presente. Dessa forma, são somados todos os fluxos de caixa anuais descontados para chegar ao valor presente do ativo.

Para a análise do Parque Gerador Próprio da Companhia, procedeu-se ao levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC, individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas as receitas, custos e despesas,

NOTAS EXPLICATIVAS

investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio e as variações de capital de giro pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data-base de dezembro de 2021.

Considerou-se, para o *Impairment Test*, as projeções até o ano de 2054, por se tratar do prazo final da concessão da usina Pery, restando no parque gerador da Celesc G apenas as CGHs, as quais não possuem data de término de operação.

Para a projeção dos investimentos, foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital pelo Conselho de Administração, sendo considerados apenas os investimentos em melhorias e manutenções das usinas, para manter os ativos na situação atual de operação. Não são considerados investimentos em participações societárias, nem em ampliações de usinas, tendo em vista que estes efeitos não devem impactar os resultados do *Impairment Test*.

Em virtude do regramento estabelecido no contrato de concessão, no final da concessão da Usina Celso Ramos é apurado o Valor Residual para efeitos de indenização referente ao imobilizado não depreciado. As demais usinas não possuem o direito a indenização pelos investimentos em melhorias ao final da concessão, conforme contrato.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio, método *Capital Asset Pricing Model – CAPM*, por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1). A taxa de desconto utilizada foi de 12,22%.

Os valores de perda e reversão do valor recuperável dos ativos por UGC registrados no exercício de 2021 estão demonstrados a seguir:

Usina	Saldo Líquido Antes do Teste de <i>Impairment</i>	Valuation	Provisões	Reversões	Impacto no Resultado
CGH Caveiras	39	(6.457)	(39)	-	(39)
PCH Celso Ramos	16.074	16.058	(16)	-	(16)
CGH Ivo Silveira	-	2.054	-	158	158
UHE Pery	20.810	140.851	-	-	-
CGH Pirai	13	(13.926)	(13)	-	(13)
CGH Rio do Peixe	44	(8.783)	(44)	-	(44)
CGH São Lourenço	88	(10.692)	(88)	-	(88)
UHE Palmeiras	13.858	131.520	-	-	-
UHE Bracinho	9.448	72.963	-	-	-
UHE Garcia	7.845	70.531	-	-	-
UHE Cedros	6.875	62.212	-	-	-
UHE Salto	5.588	14.650	-	-	-
Total	80.682	470.981	(200)	158	(42)

19.3. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Consolidado	
Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	4,6
Veículos	19,5
Móveis e Utensílios	6,3
Operação	
	Percentuais (%)
Prédios e Construções	1,5
Máquinas e Equipamentos	2,2
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2,3
Veículos	6,5
Móveis e Utensílios	1,3

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, da Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (Prédios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Móveis e Utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução nº 674/2015.

Notas Explicativas

19.4. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado Ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de dezembro de 2021 são:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Reservatórios, Barragens e Adustras	121.610	132.349
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.331	11.935
Máquinas e Equipamentos	43.647	48.297
Outros	14.157	13.826
Total	190.745	206.407

19.5. Ativos de Direito de Uso - CPC 06/IFRS 16 – Arrendamentos

Em atendimento ao CPC 06 (R2) a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida da rubrica do Imobilizado como Ativos de Direito de Uso.

Os montantes registrados no passivo estão ajustados a valor presente, pela taxa de desconto de 8,09%, calculada pela Empresa.

ATIVO	Controladora	Consolidado
Descrição		
Saldo em 31.12.2020	-	-
Circulante	-	-
Não Circulante	-	-
(+) Adições	547	22.494
(-) Depreciação	(219)	(7.755)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(273)
(-) Baixa	-	(125)
Saldo em 31.12.2021	328	14.341
Circulante	-	-
Não Circulante	328	14.341
PASSIVO	Controladora	Consolidado
Descrição		
Saldo em 31.12.2020	-	-
Circulante	-	-
Não Circulante	-	-
(+) Adições	547	22.494
(-) Baixas	-	(129)
(+) Juros Incorridos	35	1.418
(-) Pagamento Principal	(206)	(7.529)
(-) Juros Pagos	(35)	(1.418)
Saldo em 31.12.2021	341	14.836
Circulante	223	6.216
Não Circulante	118	8.620

19.5.1. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo:

Descrição	Controladora	Consolidado
	31.12.2021	31.12.2021
Ano 2023	118	2.106
Ano 2024	-	1.158
Ano 2025	-	795
Ano 2026	-	800
Ano 2027	-	841
Ano 2027+	-	2.920
Total	118	8.620

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

NOTAS EXPLICATIVAS**20. INTANGÍVEL****20.1. Ágio ECTE**

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

Descrição	31.12.2019		31.12.2020		Controladora	
		Amortizações		Amortizações		31.12.2021
Ágio ECTE	5.446	(502)	4.944	(503)		4.441

20.2. Contratos de Concessão

Descrição	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Repactuação		Ágio	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
		Software Adquiridos	Risco Hidrológico GSF(ii)				
Saldo em 31.12.2019	3.448.815	754	-	5.446	70	1.791	3.456.876
Custo Total	5.362.938	6.495	-	14.248	70	1.791	5.385.542
Amortização Acumulada	(1.914.123)	(5.741)	-	(8.802)	-	-	(1.928.666)
Saldo em 31.12.2019	3.448.815	754	-	5.446	70	1.791	3.456.876
Adições	441.525	-	-	-	-	618	442.143
Baixas	(46.717)	-	-	-	-	-	(46.717)
Amortizações	(232.913)	(831)	-	(502)	-	-	(234.246)
Transferências	-	909	-	-	-	(909)	-
Saldo em 31.12.2020	3.610.710	832	-	4.944	70	1.500	3.618.056
Custo Total	5.757.746	7.404	-	14.248	70	1.500	5.780.968
Amortização Acumulada	(2.147.036)	(6.572)	-	(9.304)	-	-	(2.162.912)
Saldo em 31.12.2020	3.610.710	832	-	4.944	70	1.500	3.618.056
Adições	497.023	-	45.879	-	-	200	543.102
Baixas	(55.865)	-	-	-	(70)	-	(55.935)
Amortizações	(245.514)	(181)	(388)	(503)	-	-	(246.586)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	3.806.354	651	45.491	4.441	-	1.700	3.858.637
Custo Total	6.198.904	7.404	45.879	14.248	-	1.700	6.268.135
Amortização Acumulada	(2.392.550)	(6.753)	(388)	(9.807)	-	-	(2.409.498)
Saldo em 31.12.2021	3.806.354	651	45.491	4.441	-	1.700	3.858.637
Taxa Média Amortização	4,3%	18,6%	0%	3,5%	0%	0%	

(i) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico GSF, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Estes ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

21. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Energia Elétrica	-	-	681.233	571.122
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	137.331	121.416
Materiais e Serviços	947	72	133.097	138.291
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	136.525	393.718
Total	947	-	1.088.186	1.224.547

(i) A CCEE possui entre suas atribuições apurar o valor da contabilização dos agentes. Esse valor, no caso das distribuidoras, envolve, além da venda e compra no curto prazo, encargos, efeito do despacho de térmicas e também impactos diversos de risco hidrológico.

O risco hidrológico, no caso das distribuidoras, está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT), que tiveram repactuação, contratos de cotas de garantia física e contrato com Itaipu, onde o comprador assume o risco hidrológico.

Nesse contexto, os custos de Sumário (SUM001) mantiveram-se elevados no 4º trimestre de 2021, dado o baixo nível dos reservatórios do SIN, que levou os órgãos de operação do Sistema Elétrico Brasileiro a despachar todo o parque térmico nacional para preservação do estoque de água das UHEs, de modo a minimizar a probabilidade de um racionamento, cenário que inclusive, em função das medidas protetivas quanto aos despachos térmicos e preservação dos reservatórios, já está impraticável. Desta forma, o GSF é afetado negativamente, o que gera maior pagamento em termos de risco hidrológico. O despacho dessas usinas térmicas

Notas Explicativas

gera um custo elevado, dado que têm combustíveis mais caros, tais como gás, diesel e carvão. Adicionalmente, nesse contexto de baixa disponibilidade hídrica, outro fator que contribuiu para o aumento dos encargos foi a importação de energia da Argentina e Uruguai, no entanto, para importação, houve uma trajetória de redução no último trimestre.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem cinco classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Nota Promissória Comercial, (iii) Empréstimos da Eletrobras, (iv) Empréstimos Tipo Finame e (v) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Holding, conforme disposições contratuais.

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Total Moeda Nacional	103.222	944.422
Empréstimos Bancários (i) CDI+1,3% a.a.	-	122.406
Empréstimos Bancários (i) CDI + 0,8% a.a.	93.772	298.315
Nota Promissória Comercial (ii) CDI+4,5% a.a.	-	507.939
Empréstimos Eletrobras (iii) 5% a.a.	2.983	3.857
Empréstimos Finame (iv) 2,5% a 9,5% a.a.	6.467	11.905
Total Moeda Estrangeira	1.150.078	710.522
Empréstimos – BID (v) CDI + 0,77% a 1,98% a.a	1.150.078	710.522
Total	1.253.300	1.654.944
Circulante	23.559	865.901
Não Circulante	1.229.741	789.043

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para reforço de caixa da Companhia.

Em novembro de 2018 e por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de R\$200 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,3% a.a. exigida mensalmente. O prazo de vigência é de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, e liquidação em 18 parcelas mensais, iniciada em junho de 2020 e com término ocorrendo em novembro de 2021.

Complementando as contratações classificadas como Empréstimos Bancários, em abril de 2019, foram contratados mais R\$335 milhões junto ao Banco Safra, também por meio de CCB, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. exigida mensalmente. Os prazos de vigência, de carência e de liquidação do principal são idênticos aos descritos no contrato anterior, sendo o início da amortização previsto para novembro de 2020 e o final para abril de 2022.

Em 2 de Dezembro de 2021 ocorreu o aditamento do contrato junto ao banco Safra, e o prazo para liquidação do principal passou a ser maio de 2023. Sua liquidação está prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*). A taxa de juros também foi mantida no mesmo percentual que fora contratada.

ii) Nota Promissória Comercial

Em 29 de maio de 2020, a Celesc D efetuou a primeira emissão Notas Promissórias Comerciais, sendo emitidos 489 (quatrocentos e oitenta e nove) títulos com valor unitário de R\$1,0 milhão, totalizando R\$489,0 milhões. Os juros remuneratórios correspondiam a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela B3, base 252 dias úteis, acrescidas exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 4,50% a.a. O pagamento do principal e dos juros foram efetuados em parcela única no dia 21 de maio de 2021.

iii) Eletrobras

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. O contrato vigente possui carência de 24 meses, amortização em 120 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. Possui anuência da ANEEL e o término está previsto para 30 de maio 2025.

iv) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. São previstas 96 amortizações mensais para Finames do Banco do Brasil e 72 amortizações mensais para Finames da Caixa Econômica Federal. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL.

Notas Explicativas

v) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação é de US\$276.051.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e cinquenta e um mil dólares americanos) e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante e a taxa de juros é libor de 3 meses (USD-LIBOR 3m), acrescida de spread, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,5% ao ano sobre o saldo em dólar americano não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

As primeiras liberações ocorreram em 10 de dezembro de 2018 e 28 de janeiro de 2019, num montante de US\$80.078.631,05 (oitenta milhões, setenta e oito mil, seiscentos e trinta e um dólares americanos e cinco centavos). Após isso, em 2 de maio de 2019, optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo mais, portanto, a incidência de variação cambial.

As liberações continuaram ocorrendo e a opção de conversão em moeda nacional e a alteração da taxa de juros do contrato mencionadas anteriormente foram mantidas.

Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 31 de dezembro de 2021, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374.302,95	CDI + 0,99 a.a.
28.01.2018	9.704.328,10	CDI + 0,99 a.a.
07.10.2019	26.210.755,00	CDI + 1,04 a.a.
10.12.2019	9.767.891,73	CDI + 0,87 a.a.
09.06.2020	7.273.169,76	CDI + 1,24 a.a.
13.10.2020	35.000.000,00	CDI + 1,90 a.a.
19.03.2021	25.000.000,00	CDI + 1,98 a.a.
14.12.2021	50.000.000,00	CDI + 1,26 a.a.

Todas as taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em função de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

Cabe ressaltar que os desembolsos do financiamento contratado são processados conforme disposições Contrato de Empréstimo N° 4404/OC-BR (BR-L1491), nos termos do Capítulo IV das Normas Gerais.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas a auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina -TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

22.1. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	Nacional		Estrangeira		Total	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ano 2022	-	79.107	-	-	-	79.107
Ano 2023	96.315	3.260	-	-	96.315	3.260
Ano 2024	1.139	1.139	56.596	35.259	57.735	36.398
Ano 2025	364	364	56.596	35.259	56.960	35.623
Ano 2026+	-	-	1.018.731	634.655	1.018.731	634.655
Total	97.818	83.870	1.131.923	705.173	1.229.741	789.043

Notas Explicativas**22.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional**

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	377.317	435.718	813.035
Ingressos	538.000	-	538.000
Atualização Monetária	-	-	-
Encargos Provisionados	57.795	-	57.795
Transferências	351.848	(351.848)	-
Pagamentos do Principal	(423.307)	-	(423.307)
Pagamentos de Encargos	(41.101)	-	(41.101)
Saldo em 31.12.2020	860.552	83.870	944.422
Ingressos	108.982	-	108.982
Atualização Monetária	-	-	-
Encargos Provisionados	28.166	-	28.166
Transferências	(13.948)	13.948	-
Pagamentos do Principal	(931.219)	-	(931.219)
Pagamentos de Encargos	(47.129)	-	(47.129)
Saldo em 31.12.2021	5.404	97.818	103.222

22.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	6.306	468.290	474.596
Ingressos	-	232.318	232.318
Atualização Monetária	-	4.565	4.565
Encargos Provisionados	24.077	-	24.077
Pagamentos de Encargos	(25.034)	-	(25.034)
Saldo em 31.12.2020	5.349	705.173	710.522
Ingressos	-	422.125	422.125
Atualização Monetária	-	4.625	4.625
Encargos Provisionados	51.131	-	51.131
Pagamentos de Encargos	(38.325)	-	(38.325)
Saldo em 31.12.2021	18.155	1.131.923	1.150.078

23. DEBÊNTURES**23.1. Debêntures 2018 – Celesc D**

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$250 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023, não conversíveis em ações. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Companhia (Celesc Holding) prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures terão prazo de 5 anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023, com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020, e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 31 de Dezembro de 2021, foram pagos R\$43,3 milhões de remuneração e R\$ 133,3 milhões de principal.

Anualmente, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*Covenants*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado do cálculo dessa relação foi de 1,21, cumprindo, assim, tal obrigação.

23.2. Debêntures 2021 – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de abril de 2021, 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$550 milhões, com vencimento para 15 de abril de 2026. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa.

Notas Explicativas

As debêntures são da espécie quirografária, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória. A Companhia prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI Over (Extra-Grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,6 % ao ano.

A remuneração está prevista para pagamento de duas maneiras: a primeira, de forma trimestral e a partir da data de emissão, com vencimento todo dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, iniciando em 15 de julho de 2021 e terminando em 15 de outubro de 2022, e a segunda, de forma mensal e a partir de 15 de novembro de 2022, com os demais vencimentos ocorrendo sempre no dia 15 dos meses subsequentes até o final da vigência. Até 31 de Dezembro de 2021, foram pagos R\$17,2 milhões de remuneração.

A amortização está prevista em 43 (quarenta e três) parcelas mensais consecutivas, devidas sempre no dia 15 de cada mês, sendo a primeira devida em 15 de outubro de 2022.

Anualmente, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021 até a data de vencimento, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*Covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado do cálculo dessa relação foi de 1,21, cumprindo, assim, tal obrigação.

23.3. Debêntures 2018 – Celesc G

Em 1º de junho de 2018, a Celesc G emitiu 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil, não atualizado monetariamente, totalizando R\$150 milhões. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversíveis em ações. A garantia real foi definida pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G. A garantia fidejussória, por sua vez, foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Possuem prazo de cinco anos, contados da data de suas emissões, e os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros vem ocorrendo desde setembro de 2018 e a amortização está sendo efetuada desde junho de 2019, ambos de forma trimestral e consecutiva. Até 31 de dezembro de 2021, foram pagos R\$29,3 milhões de remuneração e R\$97 milhões de principal.

Semestralmente, a Companhia, como garantidora, e a Celesc G, como emissora, têm como compromisso contratual (*Covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado do cálculo dessas relações foram, respectivamente, 1,21 e 0,13, cumprindo, assim, tais obrigações.

23.4. Debêntures 2020 – Celesc G

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando R\$37 milhões. A atualização monetária é calculada pela variação acumulada do IPCA divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversíveis em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Possuem prazo de dez anos, contados da data de suas emissões, e juros remuneratórios de 4,30% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros iniciou em junho de 2021 e a amortização iniciará em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva. Até 31 de dezembro de 2021, foram pagos R\$1,66 milhões de remuneração.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*Covenants*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado do cálculo dessa relação foi de 0,13, cumprindo, assim, tal obrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS

23.5. Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2019	373.945	
Ingressos	35.659	
Encargos Provisionados	15.610	
Pagamentos Encargos	(18.064)	
Pagamentos do Principal	(101.961)	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	623	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	490	
Juros s/ Obras em Andamento	206	
Saldo em 31.12.2020	306.508	
Circulante	102.592	
Não Circulante	203.916	
Ingressos	545.450	
Encargos Provisionados	45.502	
Pagamentos Encargos	(31.072)	
Pagamentos do Principal	(101.962)	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	1.224	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	558	
Juros s/ Obras em Andamento	2.457	
Saldo em 31.12.2021	768.665	
Circulante	152.995	
Não Circulante	615.670	

23.6. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Ano 2021	-	1.248
Ano 2022	1.542	1.248
Ano 2023	1.876	660
Ano 2024	1.252	-
Ano 2025	1.054	-
Ano 2026+	1.061	-
Total	6.785	3.156

23.7 Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	Controladora					
	31.12.2020	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa	31.12.2021
Dividendos e JCP a Pagar	123.621	(123.004)	(123.004)	-	133.739	134.356
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 19.5)	-	(206)	(206)	(35)	582	341
Total	123.621	(123.210)	(123.210)	(35)	134.321	134.697

Descrição	Controladora					
	31.12.2019	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa	31.12.2020
Dividendos e JCP a Pagar	67.683	(67.250)	(67.250)	-	123.188	123.621
Total	67.683	(67.250)	(67.250)	-	123.188	123.621

Descrição	Consolidado						
	31.12.2020	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa(ii)	31.12.2021
Emp./Financiamentos	1.654.944	531.107	(931.219)	(400.112)	(85.454)	83.922	1.253.300
Debêntures	306.508	545.450	(101.962)	443.488	(31.072)	49.741	768.665
Dividendos e JCP	123.621	-	(123.004)	(123.004)	-	133.739	134.356
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 19.5)	-	-	(7.529)	(7.529)	(1.418)	23.783	14.836
Total	2.085.073	1.076.557	(1.163.714)	(87.157)	(117.944)	291.185	2.171.157

Descrição	Consolidado						
	31.12.2019	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total da Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa(ii)	31.12.2020
Emp./Financiamentos	1.287.631	770.318	(423.307)	347.011	(66.135)	86.437	1.654.944
Debêntures	373.945	35.659	(101.961)	(66.302)	(18.064)	16.929	306.508
Dividendos e JCP	67.683	-	(67.250)	(67.250)	-	123.188	123.621
Total	1.729.259	805.977	(592.518)	213.459	(84.199)	226.554	2.085.073

NOTAS Explicativas

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$83.922. As debêntures totalizaram R\$49.741, sendo R\$1.782 desse total referentes às custas com debêntures incorridas em 2021 e R\$2.457 juros reconhecidos em obras em andamento (CPC – 20 Custos dos Empréstimo).

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Provisões e Encargos Sociais da Folha	1.030	658	104.110	94.946
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	111.926	132.670
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	9.034	7.479
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	24.665	24.155
Folha de Pagamento Líquida	282	221	15.005	12.670
Total	1.312	879	264.740	271.920
Circulante	1.312	879	214.708	211.656
Não Circulante	-	-	50.032	60.264

24.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

Planos	Tempo Mínimo de Empresa	Número de Parcelas	Número de Parcelas com Adesão ao Plano CD
PDI 2016	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2017	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2018	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2019	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2020	24 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2021	(i) 15 anos	De 24 a 60	Não há

(i) Tempo mínimo de empresa desde que o empregado tenha pelo menos 50 anos de idade. O tempo mínimo de empresa do PDI 2021 independentemente da idade é 24 anos.

Em 23 de abril de 2020, a Celesc D obteve aprovação para a realização de um Plano de Demissão Incentivada Emergencial, denominado PDI-E, para empregados com mais de 33 anos de trabalho. Desligaram-se da empresa 86 empregados.

Plano	Tempo Mínimo de Empresa	Número de Parcelas	Número de Parcelas com Adesão ao Plano CD
PDI-E 2020	33 anos	De 36 a 60	18

Em setembro de 2021 foi aprovada a realização do PDI 2021 (edição vigente). Os desligamentos do PDI 2021 iniciaram em novembro e contam com um total de 8 saídas até o momento.

Desde a implantação do programa até 31 de dezembro de 2021, ocorreram 1.036 desligamentos, que totalizaram despesas no montante de R\$428.444 mil.

A tabela abaixo demonstra a quantidade de empregados desligados e o valor da despesa, classificados por ano.

Ano	Quantidade de Empregados Desligados	Despesa PDI em R\$ Mil
2016	61	16.183
2017	125	79.531
2018	181	68.737
2019	273	87.250
2020	303	112.847
2021	93	63.896
Totais	1.036	428.444

Em dezembro de cada ano ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

NOTAS Explicativas**25. TRIBUTOS****25.1. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e IRRF sobre JSCP**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
IRPJ	-	-	934	10.123
CSLL	-	971	1.301	5.239
IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio – JCP	10.064	6.272	10.064	6.272
Total a Recolher	10.064	7.243	12.299	21.634
(-) Tributos a Recuperar	(37.879)	(25.888)	(46.543)	(14.831)
Tributos Líquidos	(27.815)	(18.645)	(34.244)	6.803

25.2. Outros Tributos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ICMS(i)	-	-	850.543	274.512
PIS e COFINS	12.902	11.329	43.608	70.171
Outros	338	223	4.246	4.540
Total a Recolher	13.240	11.552	898.397	349.223
(-) Tributos a Compensar	-	-	(1.546.340)	(686.910)
Tributos Líquidos	13.240	11.552	(647.943)	(337.687)

(i) O Governo do Estado de Santa Catarina publicou dois decretos, Decreto nº 1.528, de 22 de outubro de 2021, e o Decreto nº 1.679, de 17 de janeiro de 2022, que refletiram na Celesc D com a postergação do ICMS. O ICMS a recolher das competências outubro/2021, novembro/2021, dezembro/2021 e janeiro/2022 tiveram seus vencimentos postergados para os dias 10 de janeiro, 10 de fevereiro, 10 de março e 10 de abril de 2022, respectivamente.

26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Programa Eficiência Energética – PEE (i)	61.937	118.427
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D (i)	47.187	131.873
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	19.472	-
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE (ii)	19.406	19.442
Parcelamento ECE	39.637	53.596
Encargo Conta Bandeiras	177.424	36.244
Taxa de Fiscalização ANEEL	734	768
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial – EAEEE	416	417
Outros	163	232
Total	366.376	360.999
Circulante	295.631	177.921
Não Circulante	70.745	183.078

i) P&D e PEE – Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D e em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Em conformidade com a mesma Lei, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, também devem aplicar esse percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas, porém, apenas em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Em 1º de setembro de 2020, foi publicada a Medida Provisória nº 998, que dispõe sobre alterações em normas legais, compreendendo uma medida temporária emergencial destinada a mitigar os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19 sobre as tarifas de energia elétrica.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.

Com relação ao saldo de 31 de agosto de 2020 e os valores retroativos do período setembro de 2020 a janeiro de 2021, a Celesc D e a Celesc G repassaram os montantes de R\$172,7 milhões e R\$2,6 milhões, respectivamente, em 9 parcelas sucessivas, de abril a dezembro de 2021, corrigidas pela taxa SELIC. A partir da competência de fevereiro de 2021 até a competência dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

Notas Explicativas

ii) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE – Foi instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas emergenciais instaladas no País, disponíveis para gerar energia em caso de risco de desabastecimento. Esse custo foi pago por todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, com exceção dos classificados como baixa renda.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Na data das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

27.1. Contingências Prováveis

Contingências	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões p/ Riscos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Tributária	2.117	2.117	16.813	1.263
Trabalhistas	4.686	4.686	-	-
Cíveis	21.748	6.361	181	182
Regulatórias	8.182	8.182	3.483	3.483
Ambientais	-	-	-	-
Total	36.733	21.346	20.477	4.928

Contingências	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões p/ Riscos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Tributária (i)	3.719	3.753	26.461	19.677
Trabalhistas (ii)	27.696	35.919	43.601	45.002
Cíveis (iii)	142.493	96.982	171.919	162.161
Regulatórias (iv)	155.198	155.215	184.280	247.250
Ambientais (v)	-	-	18.649	18.703
Total	329.106	291.869	444.910	492.793

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões p/ Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões p/Riscos
Saldo em 31.12.2019	23.341	4.538	171.054	506.230
Constituição	306	598	300.785	200.453
Atualização Financeira	-	-	-	(62.500)
Baixas	(2.301)	(208)	(179.970)	(151.390)
Saldo em 31.12.2020	21.346	4.928	291.869	492.793
Constituição	15.581	15.765	183.156	212.301
Atualização Financeira	-	-	-	7.243
Baixas	(194)	(216)	(145.919)	(267.427)
Saldo em 31.12.2021	36.733	20.477	329.106	444.910

O depósito judicial mais relevante se refere a Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito Tributário nº 5012891-49.2020.4.04.7200, no valor de R\$15,1 milhões, proposta pela Celesc visando declarar inexigíveis as CDA's nº 91.2.18.003117-26; 91.2.18.003118-07; 91.6.18. 017006-01; 91.6.18.017009-46 e 91.7.18.002962-43 provenientes de saldo remanescente dos programas REFIS e PAES, as quais restaram incluídas no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, aguardando análise do recurso na Instância Superior.

As baixas mais relevantes por perdas em depósitos judiciais são: R\$16,2 milhões de um processo que trata de ação de cobrança decorrente de contratos de fornecimento de materiais e prestação de serviços em que a autora alega ocorrência de pagamentos a menor; R\$ 11,1 milhões de processo para restituição de valores da majoração na tarifa de energia decorrente da Portaria DNAEE nº 045/1986; R\$ 3,9 milhões de processo de ressarcimento de danos ocasionados por incêndio; e outros três processos de R\$6,2 milhões, de R\$3,3 milhões e de R\$2,2 milhões, onde as autoras alegam que o contrato de prestação de serviços sofreu desequilíbrio contratual e buscam reparação financeira.

As reversões de provisões prováveis mais relevantes são R\$70,2 milhões referentes à CVA por exposição contratual, R\$18,8 milhões de ação civil pública movida pelo Ministério Público, que busca reconhecer a ilegalidade de utilização do índice CDI-Over como forma de correção de parcelamentos concedidos pela Companhia, R\$14,0 milhões de ação que trata de cobrança decorrente de contratos de fornecimento de materiais e prestação de serviços, buscando resolver problemas entendimento de pagamentos a menor, R\$11,0 milhões de ação que questiona a majoração na tarifa de energia decorrente da Portaria DNAEE nº 045/1986, buscando a restituição de valores, e R\$ 3,5 milhões de ação trabalhista proposta por sindicato sobre a forma de cálculo e pagamento de verbas trabalhistas.

Notas Explicativas

A movimentação das constituições de depósitos judiciais no período é decorrente de pagamentos realizados para novas ações e também de ações já existentes.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas à notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

O processo mais relevante, na esfera federal, tem perda estimada de R\$15,1 milhões e se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da execução fiscal nº 50290494820214047200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário. A Celesc opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do crédito tributário. O processo está em andamento.

Outro processo relevante, na esfera federal, tem perda estimada de R\$3,6 milhões e se refere à execução fiscal proposta pela União, tendo por objeto a contribuição previdenciária, prevista no artigo 31 da Lei nº 8212/91, incidente sobre faturas de serviços prestados mediante cessão de mão de obra. A Celesc D opôs embargos à execução fiscal, sustentando a inexigibilidade do tributo, os quais foram julgados parcialmente procedentes, determinando à União a retificação da Certidão de Dívida Ativa (CDA) nos termos da decisão. O processo encontra-se em fase final de ajustamento da CDA e apuração de crédito tributário remanescente.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014.

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D. O processo mais relevante tem perda estimada de R\$16,7 milhões e se refere a ocupação da faixa de domínio da Rodovia BR-101, com equipamentos de infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

27.2. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Contingências	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Tributárias (i)	118.542	4.237
Trabalhistas (ii)	24.167	15.908
Cíveis (iii)	374.429	212.033
Regulatórias (iv)	188.328	176.772
Ambientais (v)	22.988	24.079
Total	728.454	433.029

O aumento ocorrido no saldo das contingências possíveis regulatórias se deu, entre outros fatores, pelo reconhecimento de R\$14,3 milhões referentes ao Auto de Infração nº 030/2020-ANEEL, aplicado à Celesc D, pela não observância dos padrões de qualidade estabelecidos pelo órgão regulador no que diz respeito à continuidade e à frequência das interrupções de energia elétrica. Com relação às ações cíveis, R\$50 milhões são do Ministério Público Federal, tendo como objeto a reparação de danos decorrente do tornado ocorrido na região do Meio Oeste do Estado de Santa Catarina em 2020, e, ainda, R\$43 milhões se referem à processo licitatório.

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil (Nota 17.6.1).

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

Obrigações Registradas	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Planos Previdenciários	880.682	1.239.278
Plano Misto e Plano Transitório (a)	880.682	1.239.278
Planos Assistenciais	1.137.581	1.278.055
Plano Celos Saúde (b)	1.078.690	1.213.968
Outros Benefícios (c)	58.891	64.087
Total	2.018.263	2.517.333
Circulante	219.527	197.901
Não Circulante	1.798.736	2.319.432

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

Notas Explicativas**a) Plano Misto e Plano Transitório**

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado "Plano Transitório" continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Desse total, R\$376,8 milhões referem-se ao saldo da dívida pactuada com a CELOS em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou, a partir de 2015, a atualização monetária e os juros como resultado financeiro, em conformidade com o CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados.

b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

28.1. Resultados da Avaliação Atuarial**28.1.1. Obrigações Atuariais**

Descrição						Consolidado
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Saldo em 31.12.2019	2.687.478	778.947	1.335.525	2.146	62.920	4.867.016
Custo do Serviço Corrente Líquido	7.524	-	(25.801)	147	-	(18.130)
Contrib. de Participante Realizadas no Período	27.529	14.831	41.238	-	-	83.598
Juros s/ Obrigação Atuarial	183.018	50.274	93.198	134	4.180	330.804
Benefícios Pagos no Período	(182.457)	(83.046)	(84.518)	(218)	(4.514)	(354.753)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(104)	5.504	(102.520)	(276)	1.501	(95.895)
Saldo em 31.12.2020	2.722.988	766.510	1.257.122	1.933	64.087	4.812.640
Custo do Serviço Corrente Líquido	4.605	-	(36.439)	127	-	(31.707)
Contrib. de Participante Realizadas no Período	26.928	15.837	52.941	-	-	95.706
Juros s/ Obrigação Atuarial	183.423	46.446	88.080	120	4.164	322.233
Benefícios Pagos no Período	(197.900)	(85.046)	(81.668)	(588)	(4.840)	(370.042)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(231.016)	(60.934)	(151.249)	63	(4.520)	(447.656)
Saldo em 31.12.2021	2.509.028	682.813	1.128.787	1.655	58.891	4.381.174

28.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição						Consolidado
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Passivo (Ativo) em 31.12.2019	1.050.428	417.126	1.308.002	-	62.920	2.838.476
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.887.276)	(362.944)	(43.154)	(12.490)	-	(2.305.864)
Obrigações Atuariais no Fim do Período	2.722.988	766.510	1.257.122	1.933	64.087	4.812.640
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Período	-	-	-	10.557	-	10.557
Passivo (Ativo) em 31.12.2020	835.712	403.566	1.213.968	-	64.087	2.517.333
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.941.920)	(369.239)	(50.097)	(12.800)	-	(2.374.056)
Obrigações Atuariais no Fim do Período	2.509.028	682.813	1.128.787	1.655	58.891	4.381.174
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Período	-	-	-	11.145	-	11.145
Passivo (Ativo) em 31.12.2021	567.108	313.574	1.078.690	-	58.891	2.018.263

Notas Explicativas**28.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos**

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Total
Saldo em 31.12.2019	1.637.050	361.821	27.523	11.362	2.037.756
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(182.457)	(83.046)	(84.518)	(218)	(350.239)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	27.529	14.831	41.239	-	83.599
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	76.016	62.274	53.856	-	192.146
Rendimentos Esperados dos Ativos	111.923	24.054	2.234	769	138.980
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	217.215	(16.990)	2.820	577	203.622
Saldo em 31.12.2020	1.887.276	362.944	43.154	12.490	2.305.864
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(197.900)	(85.046)	(81.668)	(588)	(365.202)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	26.928	15.837	52.941	-	95.706
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	82.693	72.763	55.135	-	210.591
Rendimentos Esperados dos Ativos	128.194	23.019	3.766	835	155.814
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	14.729	(20.278)	(23.231)	63	(28.717)
Saldo em 31.12.2021	1.941.920	369.239	50.097	12.800	2.374.056

28.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Plano Transitório	8.165	11.826
Plano Misto	32.720	51.469
Plano Médico	4.332	27.651
Outros Benefícios	4.290	4.329
Total	49.507	95.275
Despesa Pessoal	(7.474)	55.263
Despesa Financeira	56.981	40.012
Total	49.507	95.275

28.1.5. Premissas

Premissas	Misto	Transitório	Pecúlio	Auxílio Deficiência	Auxílio Funeral	Benefício Mínimo	Saúde
Taxa Real de Desconto Atuarial	5,42%	5,24%	5,40%	5,43%	5,43%	5,27%	5,43%
Retorno Real Esperado s/ os Ativos	5,42%	5,24%	5,40%	5,43%	5,43%	5,27%	5,43%
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,72%	N.U.	0,00%	Não Aplicável	N.U.	0,00%	Não Aplicável
Crescimento Real dos Benef. do Plano Durante o Recebimento	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	N.U.	0,00%	-
HCCTR	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	3,50%
Aging Factor	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	2,50%
Fator de Capacidade s/ os Benefícios	98,31%	98,31%	100,00%	98,31%	N.U.	98,31%	100,00%
Fator de Capacidade s/ os Salários	98,31%	N.U.	N.U.	Não Aplicável	N.U.	N.U.	100,00%
Inflação Esperada	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%
Taxa de Desconto Nominal	10,72%	10,53%	10,70%	10,73%	10,73%	10,57%	10,73%
Retorno Nominal Esperado s/ os Ativos do Plano	10,72%	10,53%	10,70%	10,73%	10,73%	10,57%	10,73%
Taxa nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	7,89%	N.U.	5,03%	Não Aplicável	N.U.	5,03%	Não Aplicável
Crescimento Nom. dos Benef. do Plano Durante o Recebimento	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	N.U.	5,03%	8,71%
Mortalidade Geral	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	AT- 2000 por Male	AT- 2000 por sexo	Não Aplicável	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Mortalidade de Inválidos	AT - 71	AT- 71	AT - 71	AT- 71	AT- 71	AT- 71	AT- 71
Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	N.U.	Álvaro Vindas	Não Aplicável	N.U.	N.U.	Álvaro Vindas
Taxa Anual de Rotatividade	1,49%	N.U.	N.U.	Não Aplicável	N.U.	N.U.	1,49%
Entrada em Aposentadoria	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	61 anos
Composição Familiar	Família real para os aposentados e pensionistas. Família média para os ativos (80% de casados e homem 3 anos mais velho do que a mulher)	Família Real	N.U.	Não Aplicável	Família Média	Família Real	Família Efetiva

N.U – Não Utilizado

Notas Explicativas**28.1.6. Despesa Estimada para o Exercício de 2022**

A estimativa da despesa para o exercício de 2022 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado	
	Despesa a ser reconhecida em 2022	
Plano Transitório	29.097	
Plano Misto	57.710	
Plano Pecúlio	136	
Plano Médico	70.344	
Outros	5.975	
Total	163.262	

28.1.7. Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto/Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Saldo em 31.12.2019	1.467.554	1.308.002	-	62.920	2.838.476
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	104.839	65.163	147	4.180	174.329
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	(194.825)	(105.341)	(147)	1.501	(298.812)
Contribuições do Empregador	(138.290)	(53.856)	-	-	(192.146)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	-	-	-	(4.514)	(4.514)
Saldo em 31.12.2020	1.239.278	1.213.968	-	64.087	2.517.333
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	83.259	47.875	127	4.164	135.425
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	(286.399)	(128.018)	(127)	(4.520)	(419.064)
Contribuições do Empregador	(155.456)	(55.135)	-	-	(210.591)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	-	-	-	(4.840)	(4.840)
Saldo em 31.12.2021	880.682	1.078.690	-	58.891	2.018.262

29. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

Em 1º de abril de 2019, conforme narrativa já descrita na Nota 11 de Tributos a Recuperar, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial autuado sob o nº 5006834-93.2012.4.04.7200, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. A decisão limitou os efeitos para o período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Companhia adotou entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial serão ressarcidos aos consumidores mediante mecanismos a serem definidos pela ANEEL. Devido à sistemática adotada, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores).

Com relação ao Passivo e a respectiva forma de devolução, o tema ainda é alvo de discussão administrativa pelo colegiado da ANEEL via abertura da Consulta Pública nº 005/2021, publicada em 10 de fevereiro de 2021. O período de contribuição foi definido até 29 de março de 2021, com vistas à obtenção de subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários advindos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS mencionados anteriormente.

Quanto à proposta de devolução, os principais pontos abordados pela agência reguladora são os seguintes: i) como devem ser devolvidos os valores; ii) em quanto tempo deve ser realizada a devolução; iii) medidas de incentivos pela atuação das distribuidoras em âmbito judicial no deslinde da questão e iv) quais as alternativas para a operacionalização da devolução dos créditos e possíveis implicações.

Tendo em conta o preâmbulo da discussão, a Celesc D ponderou em sua contribuição que há a necessidade, dentre outras, de avaliação também quanto à prescrição como marco de limitação para devolução aos consumidores, fundamental para não incorrer em repetição de indébito. Nesse sentido, considera-se relevante a avaliação do órgão regulador, no que se refere à prescrição dos respectivos créditos, considerando a discussão da forma de devolução em virtude do elevado intervalo temporal abrangido nos processos e da definição clara sobre os prazos prescricionais, podendo tal fato ser relegado ao judiciário, eventualmente, a depender da recomendação da agência reguladora.

A Consulta Pública nº 005/2021, apesar de ter seu prazo de contribuições se encerrado em 29 de março de 2021, continua sob apreciação da Agência Reguladora.

Destaca-se que no âmbito da Consulta Pública nº 26/2021 – Revisão Tarifária da Celesc D, a distribuidora encaminhou proposição de antecipação provisória para os consumidores da área de sua concessão, da quantia de R\$ 795 milhões, como componente financeiro negativo extraordinário baseado em parte do montante habilitado e em processo de homologação junto à Receita Federal do Brasil. A Celesc D destacou a prerrogativa de pleitear ajustes futuros que equalizem eventuais diferenças financeiras entre o valor acima mencionado e a regulação a ser editada pela ANEEL, bem como ajustes financeiros em processos tarifários

Notas Explicativas

subsequentes, no caso de ações propostas por consumidores individuais eventualmente não beneficiados pela devolução do PIS/COFINS.

Ressalta-se, ainda, que a utilização de tais recursos na Revisão Tarifária de 22 de agosto de 2021, para repasse aos consumidores como um componente financeiro tarifário tem caráter provisório, sendo que a proposta de repasse definitiva se encontra em discussão junto ao processo nº 48500.001747/2020-22.

30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**30.1. Capital Social**

Em 29 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas aprovou uma alteração do Estatuto Social da Companhia, que entre outras providências, estabeleceu novos valores de Capital Social.

Com a alteração, o Capital Autorizado ficou limitado a R\$2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais), representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2.480.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e oitenta milhões de reais), representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

30.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

30.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de dividendos calculada para o Exercício de 2021 é de 25%, conforme definido pela Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, observadas suas limitações.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Lucro Líquido do Exercício	563.172	518.685
(-) Constituição de Reserva Legal	(28.159)	(25.934)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos e JSCP	535.013	492.751
Dividendos Propostos (Pay-out praticado 25%)	133.753	123.188
(-) JCP (Líquido)	113.679	71.146
Dividendos Complementares	20.074	52.042
(+) Saldo de Dividendos e JCP a Pagar de Exercícios Anteriores	603	433
Dividendos a Pagar (Passivo Circulante)	134.356	123.621

Se considerarmos apenas os dividendos aprovados para distribuição na competência do exercício, temos a seguinte situação:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos e JSCP a Distribuir do Exercício (25%)	113.679	123.188
Total de Dividendos e JSCP do Exercício	113.679	123.188

Conforme Plano Diretor vigente, a Companhia adotou uma política indicativa de distribuição de dividendos de, no mínimo, 30% do Lucro Líquido ajustado, com base nas Demonstrações Financeiras anuais, se não houver limitação determinada em suas obrigações financeiras e outros fatores. Desta maneira, a Companhia provisionou o mínimo obrigatório de 25% por conta de obrigação em cláusula contratual das Debêntures da Celesc G, na qual é fiadora.

30.4. Lucro Básico e Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Nesse período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Informações Trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos períodos de 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no Lucro por ação.

30.5. Composição do Lucro Básico e Diluído

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	13,7776	12,6892
Ações Preferenciais Nominativas – PN	15,1553	13,9581
Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	213.926	197.027
Ações Preferenciais Nominativas – PN	349.246	321.658
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	563.172	518.685

30.6. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$1.050,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, e R\$1.267,1 milhões, em 31 de dezembro de 2020, no Patrimônio Líquido:

	Consolidado	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	31.12.2021	31.12.2020
Custo Atribuído – Celesc G (a)	14.099	14.589
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (b)	(1.064.375)	(1.281.733)
Total	(1.050.276)	(1.267.144)

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

31. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2021, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Valor Segurado (i)
Celesc D	Seguro Garantia	Garantia de Processos Judiciais/Administrativos	29.12.2017 a 28.02.2022	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2021 a 14.05.2022	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2021 a 08.08.2022	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2021 a 08.08.2022	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2021 a 08.08.2022	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2021 a 08.08.2022	24.272
Celesc G	Seguro Garantia	Garantia de Aproveitamento Hidrelétrico da US	25.11.2020 a 25.11.2022	307

(i) As premissas e os riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva e correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as seguintes:

31.12.2021

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	11.087.657	261.763	(7.870)	11.341.550
Custo das Vendas	-	(10.014.977)	(47.402)	7.870	(10.054.509)
Resultado Operacional Bruto	-	1.072.680	214.361	-	1.287.041
Despesas com Vendas	-	(258.425)	35.939	-	(222.486)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.634)	(310.281)	(19.902)	-	(353.817)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(10.380)	26.094	(1.765)	-	13.949
Resultado de Equivalência Patrimonial	616.172	-	7.524	(551.013)	72.683
Resultado das Atividades	582.158	530.068	236.157	(551.013)	797.370
Receitas Financeiras	(6.016)	259.356	6.396	(1.671)	258.065
Despesas Financeiras	(143)	(226.945)	(8.489)	1.671	(233.906)
Resultado Financeiro, Líquido	(6.159)	32.411	(2.093)	-	24.159
Lucro Antes IRPJ e CSLL	575.999	562.479	234.064	(551.013)	821.529
IRPJ e CSLL	(12.827)	(177.274)	(68.256)	-	(258.357)
Lucro Líquido do Período	563.172	385.205	165.808	(551.013)	563.172
Total dos Ativos	2.803.107	10.665.932	924.364		
Total dos Passivos	181.738	9.182.411	232.941		

31.12.2020

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	8.711.727	152.839	(5.866)	8.858.700
Custo das Vendas	-	(7.626.762)	(34.082)	5.866	(7.654.978)
Resultado Operacional Bruto	-	1.084.965	118.757	-	1.203.722
Despesas com Vendas	-	(140.951)	(6.059)	-	(147.010)
Despesas Gerais e Administrativas	(19.632)	(378.077)	(15.434)	-	(413.143)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(2.525)	(17.657)	1.665	-	(18.517)
Resultado de Equivalência Patrimonial	537.491	-	10.049	(490.957)	56.583
Resultado das Atividades	515.334	548.280	108.978	(490.957)	681.635
Receitas Financeiras	(5.751)	235.313	3.357	(1.832)	231.087
Despesas Financeiras	(81)	(183.337)	(6.421)	1.832	(188.007)
Resultado Financeiro, Líquido	(5.832)	51.976	(3.064)	-	43.080
Lucro Antes IRPJ e CSLL	509.502	600.256	105.914	(490.957)	724.715
IRPJ e CSLL	9.183	(191.208)	(24.005)	-	(206.030)
Lucro Líquido do Período	518.685	409.048	81.909	(490.957)	518.685
Total dos Ativos	2.133.733	9.553.390	768.717		
Total dos Passivos	149.091	8.563.389	199.730		

32.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Receita Operacional Bruta – ROB	16.989.199	13.629.201
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	7.530.076	5.893.269
Fornecimento não faturado (a)	44.752	(5.149)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	586.509	510.273
Suprimento não faturado (a)	4.738	1.373
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	4.928.234	4.515.840
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	20.373	6.662
Receita Financeira (a)	143.592	45.570
Renda de Prestação de Serviços	1.519	912
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.238.547	528.922
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	1.121.176	869.317
Outras Receitas Operacionais	8.630	5.164
Doações e Subvenções (ii)	650.149	664.573
Receita de construção	710.904	592.475
Deduções da Receita Operacional Bruta	(5.647.649)	(4.770.501)
ICMS	(2.686.005)	(2.271.520)
PIS	(247.177)	(214.448)
COFINS	(1.138.513)	(987.763)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.319.313)	(1.203.282)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(53.171)	(41.577)
Programa Eficiência Energética – PEE	(51.895)	(40.625)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(9.014)	(8.511)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(1.381)	(2.267)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(141.180)	(508)
Receita Operacional Líquida – ROL	11.341.550	8.858.700

Notas Explicativas

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605/2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), no exercício de 2021, foi de R\$575.381. Os demais valores se referem ao Programa de Baixa Renda, no montante de R\$14.369, ao fornecimento de Bandeiras CCRBT, no montante de R\$65.809 e à diferença de reembolso CDE, no montante de R\$5.410, sendo esse último com efeito negativo no total do demonstrativo.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Residencial	2.543.070	2.468.904	6.483.157	6.292.611	4.796.552	3.953.569
Industrial	126.827	117.272	11.251.757	10.182.873	1.801.118	1.488.379
Comercial	299.128	287.506	4.382.998	4.076.743	2.521.887	2.066.673
Rural	230.672	232.645	1.189.820	1.222.883	745.411	610.979
Poder Público	24.221	23.735	378.776	350.098	289.397	230.025
Iluminação Pública	961	910	614.924	637.219	298.251	242.712
Serviço Público	3.942	3.753	397.694	382.178	258.614	214.666
Reclassif. Rec. Disp. Rede Elét. Cons.Cat.	-	-	-	-	(3.136.402)	(2.918.883)
Total do Fornecimento	3.228.821	3.134.725	24.699.126	23.144.605	7.574.828	5.888.120
Suprimento de Energia	114	109	2.850.578	2.664.774	591.247	511.646
Receita Fin. Ind. Projeto Básico Usina Pery	-	-	-	-	79.308	-
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	64.284	45.570
Total	3.228.935	3.134.834	27.549.704	25.809.379	8.309.667	6.445.336

(i) Informações não auditadas

32.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	31.12.2021
					Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	6.577.005	-	-	-	6.577.005
Repactuação Risco Hidrológico – GSF	28.110	-	-	-	28.110
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.966.722	-	-	-	1.966.722
Pessoal (c)	373.024	215.466	62.648	22.764	673.902
Administradores	-	9.420	-	-	9.420
Despesa Atuarial	-	(7.474)	-	-	(7.474)
Entidade de Previdência Privada (c)	15.208	8.494	2.268	-	25.970
Material	22.575	7.232	-	-	29.807
Custo de Construção	710.904	-	-	-	710.904
Custos e Serviços de Terceiros	137.575	85.911	62.795	1.339	287.620
Depreciação e Amortização	215.419	27.897	418	1.971	245.705
Provisões Líquidas	-	-	62.231	15.131	77.362
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	276	276
Arrendamento e Aluguéis	17	11.604	18	(295)	11.344
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(182.233)	(182.233)
Outras Receitas	-	-	-	(8.588)	(8.588)
Outros	7.950	(4.733)	32.108	135.686	171.011
Total	10.054.509	353.817	222.486	(13.949)	10.616.863

31.12.2020

(Reclassificado)

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	31.12.2020
					Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	5.134.866	-	-	-	5.134.866
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.183.603	-	-	-	1.183.603
Pessoal (c)	391.716	210.202	60.227	27.011	689.156
Administradores	-	7.647	-	-	7.647
Despesa Atuarial	-	55.263	-	-	55.263
Entidade de Previdência Privada (c)	16.192	8.208	2.463	-	26.863
Material	11.055	5.454	-	-	16.509
Custo de Construção	592.475	-	-	-	592.475
Custos e Serviços de Terceiros	104.020	76.556	59.907	1.028	241.511
Depreciação e Amortização	213.653	25.300	-	1.971	240.924
Provisões Líquidas	-	-	(6.491)	47.659	41.168
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	525	525
Arrendamento e Aluguéis	1.973	19.584	550	(260)	21.847
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(152.799)	(152.799)
Outros	5.425	4.929	30.354	93.382	134.090
Total	7.654.978	413.143	147.010	18.517	8.233.648

NOTAS Explicativas**a) Energia Elétrica Comprada para Revenda**

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	3.873.381	2.460.751
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	1.179.390	1.062.002
Itaipu Binacional	1.314.251	1.312.983
Contratos Bilaterais	18.957	21.328
Cotas de Energia Nuclear	162.091	195.843
Cotas de Garantia Física	483.449	428.565
Proinfra	210.112	170.641
PIS/COFINS	(664.626)	(517.247)
Total	6.577.005	5.134.866

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Encargo de Uso do Sistema	1.160.550	988.069
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	832.851	119.431
Encargos de Transporte de Itaipu	107.193	109.945
Encargo de Energia de Reserva – EER	66.593	86.815
PIS/COFINS	(200.465)	(120.657)
Total	1.966.722	1.183.603

c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Pessoal	7.990	6.138	673.902	689.156
Remunerações	7.667	5.833	296.203	280.380
Encargos Sociais	191	205	116.242	111.620
Participação nos Lucros e Resultados	61	-	38.654	38.635
Benefícios Assistenciais	-	-	82.193	67.526
Provisões e Indenizações	-	50	140.232	190.876
Outros	71	50	378	119
Previdência Privada – Celos	11	3	25.970	26.863
Total	8.001	6.141	699.872	716.019

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

32.3. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas Financeiras	(6.016)	(5.751)	258.065	231.087
Renda de Aplicações Financeiras	1.575	473	29.239	16.533
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	106.987	114.666
Variações Monetárias	251	-	81.455	61.667
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro – CVA	-	-	50.702	42.866
Renda de Dividendos	4.327	4.807	4.327	4.807
Juros sobre Capital Próprio	138.752	122.441	139.992	122.441
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	(138.749)	-	(139.989)	(122.441)
Reversão da Provisão para Perdas de Ativo Financeiro	-	(122.441)	11	80
Outras Receitas Financeiras	784	335	11.356	13.461
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(12.956)	(11.366)	(26.015)	(22.993)
Despesas Financeiras	(143)	(81)	(233.906)	(188.007)
Encargos de Dívidas	-	-	(81.371)	(86.537)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(56.981)	(40.012)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(4.342)	-
Variações Monetárias	-	-	(37.778)	(14.105)
Juros s/Capital Próprio – JCP	(123.743)	(77.417)	(123.743)	(101.589)
Reversão de Juros s/Capital Próprio – JCP	123.743	77.417	123.743	101.589
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(7.223)	(7.200)
Atualização Monetária s/ Passivo Financeiro – CVA	-	-	(26.538)	(28.327)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(9.649)	(6.812)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(35)	-	(1.418)	-
Outras Despesas Financeiras	(108)	(81)	(8.606)	(5.014)
Resultado Financeiro	(6.159)	(5.832)	24.159	43.080

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D**33.1. Balanço Patrimonial – Ativo**

Ativo	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	3.551.198	3.765.236
Caixa e Equivalentes de Caixa	753.816	1.061.116
Contas a Receber de Clientes	1.912.314	1.889.243
Estoques	13.479	12.221
Tributos a Recuperar	552.179	583.781
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	49.231	47.032
Bônus Escassez Hídrica	102.861	-
Outros	167.318	171.843
Não Circulante	7.095.883	5.788.154
Realizável a Longo Prazo	3.275.516	2.177.444
Contas a Receber de Clientes	27.212	29.236
Tributos Diferidos	708.001	871.596
Tributos a Recuperar	1.019.951	106.149
Depósitos Judiciais	292.261	270.170
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	754.772	610.216
Ativo Financeiro – CVA	470.286	286.861
Outros	3.033	3.216
Imobilizado	14.013	-
Intangível	3.806.354	3.610.710
Total do Ativo	10.647.081	9.553.390

33.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	3.270.411	3.523.748
Fornecedores	1.078.658	1.217.190
Empréstimos Moeda Nacional	5.404	860.552
Empréstimos Moeda Estrangeira	18.155	5.349
Debêntures	117.739	67.558
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	213.396	210.777
Tributos a Recolher	901.233	351.984
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Declarados	92.687	97.149
Taxas Regulamentares	295.233	176.672
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i) (ii)	86.425	91.832
Arrendamentos de Aluguéis	5.993	-
Passivo Atuarial (CPC 33)	219.527	197.901
Passivos Financeiros – CVA	39.826	142.491
Bônus Escassez Hídrica	102.861	-
Outros Passivos	93.274	104.293
Não Circulante	5.893.149	5.039.641
Empréstimos Moeda Nacional	97.818	83.870
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.131.923	705.173
Debêntures	558.269	115.714
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	50.032	60.264
Taxas Regulamentares	69.714	180.358
Arrendamento de Aluguéis	8.502	-
Passivo Atuarial (CPC 33)	1.798.736	2.319.432
Provisão p/ Contingências	424.433	487.375
PIS/COFINS a serem Restituídos a Consumidores	1.748.472	1.087.455
Outros Passivos	5.250	-
Patrimônio Líquido	1.483.521	990.001
Capital Social Realizado	1.250.000	1.053.590
Reservas de Lucro	1.297.896	1.218.144
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.064.375)	(1.281.733)
Total do Passivo	10.647.081	9.553.390

(i) Mútuos entre Celesc D e Celesc G

Em reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 21 de janeiro de 2020, foi aprovado o repasse de recursos da Celesc G para a Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. A finalidade da operação é para capital de giro e a anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho no 3679/2019, de 27 de dezembro de 2019.

O contrato foi assinado em 26 de fevereiro de 2020, com vigência para 12 (doze) meses. Os repasses foram feitos nos valores de R\$40 milhões na data da assinatura e R\$50 milhões no dia seguinte, totalizando R\$90 milhões, que equivalem ao limite estabelecido.

Os juros remuneratórios da operação são correspondentes a 96,75% do CDI ao ano, da variação acumuladas das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3. A quitação aconteceu em seu vencimento, 25 de fevereiro de 2021, e durante a vigência do contrato foram pagos R\$2,2 milhões de juros remuneratórios.

Notas Explicativas

Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Celesc G aprovou o repasse de R\$70 milhões à Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. A anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3.316, de 19 de outubro de 2021, tendo sido firmado o contrato entre as partes em 1º de novembro de 2021.

Serão acrescidos ao principal, juros de CDI +2,1% a.a., que serão pagos ao final do contrato, com vigência de 12 meses.

Os recursos têm a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante dos desafios para o cumprimento do Contrato de Concessão e de todas as exigências regulatórias para o alcançar dos indicadores de qualidade.

O montante total foi repassado na data da assinatura do contrato e, até 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos R\$1,2 milhões de juros remuneratórios.

(ii) Mútuo entre Celesc D e Celesc H

Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de administração da companhia aprovou o repasse de R\$15 milhões à Celesc D na forma de Contrato de Mútuo, firmado em 1º de novembro de 2021, data em que o montante foi repassado.

A anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3.317, de 19 de outubro de 2021, e o valor contratado será remunerado por juros de CDI +2,1% a.a., que serão pagos ao final do contrato com vigência de 12 meses.

Os recursos têm a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante dos desafios para o cumprimento do Contrato de Concessão e de todas as exigências regulatórias para o cumprimento dos indicadores de qualidade.

33.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Receita Operacional Líquida – ROL	11.087.657	8.711.727
Receita Líquida de Vendas e Serviço de Energia Elétrica	9.235.204	7.243.273
Receita de Ativos (Passivos) Financeiros (CVA)	1.121.176	869.317
Receita de Construção – CPC 47	710.904	592.475
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	20.373	6.662
Custos de Vendas/Serviços Prestados	(10.014.977)	(7.626.762)
Custo das Mercadorias Vendidas	(8.531.122)	(6.302.875)
Custo dos Serviços Prestados	(772.951)	(731.412)
Custo de Construção – CPC 47	(710.904)	(592.475)
Resultado Operacional Bruto	1.072.680	1.084.965
Despesas Operacionais	(542.612)	(536.685)
Despesas com Vendas	(258.425)	(140.951)
Despesas Gerais e Administrativas	(310.281)	(378.077)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26.094	(17.657)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	530.068	548.280
Resultado Financeiro	32.411	51.976
Receitas Financeiras	259.356	235.313
Despesas Financeiras	(226.945)	(183.337)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	562.479	600.256
IRPJ e CSLL	(177.274)	(191.208)
Corrente	(125.651)	(155.710)
Diferido	(51.623)	(35.498)
Lucro Líquido do Período	385.205	409.048

33.3.1. Receita Operacional

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Receita Operacional Bruta – ROB	16.713.725	13.464.393
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	7.501.334	5.858.042
Fornecimento Não Faturado (a)	43.830	(5.176)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	486.287	425.203
Ativos e (Passivos) Financeiros – CVA	1.121.176	869.317
Disponibilização da Rede Elétrica	4.930.976	4.518.299
Energia de Curto Prazo	1.238.547	528.922
Doações e Subvenções	650.149	664.573
Receita de Construção	710.904	592.475
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	20.373	6.662
Outras Receitas Operacionais	10.149	6.076
Deduções da Receita Operacional Bruta	(5.626.068)	(4.752.666)
ICMS	(2.686.005)	(2.271.520)
PIS	(243.992)	(211.982)
COFINS	(1.123.846)	(976.404)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.319.313)	(1.203.282)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(51.895)	(40.625)
Programa Eficiência Energética – PEE	(51.895)	(40.625)
Taxa de Fiscalização	(7.942)	(7.720)
Outros Encargos	(141.180)	(508)
Receita Operacional Líquida – ROL	11.087.657	8.711.727

NOTAS Explicativas**a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica**

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Nº de Consumidores (i)			MWh (i)		Receita Bruta
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Residencial	2.543.070	2.468.904	6.483.157	6.292.611	4.796.552	3.953.569
Industrial	126.818	117.264	11.164.190	10.053.909	1.781.212	1.460.597
Comercial	299.127	287.505	4.331.549	4.031.678	2.512.129	2.059.201
Rural	230.672	232.645	1.189.820	1.222.883	745.411	610.979
Poder Público	24.221	23.735	378.776	350.098	289.397	230.025
Iluminação Pública	961	910	614.924	637.219	298.251	242.712
Serviço Público	3.942	3.753	397.694	382.178	258.614	214.666
Reclassif. Receita Disp. Rede Elét.– Cons.Cativo	-	-	-	-	(3.136.402)	(2.918.883)
Total do Fornecimento	3.228.811	3.134.716	24.560.110	22.970.576	7.545.164	5.852.866
Suprimento de Energia	51	51	2.329.194	2.168.254	486.287	425.203
Total	3.228.862	3.134.767	26.889.304	25.138.830	8.031.451	6.278.069

(i) Informações não auditadas

33.3.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.12.2021
					Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	8.531.122	-	-	-	8.531.122
Pessoal	370.454	194.467	62.057	22.550	649.528
Despesa Atuarial	-	(7.474)	-	-	(7.474)
Entidade Previdência Privada	15.208	8.483	2.268	-	25.959
Material	22.140	6.814	-	-	28.954
Custo de Construção	710.904	-	-	-	710.904
Custos e Serviços de Terceiros	131.903	77.097	62.586	1.339	272.925
Depreciação e Amortização	225.323	27.309	418	-	253.050
Provisões Líquidas	-	-	99.033	29	99.062
Outros	7.923	3.585	32.063	(50.012)	(6.441)
Total	10.014.977	310.281	258.425	(26.094)	10.557.589

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.12.2020
					Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	6.302.875	-	-	-	6.302.875
Pessoal	389.349	192.811	59.647	27.011	668.818
Despesa Atuarial	-	55.263	-	-	55.263
Entidade Previdência Privada	16.192	8.205	2.463	-	26.860
Material	10.637	5.389	-	-	16.026
Custo de Construção	592.475	-	-	-	592.475
Custos e Serviços de Terceiros	99.163	68.740	59.391	1.028	228.322
Depreciação e Amortização	208.620	24.293	-	-	232.913
Provisões Líquidas	-	-	(11.388)	49.401	38.013
Outros	7.451	23.376	30.838	(59.783)	1.882
Total	7.626.762	378.077	140.951	17.657	8.163.447

Notas Explicativas**34. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G****34.1. Balanço Patrimonial – Ativo**

Ativo	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	158.629	119.428
Caixa e Equivalentes de Caixa	63.400	54.668
Contas a Receber de Clientes	18.980	29.727
Estoques	77	92
Tributos a Recuperar	2.297	223
Adiantamento a Fornecedores	1.805	918
Despesas Antecipadas	125	125
Dividendos a Receber	1.054	-
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	36.771	33.674
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	34.115	-
Outros	5	1
Não Circulante	765.735	649.289
Realizável à Longo Prazo	515.008	366.276
Mútuos (Nota 32.2)	71.174	91.832
Depósitos Judiciais	112	353
Tributos a Recuperar	925	3.755
Despesas Antecipadas	-	2
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	292.578	267.913
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	132.798	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	15.000	-
Investimentos	88.423	79.198
Imobilizado	114.462	201.413
Intangível	47.842	2.402
Total do Ativo	924.364	768.717

34.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	91.917	83.849
Fornecedores	8.864	7.530
Debêntures	35.256	35.034
Tributos a Recolher	6.507	18.134
Taxas Regulamentares	398	1.249
Dividendos a Pagar	39.379	20.546
Outros	1.513	1.356
Não Circulante	141.024	115.881
Debêntures	57.401	88.202
Tributos Diferidos	82.592	24.469
Taxas Regulamentares	1.031	2.720
Provisão p/ Contingências	-	490
Patrimônio Líquido	691.423	568.987
Capital Social	450.000	250.000
Reserva Legal	29.990	21.700
Reserva de Retenção de Lucros	189.458	279.900
Dividendos a Disposição da AGO	7.876	2.798
Ajuste de Avaliação Patrimonial	14.099	14.589
Total do Passivo	924.364	768.717

34.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Receita Operacional Líquida – ROL	261.763	152.839
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	261.763	152.839
Custos de Vendas	(47.402)	(34.082)
Custo de Operação	(47.402)	(34.082)
Lucro Bruto	214.361	118.757
Despesas Operacionais	21.796	(9.779)
Com Vendas	35.939	(6.059)
Gerais e Administrativa	(19.902)	(15.434)
Outras Despesas/Receitas Líquidas	(1.765)	1.665
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.524	10.049
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	236.157	108.978
Resultado Financeiro	(2.093)	(3.064)
Receitas Financeiras	6.396	3.357
Despesas Financeiras	(8.489)	(6.421)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	234.064	105.914
IRPJ e CSLL	(68.256)	(24.005)
Corrente	(10.134)	(19.132)
Diferido	(58.122)	(4.873)
Lucro Líquido do Período	165.808	81.909

NOTAS EXPLICATIVAS**34.3.1. Receita Operacional**

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	283.344	170.674
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	19.027	27.755
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	922	27
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	9.758	7.472
Suprimento de Energia Elétrica	83.622	65.007
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	4.738	1.373
Energia Elétrica de Curto Prazo	21.685	23.470
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	64.284	45.570
Atualização/Juros Ind. Projeto Básico Usina Pery	79.308	-
Deduções da Receita Operacional	(21.581)	(17.835)
PIS	(3.184)	(2.466)
COFINS	(14.668)	(11.359)
Taxa Fiscalização ANEEL	(1.072)	(791)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.276)	(952)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(1.381)	(2.267)
Receita Operacional Líquida – ROL	261.763	152.839

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Industrial	9	8	87.567	128.964	19.949	27.782
Comercial, Serviços e Outros	1	1	51.449	45.065	9.758	7.472
Suprimento de Energia	63	58	507.499	453.977	88.360	66.380
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	13.885	42.543	21.685	23.470
Receita Financeira - Bonificação de Outorga	-	-	-	-	64.284	45.570
Receita Financeira – Ind. Projeto Básico Us. Pery	-	-	-	-	79.308	-
Total	73	67	660.400	670.549	283.344	170.674

(i) Informações não auditadas

34.3.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31.12.2021					Total
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas		
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	17.690	-	-	-	-	17.690
Repactuação Risco Hidrológico GSF	28.110	-	-	-	-	28.110
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.742	-	-	-	-	2.742
Pessoal	2.570	13.009	591	214	-	16.384
Material	435	418	-	-	-	853
Custos e Serviços de Terceiros	5.715	3.315	209	-	-	9.239
Depreciação e Amortização	(9.904)	365	-	-	-	(9.539)
Seguros	213	-	-	-	-	213
Provisões Líquidas	-	-	(36.802)	(447)	-	(37.249)
Tributos	(169)	88	63	-	-	(18)
Aluguéis	-	104	-	(3)	-	101
Doações	-	-	-	276	-	276
Outros	-	2.603	-	1.725	-	4.328
Total	47.402	19.902	(35.939)	1.765	1.765	33.130

Descrição	31.12.2020					Total
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas		
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	19.001	-	-	-	-	19.001
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.459	-	-	-	-	2.459
Pessoal	2.367	11.253	580	-	-	14.200
Material	418	65	-	-	-	483
Custos e Serviços de Terceiros	4.857	2.727	516	-	-	8.100
Depreciação e Amortização	5.033	1.003	-	-	-	6.036
Seguros	222	-	-	-	-	222
Provisões Líquidas	-	-	4.897	(2.132)	-	2.765
Tributos	(275)	99	66	-	-	(110)
Aluguéis	-	287	-	-	-	287
Doações	-	-	-	525	-	525
Outros	-	-	-	(58)	-	(58)
Total	34.082	15.434	6.059	(1.665)	(1.665)	53.910

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1. Pagamento do Mútuo entre a Companhia e a Celesc D

Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de administração da companhia aprovou o repasse de R\$15 milhões à Celesc D na forma de Contrato de Mútuo, firmado em 29 de outubro de 2021, com anuência da ANEEL. Em 1º de novembro de 2021, foram repassados os valores à Celesc D.

Em 3 de fevereiro de 2022, ocorreu o término do contrato de Mútuo entre a Companhia (Mutuante) e a Celesc D (Mutuária). Nesta data, a Celesc D efetuou o pagamento de R\$15,3 milhões.

35.2. Captação de Recursos na Celesc D

Em 12 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração, aprovou a Contratação da Cédula de Crédito Bancário – CCB, para a Celesc D, no valor de R\$550 milhões, junto ao Banco Safra, vencedor do Processo da Chamada Pública nº 22/00263905.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso IV da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, abaixo se encontra demonstrada a Proposta de Orçamento de Capital das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas subsidiárias para o ano de 2022, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião extraordinária no dia 30 de novembro de 2021, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei Federal nº 6.404/76.

Programas	Celesc D	Celesc G	Celesc H	Consolidado
Ativos Elétricos	863.000	-	-	863.000
Ativos Não-Elétricos	125.000	1.363	-	126.363
Usinas Próprias	-	16.136	-	16.136
Ampliação de Usinas	-	9.300	-	9.300
Participadas	-	500	-	500
Novos Negócios	-	27.300	10	27.310
Apropriação da Mão de Obra	74.104	-	-	74.104
TOTAL	1.062.104	54.600	10	1.116.713

Origem	Celesc D	Celesc G	Celesc H	Consolidado
Recursos de Terceiros	265.000	-	-	265.000
Recursos Próprios	693.544	54.600	10	748.153
Participação Financeira Consumidor	103.560	-	-	103.560
TOTAL	1.062.104	54.600	10	1.116.713

Valores em R\$ Mil

CAPEX – Celesc Distribuição S.A.

Investimentos no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica:

Dos R\$863,0 milhões a serem investidos na rede de distribuição de energia, R\$767,88 milhões serão utilizados pela área técnica para viabilizar obras de ampliação e melhoria do sistema e R\$95,12 milhões serão investidos pela área comercial, principalmente na instalação e modernização de equipamentos de medição. Cabe destacar que parte dos investimentos realizados pela Companhia possui participação e/ou contrapartida do consumidor conforme regras regulatórias.

Investimentos em Instalações Gerais, Tecnologia da Informação e Veículos:

Serão R\$88,67 milhões em aquisição de hardware e software para a rede corporativa, R\$35,82 milhões em veículos e R\$0,51 milhão em equipamentos, ferramentas e mobiliários diversos.

CAPEX – Celesc Geração S.A.

Do montante de R\$54,6 milhões aprovados para 2022, serão investidos R\$27,3 milhões em novos negócios, R\$25,44 milhões na ampliação e melhorias das usinas, R\$0,5 milhão em previsão de aporte de capital nas participadas e R\$ 1,36 milhão em veículos, tecnologia da informação e equipamentos diversos.

CAPEX Controladora – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Além dos valores orçados para as subsidiárias integrais, conforme elencados acima, estão previstos outros R\$0,01 milhão a ser investido pela Controladora em novos negócios.

Desta forma, incluindo a apropriação de mão de obra, no valor de R\$74,1 milhões, o orçamento de investimento consolidado da Companhia para 2022 totaliza o R\$1.116,71 milhões.



~~Outras informações que a Companhia Entenda Relevantes~~

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Consoante com o posicionamento dos auditores da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PwC aprova os referidos documentos e propõe a aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 10 de março de 2022.

João Eduardo Noal Berbigier
Presidente

Amir Antônio Martins de Oliveira Junior

Cleicio Poletto Martins

Fábio William Loreti

Fabricio Santos Debortoli

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire

Leandro Nunes da Silva

Luiz Alberton

Luiz Otavio Assis Henriques

Michelle Silva Wangham

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Porque é um PAA GSF - Generation Scaling Factor - (Notas 2.1.2.6, 4.14.3 e 20.2) (consolidado) Em setembro de 2021 a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de realocação de energia - MRE, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), entre as quais incluem as usinas UHEs Garcia, Bracionho, Cedros, Palmeiras, Salto e Pery, e a PCH Celso Ramos da controlada Celesc Geração S.A. ("Celesc G"). O Conselho de Administração da Celesc G havia aprovado a adesão à repactuação do risco hidrológico para tais usinas a partir da homologação. Com a homologação dos prazos de extensão e adesão à repactuação do risco hidrológico, a controlada Celesc G registrou o ativo intangível no valor total de R\$ 45.879 mil em contrapartida com a rubrica de Recuperação de custos na demonstração do resultado. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão foram ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina. Em função da repactuação do risco hidrológico, com a extensão da concessão, a Administração da controlada Celesc G preparou estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo intangível em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável, e não identificou a necessidade de constituir provisão para impairment em nenhuma das usinas. O processo de estimativa na determinação do valor recuperável do ativo intangível requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria por envolver julgamento da administração na determinação das premissas utilizadas nas análises de recuperabilidade. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento das circunstâncias. • Avaliamos as aprovações realizadas pelos órgãos de governança. • Confrontamos os valores homologados pela ANEEL com aqueles contabilizados pela Celesc G. • Entendemos as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções. • Analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores contabilizados, as premissas utilizadas e os correspondentes cálculos efetuados pela administração nas análises de indicativos de impairment e as divulgações são consistentes com as informações obtidas em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras. Porque é um PAA Reconhecimento de receita (Notas 4.24 e 32.1) (controladora e consolidado) O faturamento da energia elétrica que compõe a receita da Companhia e suas controladas é volumoso e pulverizado. A valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e da contabilidade. Observa-se, ainda, que as transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia são processadas substancialmente por meio de rotinas automatizadas. A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui julgamento por parte da Administração quanto à estimativa em relação à parcela da receita de fornecimento de energia entregue no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência. Os riscos observados referem-se ao reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou estimativas e premissas complexas e críticas para estimar essas receitas, na medida em que envolvem: (a) estimar os volumes de energia consumida pelos clientes e (b) atribuir valor para mensurar o fornecimento não faturado. Em virtude da relevância da receita nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento e das deficiências de controles de acesso e de mudanças identificadas no sistema de faturamento, consideramos o reconhecimento da receita como um dos principais assuntos de auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria As principais evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas através de uma combinação de testes de controles e testes de transações. Tais testes incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita de fornecimento de energia elétrica, as classes de consumidores e as tarifas correspondentes, entre outros; (ii) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento da receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; (iv) confronto dos cálculos efetuados com os preços homologados pelo Órgão Regulador; (v) recálculo dos valores não faturados e confronto das informações utilizadas referentes às quantidades de energia e tarifas com fontes extracontábeis, tais como: medições de consumo, tarifas definidas pelo órgão regulador, alíquotas de impostos vigentes, entre outras; e (vi) testes de verificação da integridade entre os

sistemas de faturamento e contábil. Nossos testes revelaram deficiências significativas no desenho e na execução de controles de acesso e de mudanças no sistema utilizado para controle do faturamento. Em virtude disso, alteramos e ampliamos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao registro dessas transações e impacto das deficiências identificadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são apropriados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Porque é um PAA Benefícios pós-emprego - passivo atuarial (Notas 4.20.1 e 28) (controladora e consolidado) A Companhia patrocina planos vitalícios de benefício pós-emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos a previdência, assistência médica e outros. Os planos classificados como "benefício definido" geram passivos relevantes, os quais são calculados com referência a premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Esses passivos podem ser total ou parcialmente compensados pelos valores justos dos ativos dos respectivos planos. Os planos de saúde, em adição, incluem fatores de idade e incrementos futuros no custo dos planos na determinação dos passivos relacionados. Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos o passivo atuarial como um dos principais assuntos de auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: (i) entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar; (ii) teste, com base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial de 2021; (iii) avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial em comparação com a legislação e com as práticas de mercado, conforme aplicável; (iv) revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelo atuário da Companhia; e (v) procedimentos para a confirmação da existência e mensuração do valor justo dos ativos dos planos. Nossos procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Porque é um PAA Ativos e Passivos Regulatórios (Ativo Financeiro e Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA) - (Notas 4.16.3, 4.18.4 e 13.1) Os ativos e passivos regulatórios referem-se aos valores originados da diferença entre os custos originalmente previstos e aprovados anualmente pelo Órgão Regulador e aqueles que são efetivamente incorridos pelas distribuidoras ao longo do período de vigência da tarifa no período subsequente. Essa diferença constitui um direito a realizar, nos casos em que os custos efetivamente incorridos são superiores aos previstos, ou uma obrigação, quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em decorrência da relevância dos montantes envolvidos, da sistemática de apuração dos valores - que envolve considerações quanto à elegibilidade de determinados itens (apropriações) - assim como do processo de amortização que se dá pelo recebimento/devolução de valores em bases estimadas, em distintos períodos tarifários, por meio de tarifas aos clientes. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Os principais procedimentos de auditoria que foram realizados, em bases amostrais, para a obtenção de evidência de auditoria foram os seguintes: (i) recálculo dos ativos e passivos financeiros; (ii) conferência dos valores com as respectivas resoluções, despachos e notas técnicas; (iii) revisão da conciliação efetuada pela Companhia entre os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais registrados contabilmente com aqueles homologados anualmente pelo Órgão Regulador para compor a tarifa da concessionária; e (iv) inspeção de selecionados documentos que compõe os custos incorridos com os valores de cobertura. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os valores contabilizados de apropriações e amortizações são adequadamente suportados e fundamentam os registros e as divulgações efetuadas em notas explicativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as

demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 11 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5 Leandro Sidney Camilo da Costa Contador CRC 1SP236051/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCALO Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando ainda o conteúdo do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independente - PwC, opina, que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas. Florianópolis/SC, 7 de março de 2022. Luiz Felipe Ferreira Presidente Juliano Batalha Chiodelli Leandro Carron Rigamonte Márcio Ferreira Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE Exercício Social 2021 Aos Conselheiros de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A.1. Apresentação O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC (“Companhia”) e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A., regido pela Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual/SC nº 1484, de 7 de fevereiro de 2018, e pelo Regimento Interno do CAE da Companhia (“Regimento”). A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria, a partir de 13 de agosto de 2020, é composto pelo Conselheiro de Administração Sr. Amir Antônio Martins de Oliveira Júnior (Coordenador do Comitê), e pelos Srs. Thiago Sá Fortes Regis, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Antonio Carlos Siegner Laporta e Octavio René Lebarbenchon Neto. Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no Art. 22, §1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Art. 31-C, §2º, da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999. 2. Resumo das Atividades em 2021 No período de janeiro a dezembro de 2021, o CAE da Celesc realizou 12 reuniões ordinárias, envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores e Gerentes Executivos da Companhia, Auditores Internos e Auditores Independentes, conforme extratos das atas do CAE disponíveis no portal da Celesc e atas completas disponíveis na Companhia. Foram examinadas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Neste período foram, também, aprovadas e encaminhadas ao Conselho de Administração, as Informações Trimestrais – ITRs da Companhia do 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) trimestres de 2021. O CAE acompanhou, por meio da Auditoria Interna, a execução dos planos de ação elaborados para mitigar as deficiências de controles internos, referentes ao Relatório de Controles Internos da Auditoria Independente emitido pela PwC Brasil, referente ao exercício 2020. Teve ainda, ciência dos comentários e planos de ação da administração. Os membros do CAE solicitaram a manutenção do acompanhamento efetivo dos planos de ação apresentados para sanar os pontos levantados. Acompanhou, também, as avaliações realizadas pela Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance nos controles internos, que impactam as demonstrações financeiras. Teve conhecimento dos testes de efetividade realizados nos riscos de reporte financeiro, com a apresentação dos testes efetivos e não efetivos. Além disso teve ciência do mapeamento, monitoramento e revisões da Gestão de Riscos Corporativos, por meio de apresentações, e inteirou-se do status dos Planos de Ação no desempenho de 69 projetos associados a 19 riscos corporativos, reiterando a solicitação de atenção àqueles que se encontram em atraso e na avaliação de seus impactos. Quanto à atualização da Árvore de Riscos e do Mapa de Riscos Corporativos da Celesc, o CAE também acompanhou e encaminhou suas recomendações. O CAE acompanhou, durante o exercício de 2021, os reportes do Comitê de Ética, bem como aprovou a Instrução Normativa acerca do Canal de Denúncias. A Fundação de Seguridade Social – Celos, por meio do Presidente do Conselho Deliberativo, apresentou, na reunião de abril/2021, o Reporte Trimestral Ordinário aos membros do CAE. Na ocasião, foi proferido um breve relato com os destaques sobre os seguintes itens: Investimentos, Previdência, Plano de Saúde e outros temas relevantes. O CAE recomendou avaliar a criação de ambulatório próprio. Aprovou as Demonstrações Contábeis Regulatórias de encerramento do exercício de 2020, das subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração, apreciadas previamente pelo Conselho Fiscal. Foram, ainda, recebidas pelo CAE informações relativas ao status da Ação Judicial da exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, sendo contextualizados os reflexos da decisão proferida pelo STF referente à modulação de considerar, na restituição dos valores cobrados em excesso do ICMS destacado, os valores envolvidos na 1ª ação, os valores referentes a 2ª ação da Celesc D e as respectivas contabilizações. Tomou conhecimento do Relatório de Auditoria do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética da Celesc – BID referente ao exercício 2020, considerado sem ressalvas em relação ao impacto nas Demonstrações Financeiras. Acompanhou, ainda, o status do Projeto de adequação da Celesc à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, tendo apreciado as fases do projeto, concluídas e em andamento, durante o ano de 2021. Ainda durante o ano de 2021, recebeu informações mensalmente acerca do Resultado Gerencial das Companhias, Celesc Distribuição e Celesc Geração, assim como da Celesc Holding, bem como a evolução dos indicadores ao longo do período. Obteve, também, conhecimento do Relatório de Sustentabilidade Celesc 2020 – GRI - Metodologia da Global Reporting Initiative; o projeto de mudança do sistema comercial para a solução SAP S/4 Utilities, a Repactuação do GSF, a 1ª Revisão da Política Anticorrupção, a revisão da metodologia e premissas usadas para estimar as perdas de crédito esperado (PECLD) e a apresentação do Follow Up Saúde e Segurança, realizando análises e recomendações sobre os assuntos apresentados. Recebeu, ainda, informações trimestrais do Reporte do Programa de Compliance e de Privacidade dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2021. Atendendo à solicitação do Conselho de Administração, o CAE tomou conhecimento da proposta do Ministério Público para resolução da ACP - Ação Civil Pública CDI-OVER. O Comitê acompanhou, mensalmente, os trabalhos realizados pela auditoria interna da Celesc na execução do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2021. Foram ainda apresentados ao longo de 2021: o Relatório Final da Auditoria nas Contratações em Caráter Emergencial para recuperação dos estragos causados pelo Ciclone Bomba, o Relatório Final da Auditoria do Almoxarifado Central, o Relatório Final da Auditoria no Plano de Saúde CELOS e o Follow Up dos Planos de Ação da Auditoria em Saúde e Segurança do Trabalho. Dentro de suas atribuições, aprovou a revisão do PAAI 2021 e a elaboração do PAAI para o exercício de 2022. Aprovou, ainda, o Manual de Auditoria Interna, o qual servirá de base para nortear as atividades realizadas pelo setor de auditoria interna da Celesc, podendo ainda ser utilizado como um guia e manual de boas práticas para as atividades da auditoria. 3. Conclusões e Recomendação ao Conselho de Administração Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Celesc (“Companhia”) e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam a análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório preliminar dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tomando em conta as informações prestadas pela administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, somos de opinião que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2021, com respectivas notas explicativas, devidamente auditadas, estando, portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração. Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres dos Comitês não são vinculantes, cabendo aos acionistas e ao Conselho de Administração, conforme o caso, a tomada de decisões. Florianópolis/SC, 8 de março de 2022. Amir Antônio Martins de Oliveira Júnior Coordenador Antonio Carlos Siegner Laporta Ernesto Fernando Rodrigues Vicente Octavio René Lebarbenchon Neto Thiago Sá Fortes Regis

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina SA – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Cleicio Poletto Martins Diretor Presidente Claudine Furtado Anchte Diretora de Finanças e Relações com Investidores Vitor Lopes Guimarães Diretor Comercial Marcos Penna Diretor de Gestão Corporativa Sandro Ricardo Levandoski Diretor de Distribuição Pablo Cupani Carena Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios Fábio Valentim da Silva Diretor de Regulação e Gestão de Energia Pilar Sabino da Silva Diretor de Planejamento, Controles e Compliance Rogéria Rodrigues Machado Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina SA – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Cleicio Poletto Martins Diretor Presidente Claudine Furtado Anchieta Diretora de Finanças e Relações com Investidores Vitor Lopes Guimarães Diretor Comercial Marcos Penna Diretor de Gestão Corporativa Sandro Ricardo Levandoski Diretor de Distribuição Pablo Cupani Carena Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios Fábio Valentim da Silva Diretor de Regulação e Gestão de Energia Pilar Sabino da Silva Diretor de Planejamento, Controles e Compliance Rogéria Rodrigues Machado Contadora – CRC/SC 024.797/O-0